

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
NÍVEL MESTRADO

CHRISTIAN DA SILVA SIMÕES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA  
DICOTOMIA ENTRE O CIRCUITO INFERIOR E SUPERIOR DA ECONOMIA: UM  
ESTUDO DE CASO DO PEQUENO COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS DA  
CIDADE DO RIO GRANDE-RS**

RIO GRANDE, 2013

CHRISTIAN DA SILVA SIMÕES

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA  
DICOTOMIA ENTRE O CIRCUITO INFERIOR E SUPERIOR DA ECONOMIA: UM  
ESTUDO DE CASO DO PEQUENO COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS DA  
CIDADE DO RIO GRANDE-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para qualificação no nível de Mestrado em Educação Ambiental.

ORIENTADOR: PROF. Dr. FRANCISCO QUINTANILHA VÉRAS NETO

RIO GRANDE, 2013

S589e Simões, Christian da Silva

A Educação Ambiental Crítica como ferramenta de análise da dicotomia entre o circuito inferior e superior da economia: um estudo de caso do pequeno comércio varejista de alimentos da cidade do Rio Grande-RS / Christian da Silva Simões. - 2013.

99 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande - Mestrado em Educação Ambiental, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha Vêras Neto

1. Circuito inferior 2. Circuito superior 3. Rio Grande - RS 4. Educação Ambiental Crítica I. Vêras Neto, Francisco Quintanilha II. Título.

CDU 504:37:33

**CHRISTIAN DA SILVA SIMÕES**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO  
POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO NA DICOTOMIA  
ENTRE O CIRCUITO INFERIOR E SUPERIOR DA  
ECONOMIA: UM ESTUDO DE CASO DO PEQUENO  
COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS NA CIDADE DO  
RIO GRANDE – RS**

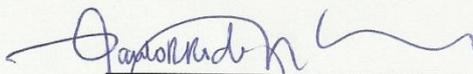
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



**Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto  
(FURG)**



**Dr. Daniel Prado  
(PPGEA/FURG)**



**Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares  
(UFRGS)**

## **SIGLAS UTILIZADAS NESTA PESQUISA**

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

**FURG** – Universidade Federal do Rio Grande.

**JUCERGS** – Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento.

**PPGEA** – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

**Figura 1.** Localização dos Grandes Mercados Varejistas de Alimentos de Rio Grande.....30

**Tabela 1.** Dados da Junta Comercial do Rio Grande do Sul a respeito do Pequeno Comércio Varejista de Alimentos de Rio Grande entre os anos de 2005 e 2012.....45

**Gráfico 1.** Comparativo entre a quantidade de Pequenos Comércio Varejistas de Alimentos que constituíram e extinguiram empresas entre os anos de 2005 e 2012.....46

**Quadro 1.** Número de entrevistados selecionados por bairro.....48

**Figura 2.** Localização dos bairros selecionados para a realização das entrevistas.....48

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha companheira Danieli Veleda Moura pela paciência e dedicação com que me acompanha há muitos anos.

Ao meu orientador Francisco Quintanilha Veras Neto, pela prontidão que sempre apresentou em poder me ajudar na realização deste trabalho.

Aos professores que participaram da banca de defesa: Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares e Dr. Daniel Porciúncula Prado e, também, ao Professor Dr. Solismar Fraga Martins pelas suas contribuições na banca de qualificação, mas que, por motivos de Regimento do PPGEA, não pode participar da defesa da Dissertação.

Ao Professor Dr. Luís Fernando Minasi pelas pontuações que fez durante a qualificação de nosso Projeto e à Professora Dra. Lúcia Anello que, pelos mesmos motivos de Regimento não pode se fazer presente nesta Defesa, mas que se prontificou a nos ajudar.

Aos sujeitos de minha pesquisa, tanto aqueles que contribuíram por meio da disponibilização de seu tempo para a realização das entrevistas, quanto aqueles aos quais convivo há vários anos, e que contribuíram com suas conversas, sempre produtivas, e que também me instigaram à realização desta pesquisa.

À Junta Comercial do Rio Grande do Sul pela disponibilidade e presteza com que me forneceram os dados estatísticos a respeito do Pequeno Comércio Varejista de Alimentos do Rio Grande.

A todos os trabalhadores que contribuem para que a Capes possa financiar pesquisas acadêmicas como a que desenvolvi e que contou com tal contribuição.

E, por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – na figura dos professores com os quais pude desfrutar momentos de

aprendizado, do secretário Gilmar Conceição e da estagiária Bianca Morais dos Santos pela dedicação com que realizam seus trabalhos dentro do PPGEA-FURG.

*Dedico este trabalho a todos aqueles que através de sua luta diária contribuem para o desenvolvimento de um mundo melhor.*

*O triste, horrível e comovente modo em que a grande maioria de meus concidadãos, homens e mulheres, assim como milhões de pessoas na maior parte do mundo, são obrigados a passar suas vidas no trabalho, gravou-se na minha consciência de maneira dolorosa e inesquecível. E quando penso em todo o talento e energia que diariamente são canalizados de modos e meios deliberados para tornar maior seu sofrimento, tudo em nome da eficiência e produtividade, mas de fato para a maior glória do deus capital, meu espanto ante a capacidade da humanidade para criar um sistema tão monstruoso só é ultrapassado pelo estarecimento ante sua disposição a tolerar a continuação de um dispositivo tão evidentemente destrutivo do bem-estar e felicidade de seres humanos.*

*Como seria maravilhoso este mundo se o mesmo esforço, ou apenas metade dele, fosse dedicado a tornar o trabalho uma atividade alegre e criativa como pode ser.*

*(Paul M. Sweezy, Prefácio de *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, de Harry Braverman)*

## RESUMO

Nesta Dissertação, procuramos conhecer a forma como os trabalhadores do pequeno comércio varejista de alimentos da Cidade do Rio Grande-RS vêm se organizando de forma a continuarem existindo enquanto categoria profissional diante do avanço de grandes redes de supermercados, tendo em vista, o atual ciclo econômico da cidade (2005-2012). Essa pesquisa foi movida pelas nossas inquietações enquanto geógrafo e trabalhador há dez anos junto ao comércio desta Cidade e que, enquanto postulante a mestre em Educação Ambiental, procura, por meio dos fundamentos da Educação Ambiental Crítica e Transformadora da realidade, subsídios para que o tipo de trabalho realizado nesta sociedade seja transformado. Assim, esta pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso de natureza qualitativa, na qual nos fundamentamos na compreensão marxista de mundo – por meio do Materialismo Dialético, Histórico e da Economia Política, utilizando como ferramentas metodológicas: nossa experiência profissional no campo de atuação da pesquisa, revisão bibliográfica, observações livres, análise documental, entrevistas semiestruturadas, categorização e análise das mesmas. Em nossa pesquisa, adotamos como principal referencial teórico, os ensinamentos do geógrafo Milton Santos, especialmente no que se refere à análise que ele fez da economia urbana, subdividindo-a em dois circuitos: circuito superior e circuito inferior. Assim, compreendemos que o pequeno comércio varejista de alimentos do Rio Grande (circuito inferior da economia) vem sofrendo constantes mudanças em função do desenvolvimento das grandes redes de comércio varejista de alimentos (circuito superior da economia). Essas mudanças alteram o sentido do trabalho como categoria fundante do ser social, uma vez que o trabalho desenvolvido pelos pequenos comerciantes para continuarem existindo se torna um trabalho exacerbador do ser humano, o que é característica nata do modo de produção capitalista que historicamente vem alienando o homem de si mesmo por meio do trabalho.

**Palavras-Chave:** Circuito Inferior, Circuito Superior, Rio Grande-RS, Educação Ambiental Crítica.

## RESUMEN

En esta disertación, investigamos el modo bajo el cual los trabajadores del pequeño comercio minorista de alimentos de Rio Grande – RS se vienen organizando para garantizar su existencia en cuanto categoría profesional ante el avance de grandes redes de supermercados, teniendo en cuenta principalmente el actual ciclo económico de la ciudad (2005-2012). Esa investigación nace de las inquietudes de un geógrafo y trabajador que, hace diez años, actuó junto al comercio de esta ciudad. Mientras postulante a maestro en Educación Ambiental, el dicho geógrafo busca, por medio de los fundamentos de la Educación Ambiental Crítica y Transformadora de la realidad, subsidios para que el tipo de trabajo realizado en esta sociedad sea transformado. De ese modo, la investigación se desarrolló como un estudio de caso de naturaleza cualitativa, en cuyas bases está la comprensión marxista de mundo – por medio del Materialismo Dialéctico, Histórico y de la Economía Política, utilizando como herramientas metodológicas la experiencia del profesional en el campo de actuación de la investigación, la revisión bibliográfica, las observaciones libres, el análisis documental, las charlas semiestructuradas, su categorización y análisis. En nuestra investigación, adoptamos como principal referencial teórico la obra del geógrafo Milton Santos, sobre todo en lo que se refiere al análisis que él hizo de la economía urbana, subdividiéndola en dos circuitos: un circuito superior y otro, inferior. De ese modo, comprendemos que el pequeño comercio minorista de alimentos de Rio Grande (circuito inferior de la economía) viene sufriendo constantes cambios en función del desarrollo de las grandes redes de comercio (circuito superior de la economía). Esos cambios alteran el sentido del trabajo como categoría que funda el ser social, una vez que el trabajo desarrollado por los pequeños comerciantes se vuelve como factor exacerbador del humano, lo que es característica nata del modo de producción capitalista que históricamente ha excluido el ser humano de sí mismo a través del trabajo.

**Palabras clave:** Circuito Inferior, Circuito Superior, Rio Grande-RS, Educación Ambiental Crítica.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- TEXTO E CONTEXTO DA PESQUISA: A CIDADE DO RIO GRANDE E SEUS CICLOS ECONÔMICOS .....	26
CAPÍTULO 2- ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	40
CAPÍTULO 3 - A ADAPTABILIDADE DOS PEQUENOS VAREJISTAS DE ALIMENTOS FRENTE AOS DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO.....	52
CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E TRANSFORMADORA DA REALIDADE COMO POSSIBILIDADE DE DESVELAMENTO DO TRABALHO COMO DESENVOLVIMENTO HUMANO E NÃO DO CAPITAL.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	92
ANEXOS.....	100
ANEXO 1 – Julgamento da ação movida pelo Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios contra a Lei Municipal nº 6565/2008.....	100
ANEXO 2 – Ofício enviado à JUCERGS. ....	105
ANEXO 3 – Dados enviados pela JUCERGS referentes ao Pequeno Comércio Varejista de Alimentos entre os anos de 2005 e 2012. ....	106
ANEXO 4 – Roteiros de entrevistas.....	114
ANEXO 5 – Transcrição das entrevistas.....	115

## INTRODUÇÃO

Começo este trabalho explicando a minha trajetória e, portanto, a minha constituição enquanto sujeito pesquisador e, principalmente, o que me levou, ou melhor, o que me motivou a hoje estar apresentando à banca esta e não outra pesquisa.

É claro que por questões de tempo e espaço, abstrairei de minha caminhada aquilo que julguei mais relevante à proposta aqui apresentada. Desse modo, inicio este diálogo, a partir das lembranças de minha infância e dos primeiros anos escolares.

Nascido de mãe e pai ainda muito jovens, desde meu nascimento sofria de problemas respiratórios que fizeram com que meus pais, moradores da Vila da Quinta, se vissem forçados a deslocar-se para a zona mais central da Cidade em busca de melhores condições de atendimento médico para mim.

Do mesmo modo como o é para a grande maioria das famílias de baixa renda, a vida na Cidade prometia ser melhor, pois se teria acesso ao que há anos atrás, nas áreas mais afastadas da Cidade não se tinha e que ainda hoje, se apresenta insuficiente no que diz respeito ao atendimento adequado aos problemas de saúde do povo. Porém, se por um lado se tem benefícios, os custos da vida na cidade são bem grandes.

Assim, a partir dos cinco anos de idade começo a ficar sozinho em casa, pois meus pais necessitavam trabalhar para pagar o local onde morávamos, a água, a luz, os medicamentos de que necessitava, além da nossa alimentação e vestuário. Minha infância foi desse modo, na solidão das leituras de revistas em quadrinhos e no sonho por dias melhores.

Aos sete anos de idade, ingresso na Escola Estadual Nossa Senhora Medianeira, indo e vindo de transporte coletivo, fazendo meus deveres escolares, me alimentando e cuidando de mim, quase que sozinho, já que meus pais sempre trabalharam em turno integral. Nesta escola curso todo o Ensino Fundamental e depois ingresso no Colégio Estadual Lemos Júnior onde faço o Ensino Médio. Ao

terminar o Ensino Médio, aos dezoito anos de idade, eu, que já trabalhava desde os treze anos como ajudante de pedreiro com meu avô, passo a ter meu emprego de carteira assinada, na mesma rede que empregava meus pais há mais de uma década. Tal empresa se constitui na maior rede de supermercados riograndina.

Foi trabalhando neste supermercado que ingresso na Universidade Federal do Rio Grande no ano 2000 como aluno do Curso de Geografia Bacharelado. Trabalhava o dia inteiro e estudava à noite. No último ano de minha faculdade recebo a proposta de trabalhar como vendedor numa empresa multinacional de bebidas. Em meio à falta de perspectiva de emprego como bacharel, a impossibilidade de cursar a licenciatura pelo tempo que o novo emprego exigia de mim, optei pelo que parecia ser o caminho mais seguro naquele momento em que minha filha estava por nascer<sup>1</sup>.

Trabalhei intensamente nesta empresa e pude conhecer uma das faces mais perversas de exploração do trabalho pelas multinacionais, as quais além de extraírem de nós trabalhadores muito além de forças físicas retiram as forças espirituais, nos adoecem física e psicologicamente e, nos deixam marcas que dificilmente serão esquecidas, já que ferem a dignidade humana. Após cinco anos de exploração de minha força de trabalho, sou demitido com outros colegas para contratação de nova força de trabalho.

Hoje, em função do distanciamento que em parte tomei do trabalho em empresas de grande porte e pela influência dos estudos retomados junto ao meio acadêmico, compreendo essa questão de outra forma. Repensando estas relações estabelecidas no âmbito do trabalho, entendo que, com o passar do tempo, alguns trabalhadores passam a reconhecer um pouco da sua condição de explorado. Isso gera um sentimento de descontentamento que passa a influenciar os demais colegas que, ao reivindicar melhores condições de trabalho, "atrapalham" o bom funcionamento das empresas, pois este funcionamento depende, entre outros fatores, da obediência e pouco questionamento por parte de seus trabalhadores –

---

<sup>1</sup> A vida de estudante trabalhador não é fácil, seja no ensino fundamental, médio ou superior. No meu caso, especificamente, trabalhei durante estes três níveis de ensino e posso afirmar o desgaste físico e psíquico de quem luta para estudar e trabalhar sob as condições impostas por esta sociedade, em razão da necessidade precoce de ter um trabalho remunerado para a sua sobrevivência e de sua família (KOCH, 1992; SIQUEIRA, 1999).

isto é, “funcionários bem-comportados ao modo de produção capitalista”, pois o contrário, ou seja, o questionamento leva ao conhecimento e à luta por uma relação de trabalho diferente da que ocorre.

É nessa lógica capitalista que pelos mesmos motivos que obrigavam meus pais a trabalharem duramente sou, então, compelido a vender minha força de trabalho a uma empresa de médio porte da cidade vizinha, Pelotas. Digo que fui compelido porque simbolicamente<sup>2</sup> somos forçados a circunstâncias que nem sempre correspondem as que gostaríamos de fazer, pois como já nos dizia Marx em *A Ideologia Alemã*, somos obrigados a lembrar de que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história.

Entretanto, para viver, Marx destaca que é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. Desta forma, o primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, - a produção da própria vida material. Logo, de fato, esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida (MARX, 2005, p. 53).

Desse modo, é que trabalhando ainda como vendedor de bebidas para esta empresa pelotense, aqui na cidade do Rio Grande, agora muito mais maduro pela dura experiência de vida e movido pela curiosidade e pela vontade de conhecer, mesclo o tempo entre o trabalho e as aulas como aluno especial do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande no ano de 2010.

Confesso que embora a vontade fosse grande de retornar à Academia, senti medo. É estranho hoje pensar nisso, o quanto este sentimento - medo - se faz presente em nosso processo de mudança e que exige de nós uma intensa luta entre o ser como se está sendo e o de se dar a possibilidade de sermos outra coisa qualitativamente melhor.

---

<sup>2</sup> O estar compelido ou estar “simbolicamente” forçado a fazer algo, refere-se nesta dissertação refere-se à violência simbólica trabalhada por Pierre Bourdieu como sendo a violência de uma classe sobre a outra, o que se dá por meio do poder simbólico que é “esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BORDIEU, 1989, p. 07-08).

A partir da leitura de Freire feita por Minasi, entendo que este medo de mudar reside na necessária ruptura com os conceitos tidos até então como verdadeiros e sólidos, de uma realidade que se apresentava como fixa e imutável. “É que a existência de forças contrárias determina também, o aparecimento de possibilidades diferentes. Resistir ao novo ou aderir às descobertas, superar o velho ou nele permanecer são as possibilidades que se realizarão dependendo em grande medida da ação destas forças e do desfecho da luta entre elas” (MINASI, 2008, p. 90).

E, foi assim que entre as leituras feitas na disciplina Seminário de Educação Ambiental com a Professora Susana Inês Molon e os primeiros contatos com leituras marxistas disponibilizadas pela minha esposa, na época mestranda do mesmo Programa de Pós-Graduação (PPGEA-FURG), começou a se descortinar diante de mim as contradições que envolviam toda minha vida, a vida de minha família, minhas escolhas que na verdade não eram simples escolhas, mas imposições que pareciam escolhas e que, na verdade, hoje, ousaria dizer que se tratava daquela violência simbólica trabalhada por Pierre Bourdieu.

Sinto que o desenvolvimento de minha vida se deu, em geral, a partir do movimento possível dentro do que era necessário eu fazer diante desse modo de produção da vida, que nos torna máquinas de produzir riquezas que não ficam com nós mesmos, mas com aquele que compra nosso tempo de trabalho, que nos aliena na busca constante dos meios de existência e que, por isso, nos afasta de nossa própria humanidade. Foi a partir do meu reconhecimento enquanto sujeito explorado que passei a reconhecer aos outros trabalhadores como sujeitos tão oprimidos quanto eu.

Assim, é que esta investigação se constitui como um reconhecimento de mim mesmo enquanto sujeito, pois vejo a Geografia, minha área de formação, como o curso necessário a eu ter feito por toda a minha constituição, desde meu nascimento, a vinda para a Cidade, o trabalho dos meus pais, o meu próprio trabalho. E, o Mestrado em Educação Ambiental, por meio de sua perspectiva crítica - advinda da compreensão marxista de mundo – como o curso que me possibilitou compreender as ligações e inter-relações que nos condicionam dentro deste modo de produção e de organização da sociedade.

Destaco que estas compreensões foram sendo melhor desenvolvidas com meu ingresso como aluno regular em 2011, sob a orientação do Professor Francisco Quintanilha Vêras Neto e as leituras nas disciplinas do Professor Luís Fernando Minasi, as quais contribuíram para que meus estudos, ainda muito preliminares do Materialismo Histórico-Dialético e da Economia Política, se constituíssem num compromisso político pela busca da unidade entre teoria e prática no processo de transformação da realidade.

É por isso que destaco minha inclinação pela Teoria Crítica da Educação Ambiental, - particularmente a Educação Transformadora trabalhada por Loureiro (2011), que considera a Educação Ambiental como uma particularidade da Educação, que historiciza as relações sociais na natureza e estabelece como premissa básica a negação de pré-existências; almejando a autonomia e a liberdade dos agentes sociais; visando mudanças radicais das condições objetivas e subjetivas dos sujeitos sociais. Logo, a Teoria Crítica da Educação Ambiental é aquela que exige uma postura democrática e sustentável no plano de paridade e de justiça ambiental (LOUREIRO et. al., 2011, p. 03).

Minasi (2010) diz que a Educação Ambiental, enquanto Educação, precisa se assumir por suas práticas, as quais precisam ser revolucionárias se esta Educação Ambiental se propõe a ser transformadora da realidade, o que pressupõe que a mesma seja, como disse Loureiro, uma Educação Ambiental Crítica da realidade vigente, ou seja, da sociedade capitalista.

Assim, este relato de minha vida, enquanto filho de trabalhadores e enquanto trabalhador não é em vão, mas se constitui no ponto central da pesquisa que desenvolvi, já que o trabalho, especificamente no comércio varejista da Cidade do Rio Grande sempre fez parte de minha vida, seja diretamente na Rede de Supermercados ou atuando como vendedor para os pequenos comércios varejistas de alimentos da Cidade.

E, foi justamente esta experiência, que me levou a perceber a realidade empírica deste setor e o movimento pelo qual este passa em função daquilo que o processo neoliberal vem chamar de desenvolvimento econômico das Cidades e que,

em Rio Grande, estou considerando como "marco" de tal desenvolvimento econômico, a implantação de um Polo Naval a partir do ano de 2005.

A escolha por este recorte de uma totalidade é consequência da necessidade de delimitação de um fenômeno que pudesse ser investigado como um estudo de caso no tempo que temos disponível para a realização de uma pesquisa de mestrado. Assim, nesta investigação me detive a analisar a realidade do pequeno comerciante varejista de alimentos, sobretudo, a partir da instalação do Polo Naval, uma vez que, tal Polo, mudou a rotina da Cidade e, conseqüentemente, a forma como este pequeno comerciante trabalha para manter sua existência.

Porém, a percepção que eu tinha da realidade não era suficiente para entender o conjunto de forças e agentes que passaram a atuar na Cidade. Conhecia pela minha prática, mas não conseguia desvelar para além do ato mecânico de minha atividade como trabalhador, o que hoje posso compreender de forma mais clara, por meio do referencial teórico adotado nesta pesquisa – Teoria Crítica da Educação Ambiental, de cunho marxista – centrada na compreensão da organização do espaço urbano, a partir, principalmente, do estudo de Milton Santos.

Milton Santos (2004) esclarece que a organização espacial das cidades dos países subdesenvolvidos é marcada por grandes diferenças de renda na sociedade. Tais diferenças existem, sobretudo, em função da localização do indivíduo que, por sua vez, determinará sua situação como produtor ou consumidor. Isso faz com que exista, a nível regional, uma hierarquização de atividades, ao passo que, em nível local, coexistam atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes.

Entretanto, a realidade dos grupos sociais que já existiam ou que se desenvolvem a partir do processo de modernização, funcionam como um freio às atividades modernas, já que, a capacidade de consumo desses grupos sociais não é a mesma qualitativa e quantitativamente.

Assim como a capacidade de consumo, os gostos tradicionais subsistem, o que leva o aparelho econômico a adaptar-se ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais. Isso é válido tanto para o aparelho de produção como para o de distribuição, criando-se dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também, pelo

processo de organização do espaço. É a partir dessa organização econômico-espacial que Milton Santos propõe sua teoria espacial dos dois circuitos da economia: o circuito superior ou moderno e o circuito inferior.

O circuito superior da economia urbana, como ensina Milton Santos (2004) tem origem direta na modernização tecnológica desenvolvida no modo de produção capitalista. Pode ser representado, sobretudo, pelos monopólios que, não raro, estão associados a bancos. Essa associação, ao passo que facilita o acesso ao crédito, possibilita uma diversificação e controle de outras atividades.

As atividades do circuito superior caracterizam-se por manipular um grande volume de mercadorias, a não ser que se trate de empresas especializadas em oferecer produtos altamente especializados (fetichizados, poder-se-ia dizer), a uma clientela reduzida. São exemplos: as lojas de grifes famosas, joalherias, lojas de carros importados, etc.

Outra coisa que nos chama a atenção no que diz respeito à caracterização do circuito superior feita por Milton Santos (2004) se refere aos preços que, neste circuito da economia, tendem a ser fixos, mesmo em situações de competição, pois o limite inferior não pode estar muito abaixo dos preços públicos do mercado, sob a possibilidade de colocar em risco o futuro da firma. Logo, neste circuito, as manipulações dos preços supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos, pois aqui, trata-se de acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e à sua renovação em função dos progressos técnicos (SANTOS, 2004, p. 46).

Já o circuito inferior – objeto deste estudo - é aquele formado de atividades de pequena dimensão e direcionado, principalmente, às populações pobres. Segundo Milton Santos (2004), esse circuito é, ao contrário do circuito superior, bem enraizado, mantendo privilegiadas relações no espaço onde estão localizadas suas atividades. Isso se dá pelo fato de que neste circuito as atividades “são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido”, embora aqui o crédito seja de natureza diversa do circuito superior, possuindo “uma larga porcentagem de crédito pessoal direto (fiado), indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades

de acumular” (p. 43-44). Logo, neste circuito “pechinchar é uma regra, e as margens de oscilação dos preços são muito importantes” (p. 46).

A noção de lucro do circuito inferior é diferente do circuito superior, pois, a acumulação de capital não constitui a sua primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível de certas formas de consumo particulares à vida moderna (SANTOS, 2004, p. 46).

Outra coisa que difere os dois circuitos diz respeito à publicidade, já que no circuito inferior, esta não é necessária, graças aos contatos com a clientela, e tampouco seria possível, já que a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família. Enquanto que no circuito superior, a propaganda é uma arma bastante eficaz. Assim, as grandes empresas utilizam de estratégias de marketing para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda de acordo com seus interesses (SANTOS, 2004, p. 46).

A cidade do Rio Grande, no que diz respeito ao comércio varejista de alimentos, apresenta de forma bem definida estes dois circuitos da economia propostos por Milton Santos. Temos grandes redes de supermercados, tanto riograndinas, como multinacionais, que participam do circuito superior da economia e, um grande número de pequenos comerciantes varejistas de alimentos (açougues, padarias, bares, armazéns, minimercados, etc.), que participam, então, do circuito inferior da economia urbana.

Estes a quem chamo de pequenos comerciantes varejistas de alimentos, são trabalhadores que, no caso específico deste estudo, têm seu negócio com a família, dentro de suas próprias residências e que, por um motivo ou por outro, encontraram nesta atividade seu meio de vida e que estão agora, no período compreendido por esta pesquisa (2005-2012) enfrentando novos desafios para coexistirem com o circuito superior da economia de Rio Grande, que também avança com o novo processo de “modernização” instaurado na Cidade.

Assim é que, a escolha de meu objeto de pesquisa - o pequeno comércio varejista de alimentos de Rio Grande – e os sujeitos da mesma – pequenos

comerciantes varejistas de alimentos da Cidade - estão atrelados à minha formação acadêmico-profissional.

Meu Projeto de Dissertação tinha como tema inicial de pesquisa “a busca por conhecer como se encontra estruturado o comércio varejista do Rio Grande-RS diante do desenvolvimento econômico da Cidade (2005-2012)” e como problema a ser investigado, conhecer “que contradições existem no atual período de desenvolvimento econômico (2005-2012) da cidade do Rio Grande-RS e que implicações têm no pequeno comércio varejista local” (SIMÕES, 2012, p. 27).

Entretanto, o trabalho que apresento neste momento, procurou atender as orientações da banca examinadora do meu Projeto de Dissertação, as quais, eu e meu orientador consideramos serem pertinentes. A partir de então, embora tenhamos continuado com o mesmo tema delimitado no Projeto, o problema de pesquisa sofreu modificações, em função, também, do desenvolvimento da investigação e, é assim que, concentra-se, agora, na busca por conhecer: De que forma o pequeno comerciante varejista de alimentos da Cidade do Rio Grande vem existindo diante do avanço do circuito superior da economia na Cidade?

Destaco também que pela própria natureza da pesquisa qualitativa que me propus a trabalhar desde o Projeto, algumas questões que trazia como hipóteses foram sendo compreendidas de outra forma, na medida em que avancei do empirismo ao concreto, na fase de investigação, por meio da metodologia aplicada para o desvelamento dessa realidade.

Diante disso, procurei estruturar esta pesquisa em capítulos que dessem conta de explicar o desenvolvimento de minha compreensão em relação às hipóteses que tinha e os objetivos os quais no Projeto trazia para compreender cada uma de nossas hipóteses.

A hipótese é a possível verdade que o pesquisador, de acordo com as informações que tem sobre o fenômeno material que estuda, pretende alcançar. Essas hipóteses, em se tratando de pesquisas qualitativas, poderão mudar no andamento da pesquisa, conforme o aprofundamento do referencial teórico e o desenvolvimento da mesma.

Logo, buscando contemplar estas mudanças, é que este trabalho está dividido em quatro capítulos. Nesta introdução trago o espaço, tempo, objeto, sujeitos, problema, referencial teórico, hipóteses e objetivos, os quais constituem o fenômeno investigado, bem como esta pesquisa está organizada.

No primeiro capítulo, intitulado *Texto e Contexto da Pesquisa*, trago um resumo que serve como forma de nos situarmos nos ciclos de desenvolvimento econômico da Cidade do Rio Grande, até o modo como este está organizado na atualidade que corresponde ao período delimitado como objeto de tempo de estudo - 2005/2012 - período onde o Polo Naval desponta como um novo ciclo de desenvolvimento econômico na Cidade. É nesse período que me concentrei em compreender a forma como os pequenos comerciantes varejistas de alimentos vêm se organizando diante do circuito superior da economia. Então, aqui, não tive a pretensão de aprofundar o estudo sobre os ciclos econômicos da cidade, pois este não se constitui no foco deste trabalho. Esta estrutura bastante simplificada serve apenas como forma de nos situarmos na história da economia da Cidade até o momento.

Num segundo capítulo, procurei explicar os aspectos metodológicos da pesquisa, trazendo os instrumentos utilizados no desenvolvimento da mesma. Comecei este capítulo com o Estado da Arte, onde procurei no Banco de Teses da Capes, dissertações e teses que tivessem temas relacionados ao de minha pesquisa. Trago ainda neste capítulo, os procedimentos utilizados no desenvolvimento desta, que foram: revisão bibliográfica, observações livres, coleta de informações sobre o pequeno comércio varejista de alimentos através da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (Jucergs) e entrevistas semiestruturadas, com sua consequente transcrição, categorização, análise e teorização.

No terceiro capítulo, intitulado *A Adaptabilidade Dos Pequenos Comerciantes Varejistas de Alimentos do Rio Grande Frente aos Desafios da Modernização*, trago as hipóteses levantadas no projeto e cada um dos objetivos que levantei para cada uma delas e a forma como, por meio, do desenvolvimento da pesquisa passei a compreender estas questões.

Este capítulo procura desvelar a segunda hipótese que eu tinha em meu Projeto de Dissertação que era a de que “*Os trabalhadores do setor varejista do Rio Grande não conseguem compreender a relação existente entre a crise do setor e a expansão econômica da Cidade*”. Diante dessa hipótese, eu tinha, então, o objetivo de “*Conhecer que contradições existem na representação social dos trabalhadores do comércio varejista local que, em nosso entendimento, impedem esses trabalhadores de compreenderem os fatores que estão levando seus comércios à falência*”.

Esta hipótese e objetivo foram se modificando na medida em que avancei na pesquisa. Assim, pude compreender que, embora os pequenos varejistas do setor de alimentos não compreendessem todo o movimento pelo qual seu setor está passando, muitos sabem que é necessário pôr em prática algumas estratégias de “sobrevivência” para que seus comércios possam continuar a existir diante do desenvolvimento do circuito superior da economia. Diante disso, trago neste capítulo as estratégias utilizadas por estes trabalhadores para então, continuarem a coexistir com o circuito superior da economia de Rio Grande.

No capítulo 4, intitulado *A Educação Ambiental Crítica e Transformadora da Realidade como Possibilidade de Desvelamento do Trabalho como Desenvolvimento Humano e não do Capital* procurei atender ao que eu tinha como objetivo de pesquisa, o qual era “*Conhecer que contradições existem no desenvolvimento econômico da Cidade do Rio Grande que vem afetando negativamente o trabalho do pequeno comerciante varejista local*”. Este objetivo correspondia à hipótese de que “*Existem contradições no modo de produção capitalista que impedem que o desenvolvimento econômico da Cidade do Rio Grande-RS se desdobre num desenvolvimento social para seus trabalhadores*”.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa fui compreendendo que estas contradições estão nas relações de trabalho, já que este está sendo desenvolvido para atender interesses que diferem da sua verdadeira finalidade, a qual se centra na ontologia do ser humano enquanto ser social, uma vez que, por meio do trabalho desenvolvido sob as condições impostas pelo modo de produção capitalista, o trabalhador vai perdendo sua humanidade – pela alienação, coisificação, causadas pelo excesso de trabalho que necessitam desenvolver para poder ter o necessário e

o que é mais surpreendente é que esta relação da atuação invisível do capital sobre os trabalhadores é, de modo geral, compreendida como uma condição normal, como circunstâncias da vida.

Neste capítulo procurei atender, também, a hipótese que eu tinha em meu Projeto, que era a de que *não se trabalha uma Educação para a emancipação humana que leve o sujeito a compreender que o trabalho precisa ser o meio pelo qual o ser humano desenvolve sua humanidade*, uma vez que a Educação que temos aliena nossos sentidos e nos condiciona ao mundo do trabalho capitalista. Assim, procurei trazer para o campo da Educação Ambiental uma maior ênfase ao trabalho humanizador como uma necessidade premente da sociedade para a solução de seus problemas de vida.

Nas considerações finais a respeito da pesquisa, procuro mostrar um pouco da forma como o modo de produção capitalista interfere nas relações dos seres humanos, agindo diretamente na maneira como o trabalho é exercido. O trabalho, categoria fundante dos ser social, é sob a lógica do capital, invertido em modo de produzir mais-valia, por meio do sobretrabalho, o que pode ser verificado na forma como os sujeitos desta pesquisa vão, cada vez mais, sendo subsumidos pelo trabalho exaustivo, sem ao menos se dar conta da causa disto, o que estou a entender como o processo de alienação sofrido pelos trabalhadores nessa sociedade.

É, deste modo, que a Educação Ambiental Crítica ao “modelo” de sociedade tem um papel fundamental, embora não único, no processo de ruptura com esta alienação que nos condiciona a situações desumanas. A Educação - Ambiental – no sentido de compreender o ambiente em sua totalidade, onde o mundo é feito e refeito, a todo o momento, por homens e mulheres, por meio de seu trabalho, precisa ser desenvolvida com outras práticas que visem possibilitar ao ser humano ser mais humano e menos coisificado. Esse é o papel da Educação Ambiental Crítica e Transformadora da realidade, se esta quiser romper realmente com os paradigmas da sociedade da desigualdade que é a sociedade do capital.

## CAPÍTULO 1

### **TEXTO E CONTEXTO DA PESQUISA: A CIDADE DO RIO GRANDE E SEUS CICLOS ECONÔMICOS**

A cidade do Rio Grande, “marco” da colonização portuguesa no Rio Grande do Sul, fundada em 1737 na desembocadura da Laguna dos Patos é a cidade mais antiga do Estado e a única a possuir um porto marítimo.

O Porto, segundo o historiador Luiz Henrique Torres (2013), serviu de motivação para a ocupação luso-brasileira do Rio Grande do Sul e permitiu o desenvolvimento de atividades como, o comércio de importação e exportação, nas primeiras décadas do século 19 e, o posterior desenvolvimento fabril, a partir do final deste mesmo século.

No que diz respeito às atividades comerciais, Solismar Fraga Martins (2004, 2006), considera que tais atividades foram as primeiras a propiciar a expansão da área urbana da Cidade. O desenvolvimento econômico do comércio (sobretudo, de importação e exportação) permitiu a alguns comerciantes acumularem capitais que lhes possibilitaram investir no setor fabril, o qual inaugura uma nova fase de desenvolvimento econômico e de crescimento da área urbana da Cidade.

Este período de desenvolvimento industrial, que teve início, principalmente a partir de 1890, constituiu-se em um grande polo atrativo de mão de obra, o que acarretou na vinda de trabalhadores, sobretudo, da zona rural, tanto de Rio Grande, como de outras cidades, que se deslocaram em busca de melhores condições de vida. Isso, segundo Torres (2013), provocou sérios problemas sociais, com uma ocupação urbana que oferecia baixas condições de vida para a população.

A partir da segunda metade do século XX, as indústrias que até então eram responsáveis por grande parte da economia de Rio Grande, começaram a entrar em declínio e isso conduziu a um grande desemprego na década de 1950, sobretudo com o fechamento de empresas como as do grupo Luiz Loréa e do Frigorífico Swift (TORRES, 2013). Nos anos seguintes, há o surgimento de uma nova atividade

industrial: a indústria pesqueira que, segundo Torres (2013), chegou a empregar, entre os anos de 1960 e 1980, cerca de 20 mil trabalhadores, ou seja, grande parte daqueles que haviam ficado desempregados nos anos anteriores.

Mas, a partir da segunda metade da década de 80, a indústria da pesca começa a entrar em declínio, porém, a Cidade já estava passando por um novo surto de crescimento, motivado pelo projeto “corredor de exportações” do governo federal, o que originou a construção do Superporto, gerando milhares de empregos na construção da estrutura dos terminais de grãos, fertilizantes e químicos (TORRES, 2013). Este desenvolvimento atraiu para a Cidade ainda mais pessoas vindas de outras regiões à procura de trabalho Superporto e, também, nas novas indústrias que se instalaram no Distrito Industrial, como a indústria de adubos e de óleo de soja (SOARES, 1999). Isso agrava ainda mais as condições de vida de uma população que já sofria devido à falta de um planejamento urbano adequado às condições do crescimento populacional vivido.

A partir de meados da década de 1990, a Cidade permanece em um estado de estagnação econômica, até que, em 2005, é anunciada a construção de um estaleiro na Cidade, como consequência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo Governo Federal, cujo intuito era de elevar o nível de desenvolvimento econômico do País.

Assim, em 2006, começa a implantação do Polo Naval em Rio Grande, destinado à construção de plataformas de exploração de petróleo para a Petrobrás. Embora o Governo Federal tenha divulgado que a escolha de Rio Grande tenha sido feita para descentralizar a indústria naval brasileira, que hoje está concentrada no Rio de Janeiro, acreditamos que, tal escolha se deu, sobretudo pelos interesses dos Governos Estadual e Municipal que entraram em disputa com o estado do Rio de Janeiro, cujo Governo também tinha interesse na instalação de tal empreendimento. Contudo, Rio Grande acabou vencendo a disputa ao conceder isenções fiscais às empresas responsáveis por tal empreendimento (Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2006).

A então, implantação do Polo Naval passa a atrair para a Cidade empresas que passaram a atuar direta ou indiretamente na construção das plataformas

destinadas à exploração de petróleo. De tal forma que, esse processo está agravando os problemas de falta de infraestrutura que a Cidade já tinha, pois antes mesmo da instalação do Polo Naval, as necessidades básicas da população não eram atendidas de forma adequada. O aumento rápido do número de pessoas está causando caos urbano por meio de problemas como sistema de transporte coletivo deficitário, falta de moradias, hospitais, saneamento básico, entre outros.

Ao elencar as fases do desenvolvimento econômico de Rio Grande podemos ver que este não se desdobrou em um desenvolvimento social para sua população. Vimos, também, que cada período de desenvolvimento econômico foi seguido de um período de crise e posteriormente por um período de estagnação, processos que são característicos do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, István Mészáros (2009A) nos fala sobre as metamorfoses do capital, do quanto este se combina e recombina nos períodos de crise a fim de garantir sua estrutura. E, é justamente sobre isto que o Professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro buscou falar em sua aula inaugural do PPGEA-FURG em 2009 e que foi publicado na Revista Eletrônica do mesmo Programa de Pós-Graduação, ou seja, como o capital procura superar suas crises para garantir aquilo que lhe é intrínseco enquanto relação?

Para Loureiro (2009), assim como para nós que buscamos compreender a realidade objetiva por meio de uma Teoria Crítica da Educação Ambiental Transformadora, entender onde está o processo determinante da configuração do capitalismo torna-se decisivo para a compreensão da própria discussão ambiental, pois se essa discussão não é feita, a tendência é despolitizar a Educação Ambiental e as relações socioambientais como as que estamos discutindo nesta proposta de pesquisa, colocando-se a ênfase de tais “problemas” estritamente no plano ético-moral – o que, como diz o autor, explica em parte os motivos que levam a Educação Ambiental a ficar presa à promoção e questionamento de valores e se afastar da política e da economia (2009, p. 2), o que só perpetua o “quadro” social vigente.

Este contexto sobre o histórico urbano-industrial do Rio Grande e do papel do Estado como garantidor dos interesses classista burguês destacado por Mészáros (2009A) e Loureiro (2009), novamente ocorrem na atualidade em Rio Grande, uma

vez que o “progresso econômico” do setor naval acarretou a crise socioambiental da Cidade e o caos que se vive pela falta de infraestrutura e de políticas públicas de Estado<sup>3</sup> que garantam a qualidade de vida do ser humano, como o é o trabalhador.

Neste processo, o Estado promove políticas de governo, que estimulam o desenvolvimento econômico do capital, como o PAC, e políticas públicas, como o Plano Minha Casa Minha Vida. Tal combinação de políticas do tipo PAC e Minha Casa Minha Vida não se dá de forma casual, já que o desenvolvimento econômico do capital torna ainda mais evidente as contradições desse modo de produção, sendo necessária, muitas vezes, políticas que procuram acalmar possíveis indícios de desejos de mudanças radicais por parte do povo.

É interessante observarmos que Martins (2004) descreveu medidas semelhantes por parte do Estado em anos anteriores, quando ocorre a criação de diversos loteamentos pela Cidade entre as décadas de 1970 e 1980, os quais eram, em grande parte, medidas para conter os ânimos de uma população que sofria pela falta de moradia própria e pelas consequências de um regime militar desenvolvimentista (SOARES, 1999).

Tais loteamentos a que se referia Martins (2004) se localizavam distantes do centro urbano, o que favoreceu a abertura de pequenos comércios nestas novas áreas urbanizadas. Isso se confirmou ao realizarmos nossas entrevistas, onde pudemos ver que, a maior parte desses pequenos comerciantes trabalhava para o

---

<sup>3</sup> Segundo Paulo Roberto de Almeida (2009):

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais.

Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolvendo estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. O trabalho da burocracia pode levar meses, bem como o eventual exame e discussão no Parlamento, pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Neste sentido, entendemos que precisamos lutar por políticas públicas de Estado que garantam aos cidadãos o atendimento de suas necessidades para além de meros interesses políticos de determinado governo, precisando ser, portanto, alicerçadas em processos que garantam aos seres humanos as condições de sua existência, independentemente de meros interesses políticos.

setor privado e, ao perderem seus empregos, acabaram por abrir dentro de suas residências um pequeno comércio que, ao passo que se tornaria o meio de sustento seu e de sua família, possibilitaria também o fornecimento de produtos básicos à sua vizinhança, já que esta se encontra afastada do centro urbano.

Na década de 1970 surgiu uma rede riograndina de supermercados – Supermercados Guanabara – com a proposta de ser um “supermercado de bairro”, assim, hoje esta rede possui sete lojas na Cidade, sendo duas localizadas no Centro e outras quatro instaladas nos bairros: Cidade Nova, São Miguel, Jardim do Sol, Parque São Pedro e Cassino.

Atualmente, esta rede riograndina disputa o mercado com grandes redes multinacionais de varejo, como Big, Nacional e Maxxi Atacado, ambas, marcas do Wal-Mart e, agora, atraída pelo desenvolvimento do Polo Naval, com uma loja do Atacadão, que pertence ao Grupo Carrefour. Podemos visualizar a distribuição espacial desses mercados na figura a seguir:

**Figura 1.** Localização dos Grandes Mercados Varejistas de Alimentos de Rio Grande.



Fonte: Google Maps (adaptado pelo autor)

A disputa entre estes atores dificultou a manutenção do pequeno comércio de alimentos, fazendo com que estes trabalhadores extrapolem suas forças físicas e espirituais, na luta por manter sua existência. Muito embora estes trabalhadores não percebam a condição a qual estão submetidos, sabe-se que sua manutenção torna-se uma tarefa cada vez mais difícil diante do avanço das grandes redes, pois como ensina Milton Santos:

Concorrer e competir não são a mesma coisa. A concorrência pode até ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, exige o respeito a certas regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2001, p. 57).

Essa situação narrada por Milton Santos está cada vez mais visível em Rio Grande, onde, antes da instalação das multinacionais do comércio varejista de alimentos na Cidade, as empresas varejistas de alimentos não demonstravam atitudes agressivas entre elas. Assim, acreditamos que elas estavam apenas no nível da concorrência. Entretanto, a partir da instalação das redes multinacionais de varejo alimentar, começa o processo de competição, no qual, nesta pesquisa, estamos considerando que tenha como marco inicial a abertura dos grandes mercados aos domingos e feriados.

Nesse sentido, o município do Rio Grande promulgou uma Lei que proibia a abertura do comércio varejista aos sábados à tarde, domingos e feriados, com exceção dos seguintes segmentos, conforme Artigo 213, da Lei N° 6.565/2008:

– Excetuam-se do artigo 212-A os seguintes estabelecimentos comerciais:

- I – Bombonieres;
- II – tabacarias;
- III – confeitarias;
- IV – sorveterias;
- V – cafeterias;
- VI - bares;

VII – restaurantes;  
VIII – casas e diversões;  
IX – açougues;  
X – peixarias;  
XI – funerárias;  
XII – garagens;  
XIII – postos de combustíveis;  
XIV - locadora de veículos;  
XV – locadora de vídeo;  
XVI – fruteiras;  
XVII – bancas de revistas e jornais;  
XVIII – hotéis e motéis;  
XIX – farmácias;  
XX – casas lotéricas;  
**XXI – estabelecimentos operados diretamente pelos sócios e/ou pelos familiares até primeiro grau de parentesco. (grifo nosso)**

Tal Lei de autoria do Legislativo Municipal procurava “defender” os trabalhadores empregados pelas redes de supermercados, ao passo que beneficiaria os pequenos comerciantes ao proibir a abertura dos supermercados e hipermercados aos domingos e feriados. Como mostra o inciso XXI, somente poderiam funcionar em tais dias os estabelecimentos operados diretamente pelos sócios e/ou pelos familiares até primeiro grau de parentesco.

Entretanto, o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, que precisaria defender os interesses dos trabalhadores, contraditoriamente, entrou na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei N° 6.565/2008. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por meio do processo N° 70025281668 (anexo 1) considerou procedente tal pedido e acabou por revogar tal lei.

Esta situação causou grande repercussão e foi motivo de várias manifestações por parte da comunidade, principalmente, através do jornal local de maior circulação na cidade, algumas das quais podemos observar abaixo:

Esta polêmica sobre a abertura do comércio aos domingos me parece que é como tentar matar o paciente para curar a doença. Não consigo entender. Com tantas leis que protegem os trabalhadores, uma justiça do trabalho atuante, sindicatos que se dizem protetor dos direitos de seus associados, uma imprensa, escrita, falada e televisiva, que diariamente denuncia abusos, ainda existem situações que para serem resolvidas necessitem de um retrocesso absurdo de limitações ao livre comércio. Basta simplesmente fiscalizar, aplicar a lei ou adequá-la aos novos tempos. Será que não almejamos crescimento?

Quando, já há muito tempo, existem os centros de compras 24 horas nós queremos voltar ao comércio dos armazéns e bodegas, cujo tempo já passou. É elementar que o desenvolvimento passa por um comércio forte e atuante. Os efeitos colaterais, por venturas existentes, devem ser tratados com bom senso e inteligência, mas nunca com medidas cômodas e simplistas. Em tempos de Polo Naval, P53 etc., pensarmos pequeno só vai retardar o progresso tão almejado e esperado por todos nós.

João Roberto Martins da Rosa, Jornal Agora, 08/05/2008 - Carta do Leitor.

O poder econômico, no Brasil, não dá lugar a uma sociedade justa e humana, é necessário vir aqui o governo alemão, representado como foi pela Sra. Beverley Mclachlin, e dizer: "Compro do Brasil o combustível, mas não pode haver o trabalho escravo do cortador de cana-de-açúcar". Isso é uma vergonha para qualquer brasileiro.

Não há desenvolvimento sem que haja o mínimo de dignidade e cidadania do trabalhador.

Quando as autoridades políticas falam em retrocesso, sem dúvida pensamos no feudalismo, quando o senhor feudal ditava as ordens e seus empregados e escravos cumpriam. Hoje está em luta a classe dos comerciários, que estão sendo humilhados para se manter num subemprego.

O sindicato busca o regramento dessa desproporcionalidade. Não há sociedade justa, especialmente entre trabalho e capital, sem que haja uma proteção significativa ao trabalho. As leis estão aí, mas a maioria delas sem cumprimento, não há fiscalização do Ministério do Trabalho para os descumprimentos do art. 2º da Lei 11.603/2007, pois esta proíbe o trabalho sem autorização em norma coletiva de trabalho e, portanto, não há norma autorizadora do funcionamento dos supermercados nos feriados. A multa, pela reincidência, por loja aberta seria de R\$ 24.900,00, ou 600 salários mínimos. Onde está o Ministério do Trabalho? Onde estão as autuações? Porque se houvesse não estariam abertos, já que seria mais barato o pagamento aos funcionários, o que não é feito. Onde está a fiscalização do Ministério do Trabalho ao que determina os art. 385 e 386 da CLT, também em ensejaria multas no mesmo porte?

O prefeito se manifesta dizendo que é retrocesso para sua cidade. Diante deste quadro indesejável, nada mais resta aos comerciários, senão se unirem-se para buscar seja a que custo for o regramento.

Há vereadores que se dizem contra o projeto, portanto são contra a dignidade do trabalhador, hoje comerciário, amanhã poderá ser outra categoria. O comerciário não deve aceitar as imposições dos empregadores, especialmente na desfiliação da classe, quanto mais forte fomos, mais direito reivindicaremos.

O que a classe busca não é o fechamento total, mas sim o regramento do trabalho no comércio, com escalas de revezamento fiscalizadas e pagamento em dobro das horas trabalhadas, como qualquer categoria.

Estas perguntas ficam, para você comerciário interpretar?

Será retrocesso dar dignidade e cidadania ao trabalhador? Será justo o progresso, com desigualdade de tratamento das classes? Será justo o trabalhador ficar mais de 11 horas à disposição do empregador sem saber quando terá seu dia de folga? Será justo os comerciários nunca se encontrarem com suas famílias e amigos? Será justo trabalhar domingos e feriados sem receber nada de acréscimo no final do mês? É para estas respostas que as forças políticas de nossa cidade estão virando as costas e apelidando de retrocesso.

Valdir de Carvalho Barroco, Jornal Agora, 24/05/2008 – Artigo.

Quase que diariamente tenho lido cartas neste espaço que criticam o fechamento do comércio aos domingos. Concordo com os argumentos de muitos e também considero um retrocesso, porém, considero retrocesso maior ainda não pagar os direitos dos trabalhadores que trabalham nesse dia. É simples! Se os supermercados do Rio Grande querem abrir aos domingos, que façam um acordo com o sindicato, paguem os direitos dos funcionários e pronto! O nosso direito de frequentar o comércio aos domingos nunca pode ser maior do que o direito dos trabalhadores de receberem corretamente pelo seu trabalho. Lembrem-se de que a escravidão já acabou a mais de um século.

Outra coisa intrigante nessa situação é a diferença de tratamento entre uma pequena empresa e uma grande empresa: o pequeno empresário geralmente paga seus funcionários da maneira correta, senão o Ministério do Trabalho está "batendo" na sua porta, mas com a empresa grande é diferente, justo aquela que tem dinheiro para cumprir com as suas obrigações é quem se recusa a agir com seriedade!

Sejamos um pouco mais solidários, se o povo ficar ao lado desses trabalhadores, certamente os supermercados pagarão o que deve ser pago. Ou vocês acham que eles vão simplesmente deixar de abrir aos domingos? Precisamos estar de acordo com o que é certo, e o certo é fazer os supermercados cumprirem seus deveres para com seus funcionários. Sejamos um pouco mais conscientes e menos egoístas!

A cidade está crescendo! Acho isso muito bom, mas também acho que a exploração de trabalhadores pelo simples fato de precisarem muito do emprego não se enquadra nessa cena de desenvolvimento. Vocês já conversaram com algum dos funcionários dos supermercados? Já perguntaram quanto ganham e em que condições trabalham? Eu já perguntei, e uma funcionária de um desses estabelecimentos me informou que trabalha aos domingos para ganhar apenas 12 reais. É bom perguntar antes de simplesmente dizer que "é um retrocesso".

Gostaria de parabenizar o trabalho dos vereadores do Rio Grande, que ouviram as duas partes dessa situação e, diferentemente da maioria dos políticos desse País, apoiaram os trabalhadores e não as empresas privadas, tomando a decisão mais sensata e justa.

Mirelle Moran, Jornal Agora, 25/06/2008 - Carta do Leitor.

Por mais que se tente desviar do assunto, é evidente que a pauta dos últimos 30 dias na cidade refere-se a abertura ou não do comércio aos domingos. Por isso, venho por meio desse espaço também fazer algumas considerações a respeito do tema. Mais do que considerações, gostaria primeiro de parabenizar o Sr. Saulo Goswami em seu texto na "Carta ao Leitor" do dia 01/08/2008.

De maneira muito sucinta, ele conseguiu expressar o que muitos riograndinos (os trabalhadores, que é claro, não possuem voz para se manifestarem, pois com certeza possuem receio de represálias por parte de seus patrões) vêm pensando sobre este tema: 1) confusão tremenda entre "crescimento" e "desenvolvimento", uma confusão bastante proposital, diga-se de passagem, pois vem bem a calhar com os interesses particulares que estão em jogo; 2) pedido de "Imparcialidade" dos sindicatos, mais uma vez um ato de extrema falta de informação por parte dos mesmos que exigem que o comércio seja aberto aos domingos; 3) riograndinos em massa indo ao supermercado em Pelotas? Jornal pelotense agradecendo a nossa Câmara de Vereadores por tal decreto? Nos perguntemos, de onde surgem essas afirmações senão dos órgãos pelotenses parceiros dos que aqui exigem abertura do comércio. Estranho não? 4) a desconsideração total da nossa Câmara Municipal. Neste quarto item (e aqui o mais relevante) que

foi publicado na coluna “Galho de Urtiga” do dia 23/06/08 está evidenciado, de maneira muito clara, quando um interesse pessoal se sobrepõe a um interesse coletivo. O colunista com a afirmação de “número de votos” faz com que toda legitimidade da Câmara seja jogada fora, para que assim o Sr. Prefeito possa atender aos seus interesses, afinal, o Sr. Prefeito apoia a causa do colunista e a Câmara não.

E gostaria de acrescentar duas considerações a este debate: 1) Não seria essa medida de não abertura do comércio aos domingos, uma forma de potencializar as pequenas empresas não pertencentes a grupos e entidades comerciais? 2) Deixo a sugestão de que as mesmas entidades (e pessoas) que exigem a abertura do comércio, se prontifiquem a trabalhar nesse dia, pois quem sabe com o Sr. Prefeito despachando em pleno domingo a cidade alcançaria um nível ainda maior de “desenvolvimento”. Não seria mais justo, então, que TODOS, com seus devidos direitos trabalhistas, trabalhássemos aos domingos em prol do nosso “crescimento acelerado”?

Felipe Nóbrega Ferreira, Jornal Agora, 08/07/2008 - Carta do Leitor.

Eu gostaria de saber se alguém já se deu conta de que, em torno a todo esse debate sobre o horário de funcionamento do comércio, os órgãos que deveriam regular e fiscalizar as atividades trabalhistas ainda não se manifestaram de modo satisfatório. Sempre achei que os vereadores não deveriam tratar de questões como essas.

Na minha opinião, o papel deles seria o de ajudar a pressionar órgãos como a delegacia do Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, para fazer valer os direitos dos trabalhadores. Porém, em ano eleitoral, sempre pode-se esperar de tudo da classe política, e realmente nada mais me surpreende nesse tema.

O que acho estranho é que, depois de todas essas semanas de debates envolvendo inclusive a população em abaixo-assinados, ainda não vi nenhuma posição definitiva e conclusiva dos órgãos que deveriam proteger e regular as atividades trabalhistas. A desculpa é a mesma de sempre - “não há pessoal suficiente”, e o nosso sentimento é o mesmo de quando, em face de alguma situação adversa, ligamos para pedir o apoio da Brigada Militar (e isso ocorreu comigo há pouco tempo), e a resposta para a demora é “- só temos uma viatura para atender toda a cidade”.

Sinceramente, isso é uma afronta a qualquer direito básico do cidadão, assim como trabalhar sem receber os respectivos direitos é uma afronta a qualquer trabalhador. Mas com certeza, para resolver esse “enrosco” do horário do comércio em Rio Grande, a melhor solução não é o fechamento. Pena que os nossos vereadores, em mais um momento de conveniente cegueira e surdez, não conseguiram ver ou ouvir os apelos da população.

Leonardo Ferreira, Jornal Agora, 12/07/2008 - Carta do Leitor.

Nesta pesquisa realizada pelas edições do referido jornal no ano de 2008, podemos ver que, muitas pessoas são favoráveis à abertura do comércio aos domingos e feriados, desde que se façam valer as leis trabalhistas. Entretanto, não é o que acontece na prática, já que as flexibilizações das leis trabalhistas e os consequentes acordos coletivos de trabalho têm permitido que os trabalhadores das

grandes redes - que necessitam de seu emprego para garantir sua existência - se submetam a jornadas de trabalho cada vez mais extenuantes.

Na ação que o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios moveu contra a Lei N° 6.565/2008, ele sustenta que o fechamento do comércio aos domingos não atende aos interesses da comunidade local, pois, para o Sindicato, o comércio nesses dias possibilita a compra familiar, aumenta a arrecadação do Estado e do Município e fomenta o emprego, porém não é isso que vemos na realidade. A abertura das grandes redes aos domingos e feriados não aumentou o número de empregos, uma vez que os funcionários que trabalham nestes dias são os mesmos que trabalham nos demais dias da semana e estes, pelo conhecimento que temos, não recebem horas extras por seu trabalho, uma vez que estas empresas adotam o chamado “banco de horas”, ou seja, as horas trabalhadas em tais dias são compensadas por folgas em outros dias da semana.

A abertura das grandes redes aos domingos e feriados começou com o Hipermercado Big e acabou “forçando” a abertura nesses dias por parte também dos demais supermercados. Esse fato é apenas o “pontapé” inicial da guerra que se travou entre os maiores mercados presentes na Cidade, cujas consequências atingem principalmente os sujeitos dessa pesquisa, isso porque, como diz Milton Santos:

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2001, p.85).

A partir desse ensinamento de Milton Santos fica clara a política do “lucro a qualquer custo” adotado pelas grandes redes, onde não há preocupação com a saúde de seus trabalhadores. A questão que envolve a saúde dos trabalhadores em

função da abertura dos comércios aos domingos e feriados extrapola o âmbito das grandes redes de supermercados, atingindo também os pequenos comerciantes varejistas de alimentos.

Se, por um lado, a saúde dos empregados das grandes redes se vê afetada pela falta de descanso aos finais de semana, a saúde dos pequenos comerciantes varejistas prejudica-se devido à longa jornada diária de trabalho que estes têm que desenvolver para compensar as perdas sofridas em consequência da abertura dessas redes em dias que eles consideravam “bons dias de vendas” como os são os domingos e feriados.

O que estamos vivenciando em Rio Grande, com o avanço do circuito superior da economia, representado pelas grandes redes de varejo alimentar, aconteceu de forma semelhante em outros países. Assim, destacamos o caso de Portugal e dos Estados Unidos.

Em Portugal, segundo pesquisa em jornais e blogs ambientalistas, o avanço do circuito superior da economia já era visível desde 1995, quando grandes redes de comércio varejista começaram a se instalar em tal país. Este processo provocou uma mudança na estrutura urbana das cidades, uma vez que “[...] esse modelo simplesmente arrasa o comércio local e desertifica a cidade transpondo o seu comércio para o modelo low cost, criando cidades desqualificadas, desertas, vazias e sem qualidade urbana e humana” (Fonte: Blogue Ambientalista da Margem Sul).

O problema causado pelas grandes redes de varejo nos Estados Unidos é revelado pelo documentário Wal-Mart: O Alto Custo do Preço Baixo, onde o cineasta Robert Greenwald mostra os efeitos das instalações do Wal-Mart em diversas cidades Norte-americanas; as consequências para a população local e a forma como os pequenos comerciantes perderam seu sustento devido à competitividade de tal Empresa. O documentário mostra também as péssimas condições de trabalho - e vida - a que os funcionários de tal rede são submetidos para poderem manter sua existência.

Nesse sentido, Loureiro (2009) diz que há outro processo econômico da atual formação societária que precisamos compreender e que consiste no fato de que quando há muita acumulação, o capital precisa ser reinvestido, mas para ser

reinvestido, ele tem que ser feito em cima de novos mercados porque do contrário “satura”, favorecendo a redução do lucro (algo letal para a saúde do sistema). E acrescenta ele, o que Mészáros (2009A) nos ensina, ou seja, que é justamente esta necessidade estrutural de acumulação e expansão que caracteriza o movimento de mundialização do capitalismo.

Loureiro acrescenta também outra característica do capital e que reside no fato de que para uma empresa capitalista ser competitiva, precisa atuar em duplo sentido. O primeiro está no ganho em cima do trabalho, o que explica a concentração de multinacionais na América Latina, África, China e Índia – países e continentes onde se consegue fazer um processo de expropriação mais intenso do trabalho e garantir maior ganho. O segundo sentido está na flexibilização dos direitos trabalhistas, na especulação em torno dos salários e no avanço tecnológico, ampliando a produtividade do trabalhador e otimizando os gastos de matéria e energia por unidade, o que garante a massificação da produção e o estímulo ao consumo por meios simbólicos, incentivos fiscais ou facilidades na obtenção de crediários (LOUREIRO, 2009, p. 4-5). Essa fala de Loureiro reflete a realidade de nossa Cidade.

Logo, esse movimento de avanço tecnológico, intensificação da exploração do trabalho e expansão do mercado faz com que o capitalismo avance brutalmente como forma social hegemônica em todo o planeta, eliminando culturas e organizações sociais que se mostram antagônicas a seus interesses (LOUREIRO, 2009, p. 5).

Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos já dizia que com o aumento dos capitais, diminuem os lucros e o primeiro a sofrer é o pequeno capitalista, já que o grande capitalista compra sempre mais barato que o pequeno, porque compra em grandes quantidades (porque tem capital para isso). Por esta razão, também pode vender mais barato, sem ter prejuízo. É como diz o ditado popular lembrado por Marx (2002): dinheiro faz dinheiro.

Desse modo, concordando com Loureiro (2009), dizemos que o fato concreto é que estamos diante do avanço do capital, dos processos de geração de riqueza no mesmo movimento de ampliação da pobreza e da degradação ambiental, do

esvaziamento das instituições públicas e uso do Estado como elemento que legitima e reproduz a acumulação via liberalização de mercado (2009, p. 03).

Como ressalta Baran e Sweezy (1978), o processo de trabalho é, assim, um assunto que ocupa lugar central no estudo da sociedade capitalista, pois apesar de todos os tipos de mistificação teórica que procuram descartar estes problemas como sendo 'preocupações anacrônicas do século XIX, entendemos ser indispensável para a superação da sociedade vigente o enfrentamento teórico/prático contra as concepções que destacam o fim do mundo do trabalho.

Dentro dessa compreensão da importância de se estudar o processo de trabalho na sociedade capitalista em que vivemos é que nos propomos a estudar a forma como o trabalho desenvolvido pelos pequenos varejistas do comércio de alimentos do Rio Grande vem resistindo diante do avanço das grandes redes de varejo alimentar instaladas na Cidade.

## CAPÍTULO 2

### ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como Minasi sempre insistiu em sala de aula:

Se nós nos orientamos pelos princípios de fraternidade, de justiça, de democracia política e econômica, e existimos numa sociedade de classes sociais, onde reinam como polos opostos, a pobreza e a riqueza, sem limites, então, na busca de teorias e métodos para estudar nossa realidade, devemos procurar uma perspectiva epistemológica que não somente não negue, mas que esteja comprometida com a melhoria dessa existência, dessas realidades que enfraquecem o ser humano em suas dimensões espirituais e materiais (MINASI, 2012, p. 03).

É assim que optamos a trabalhar nesta pesquisa em Educação Ambiental com a Teoria Crítica da Educação Ambiental, no enfoque trazido por Loureiro (2004), pois este professor entende a Educação Ambiental, a partir da compreensão marxista de mundo, a qual está de acordo com os ensinamentos marxistas trabalhados por Minasi (2012).

As pesquisas qualitativas que se apoiam no Materialismo Dialético, no Materialismo Histórico e na Economia Política e que, portanto, fundamentam a Teoria Crítica da Educação Ambiental trabalhada nesta pesquisa, tem por objetivo a obtenção de resultados válidos ao atendimento das necessidades dos seres humanos.

Assim, para responder o problema de nossa pesquisa que consiste em conhecer a forma como o pequeno comerciante varejista de alimentos da Cidade do Rio Grande vem existindo diante do avanço do circuito superior da economia na Cidade e para atender o tema por nós investigado, que diz respeito a conhecer como se encontra estruturado o comércio varejista do Rio Grande-RS diante do desenvolvimento econômico da Cidade (2005-2012), usamos diversas ferramentas metodológicas, tais como: revisão bibliográfica, observações livres, coleta de informações sobre o pequeno comércio varejista de alimentos através da Junta

Comercial do Rio Grande do Sul e entrevistas semiestruturadas, realizadas com uso de gravador de voz.

Começamos a revisão bibliográfica com a delimitação de referências sobre o método marxista; a metodologia a partir do estudo de Augusto Nivaldo Triviños (2009) e dos materiais trabalhados por Minasi (2012) em sala de aula; leituras de artigos e documentários sobre a temática da pesquisa; estudo de Milton Santos, em especial, da obra *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*, além do estudo da Educação Ambiental Crítica, com enfoque na Educação Ambiental Crítica Transformadora.

No entanto, pareceu-nos conveniente, também, descobrir o que estava sendo produzido academicamente, mais precisamente em dissertações de mestrado e teses de doutorado, acerca da temática por nós desenvolvida neste trabalho. Para tanto, realizamos, primeiramente, uma busca no Banco de Teses da Capes tendo como parâmetros de pesquisa, dissertações e teses que tratassem do circuito inferior da economia. Em seguida, efetuamos uma busca onde procuramos trabalhos que tratassem do comércio varejista de alimentos. Por fim, realizamos uma terceira busca combinando as palavras-chaves utilizadas nas duas pesquisas feitas anteriormente.

A primeira pesquisa retornou um total de vinte e quatro dissertações e sete teses, sendo que, onze dissertações e seis teses se relacionam, de alguma forma, com a pesquisa que realizamos, uma vez que, trazem para análise questões que dizem respeito às atividades do circuito inferior da economia dentro do panorama organizacional das cidades, dentre elas: feiras livres, shoppings populares, pesca, artesanato, pequeno comércio (de forma geral), confecções, entre outras.

Já, a segunda busca realizada no Banco de Teses Capes, que teve como parâmetro de pesquisa o comércio varejista de alimentos, resultou em um total de sessenta e três dissertações e onze teses sobre este tema, sendo que, apenas quatro dissertações e nenhuma tese possuem um enfoque que aproxima-se do que nos propomos a estudar. As demais acabam, de forma geral, privilegiando a análise econômica sobre a social, o que não está de acordo com o que propomos a estudar,

já que procuramos tratar das questões econômicas relacionadas fortemente com as questões sociais.

Na terceira busca no Banco de Teses, onde procuramos relacionar as duas buscas feitas anteriormente, tivemos como resultado apenas um trabalho que se aproximou bastante da nossa proposta, trata-se da dissertação de mestrado em geografia que Marina Regitz Montenegro defendeu em 2006 junto à Universidade de São Paulo, intitulado *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. Neste trabalho, a autora procura realizar uma análise sobre as dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no atual período da globalização. Ela busca entender como o território constitui um abrigo para os atores não hegemônicos, na medida em que comporta atividades tão distintas e distantes em termos de graus de organização e de capital.

Quanto às observações livres que realizamos nesta pesquisa, entendemos que estas significam o começo do conhecimento científico. “Observar é abstrair de um conjunto de fenômenos, um ou vários fenômenos para assinalar suas características, em detalhe, separadamente da totalidade desse pequeno mundo que se oferece aos olhos das pessoas” (MINASI, 2012, p. 34). Foi assim, que nossas observações se desenvolveram a partir do trabalho exercido junto ao comércio varejista – primeiro enquanto empregado de uma rede de supermercados e depois como empregado de empresas que vendem seus produtos para o pequeno comércio varejista de Rio Grande.

Em nossas observações víamos o sacrifício que os pequenos comerciantes varejistas faziam para poderem manter seus comércios. Podíamos sentir sua insegurança em relação ao futuro e o seu esforço em conseguir manter suas famílias, sempre procurando “driblar” os desafios que a realidade lhes impunha.

Foi com base nessas observações que orientamos nossas hipóteses de pesquisa, já que “a observação livre sempre é orientada por hipóteses. Não é uma espécie de busca a cegas, ainda que os achados possam ser surpreendentes” (MINASI, 2012, p. 35), como de fato ocorreu nessa pesquisa, onde algumas

questões que tínhamos como hipóteses passaram a ser compreendidas de outra forma.

Como nossas atividades de trabalho sempre foram desenvolvidas em diversos bairros da cidade, a escolha e delimitação dos mesmos foi uma tarefa bastante difícil de ser realizada. Inicialmente, por ocasião da qualificação, pensamos em delimitar o bairro Vila Maria e arredores, pois, aparentemente, a instalação de um macro atacado da rede Carrefour no bairro acarretou em um impacto negativo para os pequenos comerciantes lá situados.

No entanto, pensamos que se utilizássemos somente este bairro como amostragem, teríamos uma explicação óbvia que comprovaria nossas hipóteses. Foi assim, que nos detivemos a trabalhar com os pequenos comércios varejistas de alimentos de diferentes áreas da cidade, pois, se nos restringíssemos à Vila Maria e arredores, não saberíamos se o que acontece ali poderia ser considerado como válido para entendermos a realidade dos demais pequenos comerciantes varejistas de alimentos da cidade e, assim, não teríamos um panorama geral de como está organizado tal comércio diante do “desenvolvimento” gerado, sobretudo pelo Polo Naval.

A nossa compreensão do “desenvolvimento” sob o modo de produção capitalista está bem expresso nas palavras de Olgária Matos no prefácio do livro *O Direito à Preguiça* de Paul Lafargue onde esta diz:

O desenvolvimento capitalista vincula-se ao extraordinário crescimento do controle sobre a natureza a partir da ciência e da técnica, mas estas, da mesma maneira que o trabalho, transformam-se em ideologia que levam o nome de progresso. Este identifica desenvolvimentos científicos e tecnológicos com o progresso da humanidade, dissimulando as regressões da sociedade, e as vítimas do progresso são apenas acidentes de percurso rumo a futuros gloriosos. Assim, no apogeu do desenvolvimento técnico e científico, o mundo regurgita superfluidades e destruição planetária: os trabalhadores produzem pacificamente os meios de destruição social, sendo as guerras sua manifestação mais flagrante, sintoma de que o trabalhador perde o sentido do uso de sua vida quanto mais mercadorias e tecnologia produz (2003, p. 8-9).

Assim, começamos nossa análise da situação do pequeno comércio varejista de alimentos do Rio Grande, buscando dados quantitativos, por meio de um Ofício (anexo 2) enviado à Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

O pedido justificava-se pela necessidade de dados estatísticos anuais (de 2005 a 2012) referentes ao número de pequenos empreendimentos do setor varejista de alimentos (açougues, mercearias, padarias, bares, minimercados, armazéns), enquadrados como Microempresa<sup>4</sup> ou Microempreendedor Individual<sup>5</sup>, que deram início às suas atividades, bem como o número de empreendimentos que solicitaram a sua extinção<sup>6</sup>/falência<sup>7</sup>, nos referidos anos.

Em retorno a tal pedido, a Jucergs enviou oito documentos referentes à constituição de pequenos comércios varejistas de alimentos e oito documentos referentes à extinção de tais comércios nos anos que solicitamos (anexo 3). Organizamos as informações obtidas e as dispomos na tabela abaixo:

---

<sup>4</sup> A Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 estabelece em seu capítulo II, art. 3º, define como sendo microempresa ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

<sup>5</sup> Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado.

Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 34,90 (comércio ou indústria), R\$ 38,90 (prestação de serviços) ou R\$ 39,90 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. (Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>)

<sup>6</sup> Encontra-se regulada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.

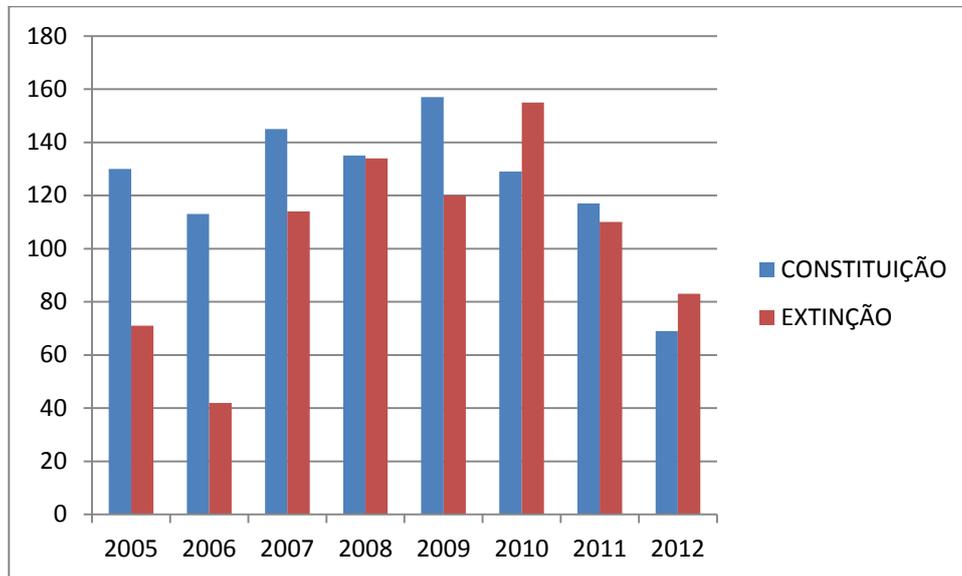
<sup>7</sup> Ocorre quando declarada judicialmente. A falência encontra-se regulada pela Lei Nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a qual regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

**Tabela 1.** Dados da Junta Comercial do Rio Grande do Sul a respeito do Pequeno Comércio Varejista de Alimentos de Rio Grande entre os anos de 2005 e 2012.

ANO	CONSTITUIÇÃO			EXTINÇÃO		
	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	SOCIEDADE	TOTAL	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	SOCIEDADE	TOTAL
2005	115	15	130	62	9	71
2006	98	15	113	40	2	42
2007	129	16	145	104	10	114
2008	128	7	135	118	16	134
2009	146	11	157	111	9	120
2010	122	7	129	147	8	155
2011	108	9	117	96	14	110
2012	60	9	69	77	6	83
2005/2012	TOTAL DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS		995	TOTAL DE EMPRESAS EXTINTAS		829

Observando os números vemos que, ao longo do período que nos propomos a analisar, se constituiu um grande número de empresas, ao passo que, um número igualmente grande deixou de existir. Podemos visualizar de forma mais clara no gráfico a seguir:

**Gráfico 1.** Comparativo entre a quantidade de Pequenos Comércio Varejistas de Alimentos que constituíram e extinguíram empresas entre os anos de 2005 e 2012.



Porém, os dados obtidos a partir da Jucergs não revelam, em si, a realidade que existe por detrás dos números que os representam. Foi por esta razão, que optamos por priorizar a pesquisa qualitativa para poder compreender o que de fato estes números representam. Foi assim, que, alicerçados nos fundamentos da compreensão de Milton Santos (2004, p. 254), concordamos com o autor quando ele diz que geralmente são as menores atividades que têm existência mais flutuante e que, no caso dessa pesquisa, tratam-se dos pequenos comércio varejistas de alimentos.

A explicação que Milton Santos (2004) traz para este fenômeno é a de que a mudança da rede de clientes se torna suficiente para que este pequeno comércio entre em crise, do mesmo modo em que, a extensão desmensurada do crédito aos clientes (fiado) ou a obtenção de mercadorias a crédito além da sua capacidade real de escoamento são os principais motivos que levam estes comércio à falência, seja porque o comerciante tornou-se incapaz de renovar seu estoque por falta de dinheiro líquido ou porque o baixo giro de seu estoque o leva ao atraso do pagamento aos seus fornecedores, o que tornam o seu negócio inviável.

Para verificarmos o como esta compreensão de Milton Santos (2004) se expressa na realidade do pequeno comércio varejista da cidade do Rio Grande, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com tais comerciantes. A entrevista semiestruturada, como o seu nome indica, se dirige ao esclarecimento de um problema. Porém, essa busca de clareza não se baseia exclusivamente no saber elaborado e estruturado do pesquisador. A participação do entrevistado é fundamental para a condução da mesma.

Em relação ao modo como nos organizamos para estabelecer os critérios para a realização dessas entrevistas, procuramos apoio teórico em Minasi (2012), que nos ensina que por meio da pesquisa qualitativa, o pesquisador pode tirar, intencionalmente, uma amostra de seu objeto de estudo usando determinado critério. É o pesquisador, portanto, quem determina tanto o critério quanto o número de pessoas que formarão parte de sua pesquisa.

O tamanho da amostra que se recomenda é que não esteja representado por menos de oito sujeitos. Dessa maneira, os resultados que se alcançam podem ter maior nível de validade (MINASI, 2012, p. 10). Cabe lembrar que os resultados que se obtenham através da pesquisa qualitativa constituirão generalidades, isto é, tendências predominantes que se observam em relação ao tópico estudado (p. 10-11).

Assim, como nossa pesquisa não está restrita a um bairro em especial e sim a Cidade como um todo, preferimos delimitar os bairros a serem feitas as entrevistas de acordo com suas localizações. Como existe uma grande quantidade de bairros na Cidade, optamos por selecionar alguns que estejam bem distribuídos espacialmente. Assim, nossa organização para as entrevistas seguiu o quadro abaixo<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> Optamos por não considerar os bairros mais afastados da Cidade, como Quinta, Povo Novo, Taim e Ilhas, por acreditar que estes, por encontrarem-se mais distantes do centro urbano, possuem características próprias que não daríamos conta de estudar nesta pesquisa.

**Quadro 1.** Número de entrevistados selecionados por bairro.

BAIRROS	Nº DE ENTREVISTADOS
Cassino	1
Bolaxa	2
Parque São Pedro	2
Parque Marinha	1
Bernadeth	2
Cidade Nova	1
Navegantes	1
Santa Tereza	2
Centro	2

Podemos visualizar a distribuição espacial dos bairros selecionados na figura abaixo:

**Figura 2.** Localização dos bairros selecionados para a realização das entrevistas.

Fonte: Google Maps (adaptado pelo autor)

Como nos ensina Minasi:

[...] na entrevista semiestruturada, os sujeitos que participarão na pesquisa são escolhidos de acordo com alguns critérios. A amostra não é probabilística e, portanto não é nem representativa de populações nem emprega a aleatoriedade na escolha dos sujeitos da pesquisa. Por isso, escassamente, em todo o processo da pesquisa, a estatística terá alguma importância (MINASI, 2012, p. 25).

Assim, os critérios utilizados para a escolha dos entrevistados, em cada um dos bairros citados na tabela acima, se deram, principalmente, em função da sua vontade e disponibilidade em participar da entrevista e responder às questões propostas.

Nosso objetivo, então, foi o de conhecer, através das entrevistas semiestruturadas, a forma como o pequeno comerciante varejista de alimentos compreende a realidade por ele vivenciada e como ele se organiza para manter sua atividade diante dessa nova realidade que se apresenta.

Como nossa atividade, enquanto vendedor junto ao comércio varejista de alimentos estava a nos mostrar um “quadro” de instabilidade no setor, confirmado pela análise dos dados quantitativos fornecidos pela Jucergs, procuramos, por meio das entrevistas, conhecer a forma como os trabalhadores do pequeno comércio varejista do Rio Grande-RS estavam se organizando para poderem se manter em meio ao desenvolvimento do circuito superior da economia na Cidade.

Foi por esta razão, que delimitamos a realização de nossas entrevistas com aqueles trabalhadores que, apesar das adversidades, estão conseguindo manter em funcionamento seu trabalho, já que o foco de nossa pesquisa está em compreender como estes trabalhadores estão mantendo sua atividade frente ao avanço do circuito superior da economia de Rio Grande.

Na elaboração do roteiro para a realização das entrevistas semiestruturadas (anexo 19), continuamos com os ensinamentos de Minasi, ao considerar que, "não basta, porém, a teoria para elaborar os roteiros de entrevistas e observações. Necessitamos também ter absoluta clareza no que queremos investigar. Isso

significa também ter plena consciência dos objetivos e/ou hipóteses que elaboramos" (MINASI, 2012, p. 17). Dessa forma, procuramos estabelecer um roteiro de entrevistas que “preenchesse” a lacuna de conhecimento que tínhamos da realidade desses pequenos comerciantes.

Para obter de nossos entrevistados o máximo de informações que possibilitassem compreender a forma como se organizam em seu trabalho, procuramos realizar nossas entrevistas em um horário que não os prejudicasse, estabelecendo um clima de cordialidade, onde a confiança foi o elemento fundamental para que estes se sentissem seguros com relação às informações que estavam nos concedendo, embora, sejamos cientes das possíveis deficiências das entrevistas, as quais residem no traço de subjetividade predominante nelas.

A entrevista semiestruturada, como resultado das respostas do entrevistado, obriga ao pesquisador a seguir com outras interrogativas, cujas respostas exigem novas hipóteses, inclusive novas teorias para interpretar as informações que recebe do sujeito. Foi assim, que após a realização das entrevistas, as transcrevemos e as organizamos por categorias empíricas que mais apareciam, as quais foram: adaptabilidade e tempo.

Quando nos referimos à adaptabilidade, tratamos da capacidade dos trabalhadores em mudar para enfrentar os desafios que o capitalismo os impõe. É comum que trabalhadores que trabalhavam de carteira assinada ao perderem seu emprego, ou por almejarem um aumento de ganhos, decidam abrir um pequeno comércio. Outro fator ligado à adaptabilidade, diz respeito às inovações que tais trabalhadores realizam em seus comércios para poderem continuar a existir diante do avanço do circuito superior da economia.

Com relação ao tempo, ele acaba sendo uma categoria bastante ligada à adaptabilidade. Ele pode funcionar como aliado e como vilão deste pequeno comerciante. É aliado, na medida em que, a grande maioria desses pequenos comerciantes desenvolve sua atividade no âmbito de suas residências, isso faz com que não haja perda de tempo com deslocamento até o local de trabalho. Entretanto, o tempo torna-se vilão, na medida em que, para manterem suas existências através de ganhos menores, esses pequenos comerciantes se submetem a jornadas de

trabalho cada vez mais exaustivas, procurando manter seus estabelecimentos abertos em horários que extrapolam o horário de fechamento dos grandes mercados.

Como estas duas categorias empíricas – adaptabilidade e tempo – estão bastante interligadas nas falas dos entrevistados, decidimos realizar um estudo específico sobre esta relação no capítulo 4 - *A Adaptabilidade dos Pequenos Varejistas de Alimentos frente aos Desafios da Modernização*.

### CAPÍTULO 3

#### **A ADAPTABILIDADE DOS PEQUENOS VAREJISTAS DE ALIMENTOS FRENTE AOS DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO**

Neste capítulo, procuramos por meio da realização das entrevistas semiestruturadas, comprovar a veracidade da hipótese que trazíamos em nosso Projeto de Dissertação de Mestrado que era a de que os trabalhadores do pequeno comércio varejista de alimentos do Rio Grande-RS não conseguem compreender a relação existente entre a crise do setor e a expansão econômica da Cidade.

Em nosso trabalho como empregado, enquanto vendedor, principalmente de indústrias do ramo de bebidas para estes comerciantes, ao longo de quase dez anos, tornou-se perceptível que, nos últimos anos, uma “crise” estava acontecendo no pequeno comércio varejista de alimentos da Cidade. Atribuímos esta crise ao baixo poder de compra que os pequenos comerciantes varejistas estavam tendo, o qual era reflexo da diminuição de suas vendas em seus estabelecimentos, o que se confirmava pelas conversas que tínhamos durante a relação vendedor-cliente.

Para nós, a explicação que parecia ser mais óbvia era a de que isso tinha a ver com o desenvolvimento das grandes redes de supermercados na Cidade, as quais foram sendo criadas, ampliadas, desenvolvidas, principalmente porque o contingente de pessoas em Rio Grande aumentou bastante, em virtude do desenvolvimento do Polo Naval, desde o ano de 2005.

No entanto, não conseguíamos compreender a relação que se estabelecia no contexto do pequeno comércio varejista da Cidade: onde por mais que o circuito superior da economia se desenvolvesse, por que razão, estes pequenos comércios estavam falindo ou tendo suas vendas diminuídas ou pelo menos não estavam conseguindo vender mais que em outras épocas, onde o contingente de moradores na Cidade era menor.

Diante disso, é que pensávamos que havia contradições nas representações desses trabalhadores no que se referia ao entendimento da crise do setor e a expansão econômica da Cidade. Foi, então, que para esta hipótese, lançamos como

objetivo, conhecer que contradições existiam na representação desses trabalhadores que os impedem de compreender os fatores que estão levando seus comércios a esta “crise”.

Cabe aqui ressaltar que contradição é esta que estamos falando, pois dizer que existem contradições na representação das pessoas, não significa dizer que existem equívocos nas mesmas. Trazemos a contradição, enquanto categoria do materialismo dialético e que significa que as coisas estão sempre em movimento de transformação e, portanto, de negação de um estágio a outro.

É por esta razão que, talvez, a categoria contradição seja uma das mais importantes do materialismo, uma vez que por meio dela se entende que nada é imutável, que tudo em determinado momento pode ser tido como verdade, mas que, ao mesmo tempo, pelo permanente processo de mutação vai deixando de ser verdadeiro, vindo a se transformar em outras verdades também temporárias.

Desse modo, queríamos compreender o movimento (contradição) desse conhecimento, desses saberes, a fim de evidenciar neles os elos de ligações para o desvelamento do fenômeno que se apresentava como problema de nossa pesquisa, no tempo e espaço determinados nela.

Foi assim, que nos dedicamos a realizar entrevistas semiestruturadas com pequenos comerciantes varejistas de alimentos, em diferentes bairros da Cidade, optando por conhecer a representação daqueles que tinham conseguido se manter diante da “crise” que observávamos, de modo a assim, poder compreender as estratégias utilizadas por tais comerciantes que permitem a sua existência mesmo diante do avanço das grandes redes.

Após a confecção das perguntas a serem feitas aos entrevistados, a delimitação dos sujeitos, a realização das entrevistas semiestruturadas e sua consequente transcrição, realizamos a categorização das mesmas, buscando aí traçar os pontos comuns e divergentes entre os entrevistados em relação às perguntas realizadas e que buscavam dar conta do nosso fenômeno de pesquisa, já que pelo que observávamos o tão salvaguardado desenvolvimento econômico do Rio Grande não se traduz em um desenvolvimento para os sujeitos dessa pesquisa.

Essas entrevistas foram sistematizadas a partir da busca da compreensão do fenômeno de nossa pesquisa e, portanto, feitas com amparo no método marxista. Nossa intenção era conhecer como estes pequenos comerciantes varejistas de alimentos de Rio Grande continuavam existindo diante do desenvolvimento do circuito superior da economia.

Foi por meio dessas entrevistas que vimos que a “crise” do circuito inferior da economia urbana identificada pelos pequenos comércios varejistas de alimentos de Rio Grande-RS estava sendo produzida pelas artimanhas desenvolvidas pelo circuito superior da economia, representado pelas grandes redes de supermercados.

Embora, de modo geral, os sujeitos dessa pesquisa não compreendam que esta “crise” esteja ligada ao atual ciclo de desenvolvimento econômico da Cidade, impulsionado pelo Polo Naval e que, pelo contexto do próprio “desenvolvimento” faz com que o circuito superior se desenvolva para o atendimento satisfatório de tal demanda, o que visa atrair este contingente maior de pessoas como consumidores, aumentando seus lucros, já que, para o circuito superior da economia, os seus investimentos sempre visam o lucro.

O que nos surpreendeu nesta pesquisa foi compreender a totalidade do fenômeno, isto é, o atual desenvolvimento econômico da cidade (Polo Naval 2005-2012) e o conseqüente aumento no contingente humano na Cidade, serviram como forma do circuito superior se desenvolver, absorvendo esse maior contingente enquanto consumidores o que acarretou a “crise” no circuito inferior da economia, onde, de um lado, temos os falidos e, do outro, os que apesar das dificuldades persistem por meio da adaptabilidade à nova realidade.

A questão surpreendente é a de que os pequenos comerciantes varejistas de alimentos do Rio Grande também criaram mecanismos que os possibilitaram permanecer diante de tal avanço. Como sua capacidade econômica não se compara a das grandes redes de supermercados, ou seja, o circuito inferior da economia urbana está em desvantagem econômica para “competir” em “pé de igualdade” com o circuito superior da economia urbana, essa situação tem forçado estes pequenos comerciantes a encontrarem variadas formas de manter sua existência.

Alguns diversificaram suas atividades, outros estenderam sua jornada de trabalho ou simplesmente passaram a trabalhar em horários alternativos, quase sempre no intervalo de funcionamento dos grandes mercados.

Quanto à diversificação das atividades vemos que eles foram agregando outras atividades junto ao seu pequeno comércio varejista de alimentos. Dentre essa diversificação está a inclusão de mercadorias diversificadas: bazar, material de ferragem, carrocinha de cachorro quente, venda de marmitex, etc.. Trazemos aqui algumas dessas “adaptações” dos trabalhadores do circuito inferior da economia:

A gente tá sempre pensando em alguma coisa, né? Às vezes as finanças não dão, né? Agora mesmo eu quero fazer umas obras para fazer umas peças de aluguel, porque tu não sabe...

[...]

Eu estou sempre criando alguma coisa, agora mesmo, eu até já fiz um empréstimo de dez mil, pra com mais um pouco que eu tenho ali, fazer uma laje e fazer umas peças lá em cima pra alugar, porque eu tenho aquilo ali vago, então eu tenho que fazer algum dinheiro. E a *lan house* também foi assim, é tudo coisa que me ajuda. O pessoal vem fazer um xerox dai já compra alguma coisinha e é uma coisinha que ajuda a outra.

Entrevistado 2, Bairro Navegantes

Além de outras atividades que foram agregadas ao seu comércio, outra estratégia que este pequeno comerciante encontrou para mantê-lo foi a diversificação dos produtos oferecidos aos seus clientes:

A gente com comércio tem que ter de tudo um pouquinho, tu tens que ter duas ou três coisinhas, mesmo que nunca saia, tu tem que ter, porque as pessoas pensam assim, vamos lá no [Fulano] porque ele tem, isso faz com que o pessoal venha.

Entrevistado 2, Bairro Navegantes

O que o entrevistado 2 nos diz acima nos remete aos ensinamentos de Milton Santos (2004) que diz “A importância muito reduzida dos estoques dos comércios

pobres e sua renovação no dia-a-dia (Lasserre, 1958, pp.183-184) ainda é um fenômeno que espanta o observador” (SANTOS, 2004, p. 215). E, acrescenta:

A razão dessa situação deve ser procurada no lado do consumo, no fracionamento das compras por parte dos clientes, essa espécie de *hand to mounth basics commerc* tão característica dos bairros das cidades tropicais. Compra-se pouco e compra-se todos os dias. O comerciante, por sua vez, se reabastece em pequena quantidade todos os dias, porque tem necessidade de ter um estoque diversificado num pequeno espaço que, além disso, não é equipado para conservar gêneros perecíveis; mas também porque suas possibilidades são limitadas e o colocam na dependência do crédito em relação a um atacadista ou semiatacadista e, às vezes, mesmo de um varejista. Ele também só pode comprar em pequenas quantidades.

Em termos, dir-se-ia que o comerciante só estoca o que pode vender ou estocar. Em regra geral, a rapidez da renovação dos estoques é tanto maior quanto menor for o capital investido (SANTOS, 2004, p. 215-216).

Diante do que Milton Santos nos diz, vemos que o estoque de produtos em pequenas quantidades é uma característica do circuito inferior da economia, na medida em que este não dispõe de um capital que lhe permita realizar grandes estoques e mesmo, uma quantidade maior de mercadorias pode não corresponder com a demanda de tais produtos pelos seus clientes, ao contrário dos comércios que fazem parte do circuito superior da economia, os quais se estruturam para atrair uma grande quantidade de pessoas e, com isso, acabam possuindo um alto giro de produtos.

Quanto ao circuito superior, como nos diz Milton Santos (2004), “As possibilidades do comércio moderno parecem aumentar com o tamanho e o nível funcional da cidade”. Assim, dentre as várias razões que Milton Santos enumera para essa situação, destacam-se a importância que as cidades vão assumindo; quanto maiores, maiores serão as relações desenvolvidas. Assim, como continua Milton Santos: “Quanto mais importante é a cidade, maior é o número de empresários e, por conseguinte, de profissionais liberais, de funcionários e de assalariados e, por conseguinte, maior é o número de compradores para os bens do comércio moderno” (SANTOS, 2004, pp. 345, 346).

O aumento do consumo nos comércios pertencentes ao circuito superior da economia está ligado também ao crédito institucional, o qual parece “retirar” o dinheiro “em espécie” de circulação, o que tem levado os pequenos comerciantes a adotarem novas estratégias para poderem realizar suas vendas.

Assim, outra forma que consideramos uma adaptação dos pequenos comerciantes varejistas de alimentos frente aos desafios da modernização diz respeito à adoção de mecanismos de venda que até pouco tempo estavam acessíveis apenas aos grandes mercados, como a adoção de máquinas de cartões de débito e crédito. Isso faz parte de uma estratégia desses pequenos comerciantes para que novos clientes passem a comprar em seus estabelecimentos ao passo que pode significar uma diminuição da venda no “fiado”, como podemos ver nestes trechos de entrevistas:

E esses cartões né, supermercado tudo é cartão. Eu comecei com o cartão agora, faz dois anos. Eu vendo, mas não vendo assim, tanto. Eu vendo mesmo é depois que os grandes fecham.

Entrevistado 2, Bairro Navegantes.

Botei cartão agora, há uns três meses atrás. Tá saindo muito bem.

Entrevistado 3, Bairro Parque São Pedro.

A gente decidiu vender no cartão, pois vimos que estávamos perdendo muita venda, porque tudo se transformava em uma bola de neve: as pessoas vinham e perguntavam – tens cartão? Daí a gente ficava com pena, deixava levar e daí nunca mais!

Entrevistado 4, Bairro Santa Tereza.

Hoje, quase todo mundo tem cartão, então o que acontece: o cartão é um modo de se vender coisas, como eu vendo aquelas máquinas, furadeiras, lixadeiras, serra circular, aquelas maquitas, serra mármore, são coisas difíceis de vender a vista, da pessoa dispor do dinheiro na hora, daí no cartão tem a possibilidade de parcelar, e daí evita de pedir o fiadinho.

Entrevistado 9, Bairro Bolaxa.

É interessante observar nesta última entrevista, em especial, que além de diversificar o seu negócio, vendendo ferramentas, o comerciante aderiu às máquinas de cartão como forma de eliminar o fiado. Embora alguns dos comerciantes entrevistados não tenham mostrado interesse em trabalhar com cartões, grande parte deles trabalha ou pretende trabalhar. Podemos ver as duas situações nos trechos abaixo:

[...] nós até andamos dando uma olhadinha pra botar cartão, mas pra nossa venda não compensa. Tem que pagar aluguel da máquina, então não compensa mesmo.

Entrevistado 13, Bairro Bernadeth.

Não, porque com o cartão se paga muita taxa.

Entrevistado 6, Bairro Parque Marinha.

Por enquanto não tem condição de eu vender no cartão, mais adiante eu quero trabalhar com o cartão.

Entrevistado 11, Bairro Centro.

Não, cartão ainda não.

Entrevistado 1, Bairro Santa Tereza.

A partir dessas entrevistas foi possível ver que, embora alguns pequenos comerciantes ofereçam resistência aos processos de modernização introduzidos no mercado, sobretudo, pelos atores do circuito superior da economia, pouco a pouco eles veem-se forçados a aderir a tais processos como condição para manterem seus comércios.

No entanto, o “fiado” ainda é uma atividade muito exercida neste circuito inferior da economia. Como podemos observar em algumas falas destacadas dos entrevistados:

Vendo, vendo bastante, eu tenho uns 70, 80% de fiado e aí é aquele corre-corre pra sobreviver, manter o mês, aí tu tem que manter o fiado, eles vêm comprar e aí também tem aquele que no final do mês vem e te dá uma mixaria. Eles dizem: tive que pagar o centro, eles sempre têm que pagar o centro, né.

Entrevistado 2, Bairro Santa Tereza.

[...]70% da venda é fiado.

Entrevistado 3, Bairro Parque São Pedro.

70% da venda é fiado, tranquilamente sempre foi. (O sempre foi refere-se aos mais de 15 anos de comércio).

Entrevistado 4, Bairro Santa Tereza.

O fiado representa 40% da venda.

Entrevistado 7, Bairro Bolaxa.

Diante destes trechos de entrevistas podemos ver a importância que o crédito pessoal direto possui como forma de possibilitar o acesso ao consumo daqueles que, mesmo que não tenham renda fixa, encontram no pequeno comerciante varejista de alimentos a, talvez, única forma de garantir bens essenciais à manutenção de sua vida, seja porque tenham ficado desempregadas ou seu salário tenha acabado antes do fim do mês. Nestes períodos, então, os clientes recorrem ao “fiado”, o qual é oferecido pelos pequenos comerciantes sem qualquer garantia de pagamento, o que fortalece os laços de amizade e confiança entre estes e a comunidade ao redor, muito embora esta relação esteja se corrompendo dia-após-dia, como podemos ver nos relatos a seguir:

Agora não, já vendi, mas não vale a pena, acredito que quem trabalha com fiado não fica aberto mais de um ano, eu fiz esse teste e quase quebrei, hoje eu tive que sair pra trabalhar fora para poder compensar o que ficaram me devendo, então não vale a pena. Ou tu és duro no teu negocio, ou se tu for molenga eles fecham as tuas portas, então hoje eu prefiro vender 100 reais do que vender 500 e ficar com o dinheiro fora, então eu preferi cortar o fiado, perdi mais da metade da freguesia que eu tinha por causa disso, mas não me arrependo do que eu fiz.

Entrevistado 5, Bairro Parque São Pedro.

Não, já vendi uma vez, mas ficou com uma pendência e não retornou mais.

Entrevistado 8, Bairro Cassino.

Não vendo fiado, não, não, hoje em dia não dá pra vender fiado.

Entrevistado 10, Bairro Cidade Nova.

Não, não vendo fiado.

Entrevistado 11, Bairro Centro.

Tenho fiado, alguns clientes só.

Entrevistado 12, Bairro Centro.

[Tenho] coisinha mínima, pouquinho, pouquinho, mixaria, cinco ou seis. Já vendi antes e parei por causa dos calotes, o que tem de caloteiro aqui é brincadeira, já perdi mais de 10.000 reais.

Entrevistado 6, Bairro Parque Marinha.

É... infelizmente, temos alguns fiados, já cortamos muito, tipo 70, 80% dos fiados, nós já cortamos. O [Fulano] tá penando, até hoje correndo atrás de fiados, e até hoje eu mantenho que é pra receber mesmo, porque senão, se cortar já sabe, não recebe. Já representou bastante, se eu abrir uma exceção, Deus nos livre, meu movimento vai melhorar muito mas...não dá.

Entrevistado 13, Bairro Bernadeth.

Como podemos ver nesses trechos, as relações de confiança acabam sendo quebradas quando estes clientes não cumprem com seus compromissos junto aos pequenos comerciantes. Entretanto, mesmo com grandes perdas, alguns mantêm esta forma de crédito e isso, segundo Milton Santos, é um dos fatores que explicam a grande distribuição dos pequenos comércioos.

Milton Santos nos dá explicações geográficas e socioeconômicas para o processo de pulverização deste tipo de atividades comerciais e que, em grande

parte sustenta-se, então, pelo “fiado” e acrescenta ainda que “De um lado, os habitantes dos bairros pobres compram no local”, ou seja, perto de suas próprias residências, em virtude do “preço dos transportes”, o que “não lhes permite ter acesso ao comércio moderno” em seu dia-a-dia, como nos diz o entrevistado 4:

Acho que as pessoas aqui da volta [referindo-se aos seus clientes] não tem aquele poder aquisitivo para comprar por atacado que é o que sai mais barato, grande maioria não tem transporte próprio, não vai até o Atacadão comprar meia dúzia de coisas e voltar, porque só o transporte até lá é uma loucura.

Entrevista 4, Bairro Santa Tereza.

A fala desse entrevistado evidencia o que Milton Santos (2004) explica sobre esse processo de densidade e distribuição do circuito inferior da economia urbana, ao afirmar que, de um lado, este se dá, em virtude da possibilidade “de deslocamento a pé da clientela” (SANTOS, 2004, p. 214).

Outra explicação para este fenômeno, trazida por este autor diz respeito à dimensão dos comércios. Sobre isso, ele diz “é uma adaptação a um consumo pequeno e irregular”. Logo, “a venda em micro varejo permite ao cliente pobre, que só dispõe de magras rendas no dia-a-dia, abastecer-se em pequenas quantidades. Mas, é sobretudo o crédito, mais difundido em certas zonas residenciais que no centro, que permite a vida do pequeno comércio” (SANTOS, 2004, pp. 214-215).

Milton Santos nos aponta ainda, que uma das características do circuito inferior é o trabalho em casa, que como ele diz:

Em casa o trabalho pode se prolongar por longos horários, prática muito corrente no circuito inferior. [...] Esses longos horários podem ser exigidos pelo caráter sazonal da própria atividade ou das atividades que estão ligadas a ela. Mas podem exprimir também a necessidade de aumentar a renda, principalmente quando os lucros não são elevados (SANTOS, 2004, p. 217).

Outra característica do circuito inferior quanto ao trabalho em casa é o emprego dos membros da família nesta atividade laboral, segundo Milton Santos:

O emprego familiar é frequente nas pequenas empresas do circuito inferior. Ele permite que se aumente a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro. Apelar para assalariados tornaria a pequena empresa pouco competitiva e a obrigaria a pagar encargos sociais e impostos. Em certos casos, sobretudo, quando a demanda é flutuante, a transformação de uma empresa familiar em empresa capitalista acarretaria sua falência (SANTOS, 2004, p.219).

O trabalho em casa tem feito com que os pequenos comerciantes varejistas submetam-se a jornadas de trabalho cada vez mais prolongadas para poder obter uma renda que seja suficiente para continuar a existir frente aos avanços do circuito superior e isso tem os levado a dar sinais de seu esgotamento:

**Hoje mesmo eu estou muito estressado, eu estava mesmo cheio de conta e não entrava dinheiro;** quando chega do dia dez até o dia trinta tu já fica naquele stress né, porque o dinheiro é assim, tu recebe, paga as contas e depois é aquele corre-corre. Eu sou muito preocupado com as contas. **Se eu tiver uma conta pra pagar, enquanto eu não pago, eu estou preocupado.**

Entrevistado 2, Bairro Navegantes.

**Férias mesmo nem pensar, eu mesma estou num cansaço, numa estafa. Daqui a um mês faz 6 anos direto, sendo que três anos foram sem domingo nem feriado, não é fácil, mas tudo que nós temos, que eu acho muita coisa que nós temos em 6 anos, pois nós passamos 18 anos de casamento sem conseguir construir nada [...]**

Quando a gente veio de lá (outro lado da rua) a gente já fazia este horário, claro eu abria mais cedo, mas o corpo, a cabeça não resistiu mais, já estava que o que se ganhava por fazer este horário era gasto em remédios, ai eu disse, vou abrir a dez da manhã e vamos até a meia-noite.

Eu já estou cansada do comércio. No início já tivemos até planos de ampliar, mas hoje em dia como está tão difícil pra vender, melhor se manter do jeito que tá.

Entrevistado 13, Bairro Bernadeth.

Entendemos assim, que os pequenos comerciantes não compreendem a forma como seus comércios estão auferindo ganhos cada vez menores, na medida em que estes, para manter o ganho que tinham antes da abertura das grandes redes

de varejo alimentar na Cidade, estão estendendo sua jornada de trabalho cada vez mais. Como podemos ver nestas entrevistas:

A minha esposa diz: tu trabalhas sábado, domingo e feriado, tudo, e eu digo, mas do jeito que eu estou eu não consigo manter as contas em dia, né, se não for assim eu não consigo manter. Então eu tenho que virar sábado, domingo, feriado.

[...]

Deve fazer uns quinze anos que eu não sei o que é férias. Até andei tirando assim, sai uns quatro ou cinco dias, mas coisa rápida, não pode ser mais do que isso.

Entrevistado 2, Bairro Navegantes.

Não, não tiro férias de jeito nenhum, todo mundo trabalha direto, sempre, sempre.

Entrevistado 9, Bairro Bolaxa.

Eu aqui, no mínimo 15 horas por dia eu trabalho.

Entrevistado 10, Bairro Cidade Nova.

Trabalho sábado, domingo, feriado, sempre.

Entrevistado 12, Bairro Centro.

Antes eu não abria domingo, e agora eu abro... mas por estar em casa. Eu abro das nove as nove e férias, consegui tirar 15 dias.

Entrevistado 14, Bairro Bernadeth.

Às vezes a gente faz vinte horas por dia praticamente.

Entrevistado 4, Bairro Santa Tereza.

No entanto, quando questionado sobre a possível influência do desenvolvimento do circuito superior da economia em relação à queda nas suas

vendas, o entrevistado 6, é taxativo ao afirmar que não, ou seja, para ele não há relação entre o desenvolvimento do circuito superior sobre o inferior (pelo menos em relação ao seu comércio). O que estaria então afetando a queda em suas vendas? Não acreditamos na simples razão das pessoas “que vêm de fora” mandar dinheiro para as suas cidades de origem, uma vez que, mesmo que isso ocorra, a grande maioria das pessoas que já eram da Cidade, aqui permanecem, então refutamos esta hipótese levantada pelo entrevistado 6.

Mas, numa coisa a grande maioria dos entrevistados concorda. O fato do circuito superior da economia abrir aos domingos e feriados acarretou numa queda em suas vendas.

[...] com o passar do tempo a gente notou que o movimento no domingo deu uma diminuída. Domingo e feriado depois que os supermercados começaram a abrir deu uma diminuída, tanto que hoje eu não trabalho mais feriado e domingo, pois não vale a pena porque eu só trabalho de manhã no domingo e no feriado e eles abrem o dia todo. Então, quer dizer, tu escolhes o horário para ir lá. Hoje em dia o pessoal que não vai de carro, vai de moto ou chama uma moto-táxi e aqui é muito perto.

Entrevistado 1, Bairro Santa Tereza.

Os domingos a gente trabalhava e eram os dias que davam mais, aí com o negócio dos supermercados funcionarem aos domingos, feriados, aí a gente já diminuiu, né, caiu muito.

Entrevistado 2, Bairro Navegantes.

[...] quando os supermercados não abriam aos finais de semana era bom, porque daí as pessoas não tinha opção e acabavam comprando no comércio perto de casa, agora não, com a facilidade do cartão, tu ir lá e comprar em não sei quantas e comprar o que tu quiseres e às vezes pagando mais caro, porque pra mim supermercado é ilusório, tem um produto em promoção e o resto é tudo mais caro, se tu comprar dez produtos, dois são mais baratos e os oito são mais caros, até porque tu tens que te deslocar, taxi, moto, daí sai mais caro.

Entrevistado 4, Bairro Santa Tereza.

Embora a maioria dos entrevistados não considere que as grandes redes exerçam influência sobre suas vendas, algumas falas remetem bem à interferência que circuito superior exerce:

Quando eu comecei ele era bem melhor do que hoje, hoje com todas essas firmas que tem agora já não é mais tão forte o movimento. Antes eu conseguia manter as minhas contas, agora eu vivo correndo atrás das contas, pra se manter, né, porque o dinheiro tá em falta.

Entrevistado 2, Bairro Navegantes.

Há uns sete anos atrás estava bem melhor, porque da outra vez que teve bom foi por causa dessa outra plataforma que tinha aqui e daí saiu... acabou e foi embora. Com o crescimento da cidade teve muita... eu acho que os comércios passaram a oferecer muitas facilidades, aí todo mundo passou a aceitar cartão de crédito, todo mundo passou a facilitar a compra, daí as pessoas passaram a não depender mais dos comércios de perto de casa, por antes tu não tinha aquela coisa ah, vou comprar com cartão de crédito lá no Guanabara, iam ali no barzinho da esquina, porque ali compravam fiado e faziam seu rancho, aí ficou muito fácil tu adquirir cartão de crédito, abrir conta em banco, então as pessoas se desvincularam dessa dependência e foram comprar no Guanabara, no Big, daí o pequeno.

Entrevistado 4, Bairro Santa Tereza.

Ao ser questionado diretamente sobre a influência do circuito superior da economia, sobretudo, sobre a influência da abertura do “Atacadão” no seu comércio o entrevistado 5, diz:

Bastante, não só na minha como na de vários, bastante gente. Diminuiu, a minha até que não foi tanto, mas o pessoal que mora pro lado da Vila Maria, um monte de gente praticamente fechou as portas, inclusive o mercado Morto lá tinha acabado de abrir ali e quebraram ele, ele não conseguiu se manter por causa disso, ele teve que abandonar ali. Eles tão conseguindo vender mais barato que os fornecedores direto. Só se pega direto pega conveniência de não precisar estar indo pegar. Tu vai na frente do Atacadão, difícil tu não ver cheio de carro. Eles conseguiram quebrar as vendas do próprio Maxxi atacado, imagina dos outros mercados.

Entrevistado 5, Bairro Parque São Pedro.

E o entrevistado 12, segue, na mesma linha:

"com certeza, com certeza, 50%, quando abriu o Big caiu 50%, quando abriu os atacadões, caiu mais 50%, eu to me referindo a peso, hoje eu vendo 1/3 do que eu vendia há 17 anos atrás".

"sábado, domingo, feriado, sempre."

Abertura dos supermercados influenciou e muito, pro pequeno foi muito ruim.

"tenho clientes da volta e muitos de fora, a maioria não mora aqui perto".

"antes foi muito melhor, quando o Big abriu caiu um monte, quando os atacadões abriram, nem se fala".

Entrevistado 12, Bairro Centro.

Porém, uma coisa que nos chamou a atenção foi a fala do entrevistado 14, quando ele diz que o circuito superior, referindo-se especificamente ao Atacadão, não tem grandes influências em sua venda, ao ressaltar que:

O Atacadão não interferiu porque vende a vista e a vista por a vista eles vem aqui. No primeiro ano não vou dizer que não interferiu, mas agora continua a mesma coisa.

Pra começar que **o Atacadão não tem marcas conhecidas, só têm marcas diabo, marcas que eu nunca vi na vida e o pessoal procura as marcas tradicionais** de erva-mate, vinho...

Entrevistado 14, Bairro Bernadeth.

Nesse sentido, é interessante vermos como a qualidade dos produtos é levada em consideração pelos pequenos comerciantes de alimentos, onde a escolha por produtos os quais seus clientes procuram ou, o simples fato de oferecerem bebidas geladas, por exemplo, pode significar uma estratégia para fazer frente aos grandes mercados.

Outra questão importante destacada por este mesmo entrevistado 14 é que ele diz que pretende continuar no comércio porque não paga aluguel. Este é um fator de vantagem para sua atividade tendo em vista que com a instalação do Polo Naval o valor dos aluguéis tem atingido valores exorbitantes e isso tem prejudicado a todos que deles dependem.

Este mesmo entrevistado, quando questionado sobre o futuro de seu comércio mostrou-se bastante otimista. Ele vê possibilidades de permanecer no comércio, pelo desenvolvimento do atual ciclo econômico da Cidade:

Tá vindo muita gente nova na cidade e agora a cidade não dorme mais, é 24 h...

Entrevistado 14, Bairro Bernadeth.

Quanto às possibilidades de manutenção dos Pequenos Comerciantes Varejistas de Alimentos, a distância que estes possuem em relação aos grandes varejos é fundamental nas suas vendas. É lógico que quanto mais perto o circuito inferior está do circuito superior, mais difícil se torna sua manutenção. Desse modo, algumas pessoas que tem seus comércios, em zonas afastadas do circuito superior quase não notam interferência. Isso pode ser evidenciado em zonas como próximas ao Horto do Cassino e Bolaxa, por exemplo, onde os entrevistados alegam que tais redes não interferem em suas vendas.

Outro fator de vantagem que os pequenos comércios possuem em relação aos grandes varejos diz respeito ao atendimento oferecido ao público. Os grandes varejos possuem, em sua grande maioria, funcionários que já não conseguem mais esconder seu abatimento diante de extensas jornadas de trabalho mal remuneradas que realizam. O contrário disso podemos ver na fala do entrevistado 2: “Eu trato todo mundo a mesma coisa, poder chegar branco, preto, pobre, rico, mendigo, porque tu pode ver, chega um mendigo ali eu trato a mesma coisa, é ser humano a mesma coisa”.

Assim, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas, a esperança é um sentimento presente em quase todos os entrevistados, seja demonstrando a vontade de continuar com sua atividade ou, no futuro, poder realizar aquilo que tinham como seu sonho de vida:

Não troco meu trabalho, se eu ver que um dia não dá mais eu vou pra outro ramo mas, de comércio. Do comércio eu não tenho o que reclamar, pois foi

daqui que eu consegui tudo, eu não tinha nada, eu comecei da estaca zero, eu cheguei aqui em RG só com um acolchoado de pano feito pela minha vó.

[...]

O comércio é assim, como tudo que tu vai fazer, tu tem que gostar. Se tu vai estudar, tu tens que gostar de estudar senão tu não passas, vai estar sempre pedalando e vai custar a chegar onde tu queres.

E o comércio eu sempre gostei, desde guri, que eu ia ao comércio do vizinho e ele ficava ali empacotando e eu achava aquilo ali o máximo e ele vendia a varejo, e eu também vendo, tu chega ali e diz: ah, eu preciso de meio quilo de açúcar e daí eu abro, já enrolo. Às vezes as pessoas dizem assim: bah, eu estou sem óleo e estou sem dinheiro, eu venho aqui boto numa latinha, numa canequinha, mas vendo e no trailer eu comecei assim, eu pegava as coisas de dentro de casa porque as pessoas perguntavam se eu não tinha um quilo de açúcar ou meio quilo de açúcar, eu vinha dentro de casa, pegava e vendia, no outro dia eu ia lá e comprava mais. E tudo foi assim, se tu não começa assim tu não chega aonde tu quer chegar.

Quando eu vim pra cá as pessoas diziam que não ia dar certo, porque tinha o [Fulano], a [Fulana] e eu dizia que tentar não custa. Eu sempre acreditei que cada um faz o seu freguês.

Entrevistado 2, Bairro Santa Tereza.

Eu tenho um sonho que nunca pude realizar, eu não pude estudar, e o que eu gostaria mesmo é abrir um salão de beleza... eu sou apaixonada.

Eu costumo dizer: não vou morrer atrás desse balcão, mas por enquanto é o que temos, e eu não posso me queixar, tudo o que eu tenho... em seis anos eu consegui coisas que eu nunca imaginei em ter.

## CAPÍTULO 4

### A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E TRANSFORMADORA DA REALIDADE COMO POSSIBILIDADE DE DESVELAMENTO DO TRABALHO COMO DESENVOLVIMENTO HUMANO E NÃO DO CAPITAL

Neste capítulo procuramos trazer, primeiramente, algumas das nossas reflexões acerca da categoria trabalho dentro do que estamos compreendendo sobre o mesmo, com base em nosso referencial teórico marxista. Estas reflexões vão ao encontro de podermos compreender a hipótese que tínhamos em nosso Projeto de Dissertação de Mestrado que era a de que os trabalhadores do setor varejista do Rio Grande não conseguem compreender a relação existente entre a crise do setor e a expansão econômica da Cidade. Entenda-se expansão econômica da Cidade aqui, como o desenvolvimento do circuito superior da economia urbana.

Para tal hipótese, nosso objetivo era conhecer que contradições existem na representação social dos trabalhadores do pequeno comércio varejista de alimentos local que impedem esses trabalhadores de compreenderem os fatores que estão levando seus comércios à falência<sup>9</sup>. Estamos entendendo por falência aqui, não necessariamente o processo de “quebra”, “fechamento” dos comércios, mas principalmente, da visível “queda” nas vendas deste circuito inferior da economia.

Cabe salientar que, durante o transcorrer da pesquisa, optamos por conhecer não os comércios varejistas que vieram a falir, mas procuramos por meio da delimitação dos sujeitos entrevistados, conhecer a forma como aqueles que conseguiram manter seus comércios funcionando, se organizaram para poder

---

9 Falência, prevista na Lei nº 11.101 de 2005, a qual regula a recuperação judicial, extrajudicial do empresário e da sociedade empresária, pode ser entendida entre outras coisas como uma situação jurídica decorrente de sentença proferida por juiz de direito porque uma empresa ou sociedade comercial se omite em cumprir com determinada obrigação patrimonial e então seus bens precisam ser alienados para satisfazer todos seus credores.

subsistir enquanto tal, diante do ciclo de crise que, pela nossa prática profissional, víamos que estava acontecendo no setor.

Entendemos, assim, que ao desvelarmos o modo como os trabalhadores desse setor compreendem a atividade que desenvolvem e a totalidade dos fenômenos relativos ao exercício desta atividade, podemos contribuir, de algum modo, com propostas dentro do campo da Educação Ambiental Crítica que possam ajudar no rompimento com esse modelo societário.

A consciência que os indivíduos possuem sobre o lugar onde vivem, sobre a atividade que desenvolvem é a medida do conhecimento que possuem da realidade em sua totalidade.

Para nós, a consciência é uma propriedade da mais complexa organização da matéria: o cérebro humano. Desta forma, somos os únicos seres capazes de transformar conscientemente a realidade objetiva – embora em diferentes níveis de consciência. No entanto, a formação da consciência se dá por meio de um longo processo de desenvolvimento. Ela se desenvolve com o próprio desenvolvimento humano, por meio da prática:

O aparecimento da consciência está ligado a fatores exteriores à fisiologia da atividade nervosa superior. Como propriedade da matéria altamente organizada, a consciência é, ao mesmo tempo, o produto do trabalho humano, o resultado do desenvolvimento social. Um sistema nervoso altamente desenvolvido cria apenas a possibilidade real do aparecimento da consciência; mas, a transformação dessa possibilidade em realidade está ligada ao trabalho (CHEPTULIN, 1982, p. 88).

Desse modo, vemos a partir de Cheptulin que uma prática para ser transformadora não pode ser qualquer prática, mas precisa ser uma prática social, ou seja, práticas universais que proporcionem o desenvolvimento dos sentidos humanos para sua liberdade. Desse modo, é que *“os processos fisiológicos do cérebro fazem nascer a consciência apenas em sua união ou, mais exatamente, em sua ligação orgânica com as atividades sociais determinadas que são executadas pelo sujeito [...]”* (CHEPTULIN, 1982, p. 90).

A consciência é, portanto:

[...] uma propriedade, um produto, um resultado de interações sociais, uma forma social do movimento da matéria, que encerra em si, sob uma forma anulada, todas as outras formas anteriores do movimento, notadamente as formas física, química e biológica (CHEPTULIN, 1982, p. 91).

Nesse sentido, consideramos que existem duas realidades: a realidade objetiva (material) que existe fora e independentemente da nossa consciência e a realidade subjetiva que é o reflexo psíquico da primeira no cérebro humano.

Existindo sob a forma de imagens ideais surgidas no cérebro do homem em decorrência da interação com a realidade que a rodeia, a consciência representa um reflexo subjetivo da realidade. A subjetividade da consciência exprime-se no fato de que ela existe como mundo interior, espiritual, do homem-sujeito e da sociedade humana, que reflete o mundo exterior, a realidade objetiva. Mas, tudo o que constitui o mundo interior do sujeito, tudo o que entra na esfera de sua consciência, não depende dele (CHEPTULIN, 1982, p. 98).

A consciência é, pois, produto da interação entre o reflexo da realidade objetiva e a subjetivação que fazemos de tal reflexo.

A consciência, sendo assim o reflexo subjetivo da realidade objetiva, representa a unidade do subjetivo e do objetivo, a unidade do que depende do sujeito, do estado de seu sistema nervoso, de sua situação social, de suas condições de vida etc. e do que não depende dele, mas que é condicionado pela realidade ambiente e a reflete (CHEPTULIN, 1982, p.98).

A consciência é a compreensão do que se produz na realidade, mas a compreensão do que se produz aí se dá pelos saberes. *“A consciência existe não apenas sobre a forma de conhecimentos, mas igualmente sobre a forma de emoções, sentimentos, vontade, etc.”* (CHEPTULIN, 1982, p. 99). *“O saber é um modo ou uma forma de existência da consciência que não existe nele mesmo, mas na medida em que chegamos, por meio dele, à tomada de consciência (intelecção, compreensão) de um estado de coisas dado”.* (CHEPTULIN, 1982, p.100). No entanto, sob o modo de produção capitalista, o conhecimento e, portanto, a consciência crítica de mundo, encontra-se ofuscada pela alienação. Alienação esta advinda da própria relação do trabalho.

Karl Marx nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e na *Crítica à Economia Política* nos diz que o trabalho é aquela prática transformadora da natureza pelo ser humano, numa relação dialética em que na medida em que o ser humano transforma a natureza por meio de seu trabalho, transforma a si mesmo, humanizando-se cada vez mais. Logo, o trabalho, para o marxismo é a categoria fundante do ser social.

Mas, sob o modo de produção capitalista, como bem destacou Vêras Neto (2008, p. 54), o trabalho adquire outra conotação, possuindo um sentido associado à ideia de castigo e de tortura, estando associado, portanto, ao sofrimento e à negação da dimensão criativa do ócio, entenda-se, tempo livre – criativo.

Segundo Vêras Neto:

[...] em sociedades anteriores ao capitalismo, a noção de trabalho possuía um sentido muito diferente do trabalho no arcabouço social do capitalismo. A sua acepção estava associadas às danças e aos ritmos, a fadiga física da fábrica não existia. No sentido em que fadiga era espiritual, e não estava interligada à satisfação de necessidades imediatas, como no modo de produção capitalista, mas às instâncias existenciais mais profundas ligadas aos liames subjetivos coletivos do homem (por exemplo, a dança e o jogo); em sua relação direta com a natureza, a antropologia política do capital redesenha o homem escravizando-o, como mero criador de valores de troca (VÉRAS NETO, 2008, p. 54).

É, dessa forma, que sobre o modo de produção capitalista, o trabalho perde o sentido de prática social, responsável pelo desenvolvimento do ser humano enquanto ser que transforma a natureza, por meio do trabalho, para o atendimento das suas necessidades humanas. Isso se dá por meio da alienação, observada no sobretrabalho humano para extração de mais-valia e que, no caso desta pesquisa, pode ser observada quando os sujeitos entrevistados afirmam que antes da constituição massiva do circuito superior da economia na Cidade do Rio Grande, eles conseguiam viver economicamente melhor, por intermédio do exercício de seu próprio trabalho, mas que agora, embora estejam trabalhando cada vez mais, está difícil de suprirem as suas necessidades básicas pelo trabalho exercido no pequeno comércio varejista de alimentos.

João Francisco P. Cabral, colaborador do Brasil Escola, nos ensina que de acordo com Marx, capital e trabalho apresentam um movimento constituído de três momentos fundamentais:

- Primeiro, “a unidade imediata e mediata de ambos”; significa que num primeiro momento estão unidos, separam-se depois e tornam-se estranhos um ao outro, mas sustentando-se reciprocamente e promovendo-se um ao outro como condições positivas;
- Segundo, “a oposição de ambos”, já que se excluem reciprocamente e o operário conhece o capitalista como a negação da sua existência e vice-versa;
- Terceiro e último lugar, “a oposição de cada um contra si mesmo”, já que o capital é simultaneamente ele próprio e o seu oposto contraditório, sendo trabalho (acumulado); e o trabalho, por sua vez, é ele próprio e o seu oposto contraditório, sendo mercadoria, isto é, capital.

A partir desta análise entre capital e trabalho, João Francisco P. Cabral, nos resume a forma como a alienação ou estranhamento é descrita por Marx. Assim, ele descreve sua análise da alienação a partir da delimitação de quatro premissas principais:

- O trabalhador é estranho ao produto de sua atividade, que pertence a outro. Isto tem como consequência que o produto se consolida, perante o trabalhador, como um “poder independente”, e que, “quanto mais o operário se esgota no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo estranho, objetivo, que ele cria perante si, mais ele se torna pobre e menos o mundo interior lhe pertence”;
- A alienação do trabalhador relativamente ao produto da sua atividade surge, ao mesmo tempo, vista do lado da atividade do trabalhador, como alienação da atividade produtiva. Esta deixa de ser uma manifestação essencial do homem, para ser um “trabalho forçado”, não voluntário, mas determinado pela necessidade externa. Por isso, o trabalho deixa de ser a “satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele”. O trabalho não é uma feliz confirmação de si e desenvolvimento de uma livre energia física e espiritual, mas antes sacrifício de si e mortificação. A consequência é uma profunda degeneração dos modos do comportamento humano;
- Com a alienação da atividade produtiva, o trabalhador aliena-se também do gênero humano. A perversão que separa as funções animais do resto da atividade

humana e faz delas a finalidade da vida, implica a perda completa da humanidade. A livre atividade consciente é o caráter específico do homem; a vida produtiva é vida “genérica”. Mas a própria vida surge no trabalho alienado apenas como meio de vida. Além disso, a vantagem do homem sobre o animal – isto é, o fato de o homem poder fazer de toda natureza extra-humana o seu “corpo inorgânico” – transforma-se, devido a esta alienação, numa desvantagem, uma vez que escapa cada vez mais ao homem, ao operário, o seu “corpo inorgânico”, quer como alimento do trabalho, quer como alimento imediato, físico;

- A consequência imediata desta alienação do trabalhador da vida genérica, da humanidade, é a alienação do homem pelo homem. “Em geral, a proposição de que o homem se tornou estranho ao seu ser, enquanto pertencente a um gênero, significa que um homem permaneceu estranho a outro homem e que, igualmente, cada um deles se tornou estranho ao ser do homem”. Esta alienação recíproca dos homens tem a manifestação mais tangível na relação operário-capitalista.

A partir desta compreensão, da qual também compartilhamos é que estamos entendendo que realmente os trabalhadores do pequeno comércio varejista de alimentos da cidade do Rio Grande-RS não estão conseguindo compreender a relação existente entre o que podemos chamar de “crise” do setor com o desenvolvimento do circuito superior da economia, na medida em que não conseguem desvelar esta realidade para além de sua aparência, entendendo, portanto, este fenômeno da relação do trabalho sobre o modo de produção capitalista e a dicotomia entre os circuitos inferior e superior da economia urbana fatalidades, acasos da vida, para o qual não conseguem atribuir uma causa.

Entendemos que o problema nesta compreensão está associado à representação social que estes trabalhadores têm da atividade que exercem e a totalidade das relações desenvolvidas em sociedade, já que, em sua grande maioria, os entrevistados alegam que para viver do pequeno comércio varejista de alimentos, hoje, na Cidade, precisam trabalhar muito mais ou viver de alguma outra fonte que em outros tempos foi possível adquirir graças ao que conseguiram juntar de dinheiro e que hoje já não é mais possível. Outros, para manterem-se vão criando formas alternativas de trabalho – adaptando os pequenos comércios de alimentos com outras atividades e serviços prestados, desde a venda de lanches, material de ferragem, bares com fornecimento de bebidas e jogos como bilhar, entre outros.

Outra característica bastante marcante é a adaptabilidade destes trabalhadores quanto ao horário de trabalho, para muito além das horas de funcionamento dos comércios do circuito superior da economia, justamente porque nesses horários alternativos a clientela se torna maior, porque diminui a concorrência com eles.

Outra característica bem frequente é que, em alguns casos, os homens estão buscando emprego “de carteira assinada”, se empregando, principalmente, na construção civil e no Polo Naval, deixando somente suas companheiras trabalhando no comércio. Essas mulheres, além do horário exaustivo, pela também adaptabilidade do horário ao funcionamento do circuito superior da economia, acumulam os afazeres domésticos – ou seja – a lida da casa e os cuidados com os filhos.

No entanto, o que nos chama atenção é que mesmo com todo este processo de “adaptação” criado por estes trabalhadores, estes parecem não compreender a forma como vem sendo subsumidos pelo trabalho, ao alegarem, em sua grande maioria que não percebem de forma contundente uma influência negativa do avanço do circuito superior da economia em relação ao modo como hoje precisam trabalhar para garantir aquilo que em outros tempos não precisavam fazer.

É dessa forma, portanto, que se relacionam capital, trabalho e alienação, promovendo a coisificação ou reificação do mundo e, com isto, do trabalhador, tornando-o objeto, sendo que suas regras são seguidas passivamente pelos por não serem percebidas e, muito menos, compreendidas.

É a partir daí que entendemos que a Educação Ambiental Crítica e Transformadora pode contribuir com o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos seres humanos e, que no caso desta pesquisa são os trabalhadores do pequeno comércio varejista da cidade do Rio Grande-RS. Entendemos que o desenvolvimento desta consciência crítica possa contribuir o desenvolvimento da consciência de classe, a qual poderá vir a criar as condições materiais necessárias à transformação social.

Foi com base neste entendimento que sustentamos nossa terceira hipótese a qual concentra-se no fato de que, em nosso entendimento, de modo geral, não se trabalha uma Educação para a emancipação humana que leve o sujeito a compreender que o trabalho precisa ser o meio pelo qual o ser humano desenvolve

sua humanidade, uma vez que a Educação que temos aliena nossos sentidos e nos “bitola” ao mundo do trabalho capitalista, o que pode ser evidenciado pelas entrevistas realizadas durante a pesquisa.

Logo, nosso objetivo é o de propor, a luz dos “resultados” da pesquisa, formas de se trazer para o campo da Educação Ambiental uma maior ênfase ao trabalho humanizador como uma necessidade premente da sociedade para a solução de seus problemas, o que implica a compreensão sobre o trabalho como razão de ser humana e não do capital.

Engels em *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem* já dizia que o trabalho não é somente fonte de toda a riqueza, e sim condição básica e fundamental de toda a vida humana; e até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

O trabalho, enquanto categoria histórica consiste na eterna busca humana por ser mais (mais humano, mais feliz), portanto, é preciso criar as condições necessárias para motivar essa busca por meio do trabalho criativo, emancipador, diversamente do que ocorre no trabalho realizado sob a lógica do capital, onde o trabalho aparece apenas como um meio de subsistência. O capitalismo “*é um mundo em que sujeito e objeto estão invertidos [...]. O sujeito humano cria um objeto, o qual se torna então um pseudo-sujeito capaz de reduzir seu próprio criador a algo manipulado*” (EAGLETON, 1999, p. 33).

Os seres humanos como partes integrantes da natureza só podem realizar suas necessidades elementares, por meio do constante intercâmbio com a própria natureza (processos de mediações). Nesse sentido é que Ricardo Antunes nos fala que:

A regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e **o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas** (ANTUNES, 1999, p. 20 – grifo nosso).

O homem por meio do trabalho vai se desnaturalizando e tornando-se social, humanizando-se. Assim é que o trabalho criativo, emancipador, enquanto categoria

histórica que é, possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas até o desenvolvimento do ser social. Acontece que nessa sociedade esse trabalho emancipador é substituído pelo trabalho alienado, cujo fim é simplesmente a manutenção da vida. Entendemos que a simples manutenção da vida não pode ser aceita como algo natural, uma vez que, como seres sociais, temos outras necessidades que vão além da simples sobrevivência.

Mészáros em *A Educação para Além do Capital* (2005) nos ensina que é pelo próprio trabalho que é possível superarmos a alienação. Mas, chamamos a atenção que não é com a Educação vigente que conseguiremos essa superação, mas com outro modelo de Educação, uma Educação crítica, emancipadora dos sentidos humanos para a liberdade, a qual implica antes de tudo numa “*reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de toda a nossa maneira de ser*” (MÉSZÁROS, 2005, p. 60), o que em nosso entendimento se dá pelo trabalho, enquanto práxis social.

A preocupação da Educação, e especificamente da Educação Ambiental enquanto Educação a respeito do lugar em que vivemos e que produzimos nossa existência (trabalho) precisa estar na natureza do trabalho e não no grau de ajustamento do trabalhador, com a degradação do trabalho e não com os sinais ostensivos de insatisfação por parte do trabalhador, não o trabalho em si e sim com a reação do trabalhador a ele.

Outro mundo possível e necessário só pode ser desenvolvido com uma Educação que privilegie o diálogo, que respeite as diferenças e que permita aos homens o reconhecimento da opressão que esta sociedade nos impõe. Somente assim, podemos reunir as condições necessárias para a transição da atual ordem social para outra qualitativamente superior.

Para tanto, torna-se necessário criarmos as condições para o desenvolvimento de seres humanos completos, ou seja, cidadão no sentido atribuído por Marx e Engels na *Crítica ao Programa de Gota* (1984), ou seja, em todas as suas faculdades e capazes de compreender sua potencialidade total (omnilateralidade).

Entretanto, a Educação dentro da sociedade capitalista desvincula o homem da natureza e decompõe os conhecimentos em conteúdos isolados e com pouca ou nenhuma relação entre si desfazendo ideologicamente os nexos da totalidade. Esta organização, embora pareça ingênua, é permeada pela ideologia burguesa/classista, pois a fragmentação da realidade não permite aos homens apreender a totalidade dos fenômenos.

A esse respeito, Eunice Trein escreveu:

A compreensão dos elementos isolados gera a ideia de um perfeito domínio sobre o objeto estudado. No entanto, cada elemento analisado isoladamente produz um conhecimento parcial e descontextualizado da materialidade histórica que o constitui. Essa forma de conhecer, aparentemente neutra e objetiva, oculta o fato de que a natureza e o homem não podem ser compreendidos separadamente. Não existe uma natureza humana separada de outra natureza. Só podemos entender o ser humano, sua história e sua cultura, em relação com a natureza. É na relação que os seres humanos (que são natureza) estabelecem com ela, pela mediação do trabalho, que eles constroem suas relações sociais (TREIN, 2008, p. 42).

Essa Educação trazida por Trein (2008) e que, é chamada por Paulo Freire (1987) de Educação Bancária, em nosso entendimento, induz a uma mercantilização do ser humano e da natureza. Nela, o homem é preparado para o trabalho, mas não o trabalho criativo, emancipador dos sentidos humanos, mas ao contrário, o trabalho alienado, mantenedor da subjugação da humanidade para a manutenção da propriedade privada dos meios de produção dentro de uma lógica de concentração de riqueza nas mãos de poucos, pauperização de muitos e ampliação da separação do homem da natureza, através de relações de exploração do homem pelo homem, e pela reificação mercantil da natureza transformada em objeto de acumulação capitalista, dentro do modo de produção e formação social hegemônica.

Estes processos se intensificam, e se sobre determinam de forma complexa no plano local, regional, nacional e mundial, especialmente em Rio Grande, que por sua natureza singular se posiciona no horizonte da globalização neoliberal como cidade portuária, atratora de investimentos nacionais e estrangeiros, e que está na posição estratégica no que se refere ao MERCOSUL.

Tais processos de transformação capitalista se entrecruzam com os biomas locais caracterizados por sua biodiversidade como a Lagoa dos Patos, o Taim, extensos ecossistemas costeiros. Este contexto permite reconstruir uma noção de totalidade que não isola as sociedades humanas em suas interações com o ambiente transformados pelo universo do trabalho cooptado pelo modo de produção capitalista<sup>10</sup>.

Neste novo contexto, o desenvolvimento do capitalismo assume novos contornos que devem ser identificados, pois neste novo cenário aspectos negativos do capitalismo se combinam ainda que de forma insuficiente com o retorno de políticas públicas significativas na seara social, que haviam sido abandonadas pela ideologia do Estado mínimo, para a área social.

Desta forma, uma crítica mais profunda do mundo do trabalho permite a construção de um universo futuro de transição e de lutas concretas na atualidade visando à emancipação e redução da exploração sobre a classe trabalhadora, e da interação humana com a natureza, para que a mesma não fique subsumida, na produção exclusiva de uma riqueza que não fica com o trabalhador, mas com o proprietário dos meios de produção também ameaçado pela anarquia das relações de produção caracterizadas por superprodução, subconsumo, competição e monopólio capitalistas que o colocam num universo de incerteza, insegurança e de constante ameaça pelos não possuidores (VÉRAS NETO, 2008). Nas palavras de Corazza:

Para o capital sempre existe dois pesos, duas medidas. Uma para o lucro, outra para os explorados. Na economia não existe mágica: se alguém ganhou é porque alguém perdeu. Esta é a Lei universal do capital: apropriação pelo capital *versus* a expropriação dos produtores. (CORAZZA, 2008, p. 8-9)

---

10 Apesar de aceitarmos a crítica da má orientação ambiental do socialismo real colapsado com a queda do muro em 1989, (LOWI, 2005), e que precisa ser repensada como primeira experiência rumo ao socialismo, deturpada pelo totalitarismo stalinista, que não deve ser confundido com a práxis marxiana voltada para a utopia de uma sociedade não capitalista, socialista e posteriormente comunista.

A Educação Ambiental, enquanto Educação que é, constitui-se também em um ato político e, nessa sociedade, vem sendo desenvolvida de forma conservadora, reducionista, a-histórica, ingênua, acrítica, pois está a serviço de uns e não de outros e, portanto, não desenvolve os sentidos humanos para a libertação das massas trabalhadoras. Nas palavras de Loureiro encontramos a ratificação desse nosso entendimento a respeito da Educação Ambiental nessa sociedade:

Em termos relativos ao alcance político da Educação Ambiental, num momento em que o pós-modernismo decreta o fim da história e em que o neoliberalismo reduz tudo à economia de mercado, educar sem clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade, de sua responsabilidade social, e sem a devida problematização da realidade, é se acomodar na posição conservadora de produtor e transmissor de conhecimento e de valores vistos como *ecologicamente corretos*, sem o entendimento preciso de que estes são mediados social e culturalmente (2004, p.23).

Em contraposição a isso, defendemos uma Educação Ambiental como prática de liberdade humana, a qual se constitui em uma Educação Ambiental crítica e que, por sua vez, está ligada ao desenvolvimento de uma consciência crítica. Entendemos que ser crítico é ver a realidade como ela é, para além do simples aparente, logo implica em superar, no âmbito da unidade entre teoria e prática presentes na realidade objetiva, *“a alienação provocada pela ideologia neoliberal”* (TREIN, 2008, p. 42).

A ideologia da classe dominante utiliza-se da Educação como forma de manter as relações sociais existentes e perpetuar as ideias e valores os quais lhe dão sustentação. Nesse processo, tal ideologia mascara a dominação do trabalhador pelo detentor dos meios de produção “vendendo” uma falsa imagem de igualdade de condições. Segundo Layrargues *“nenhum outro aparelho ideológico de Estado possui a sua disposição uma audiência tão numerosa e por tanto tempo disponível aos seus efeitos”* (2006, p. 84).

Diante dessa incapacidade do pensamento em compreender o desenvolvimento da sociedade como um todo continuou praticamente inalterada, *“fiel espelho da continuada elementaridade e irracionalidade da própria ordem*

*capitalista*” (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 335). E, por isso, a realidade social continua sendo:

[...] concebida em termos superados, confusos e fetichistas. Incapazes de justificar uma ordem social irracional e inumana, e incapazes de responder às perguntas cada vez mais prementes que ela suscita, a ideologia burguesa se apegava a conceitos anacrônicos e moribundos. Sua bancarrota se manifesta não tanto na criação de novos fetiches e meias verdades quanto na defesa teimosa de velhos fetiches e meias verdades que agora se transformaram em mentiras gritantes. E quanto mais esses antigos fetiches e essas meias verdades perdem o conteúdo de exatidão que outrora possuíam, tanto mais insistentemente são repetidos como *slogans* publicitários, na consciência popular (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 335).

Tornar obscura a dominação de uma classe sobre a outra por meio de uma ideologia de naturalização dessas condições, mascara a historicidade das relações sociais que instituíram esse tipo de sociedade. Assim, é que, uma classe que se subordina a outra por uma ordem material, tem em sua consciência a representação disso como algo natural, e, por isso, a considera imutável, desconsiderando-se o processo histórico do desenvolvimento do mundo como um todo.

Desta forma, acaba o trabalhador não se reconhecendo como classe que é subjugada pelos interesses de uma classe dominante e, assim, não reúne as condições materiais necessárias à formação de outra hegemonia capaz de reverter o atual quadro econômico/social planetário.

Guimarães a respeito das concepções de Educação e sua relação com a questão da hegemonia em sociedade diz:

Essas diferentes concepções de educação presentes em nossa sociedade travam um embate pela hegemonia. Uma atrelada aos interesses populares de emancipação, de igualdade social e melhor qualidade de vida que se reflete em melhor qualidade ambiental; outra, que assume prioritariamente os interesses do capital, da lógica do mercado, defendida por grupos dominantes. Esta última, hegemônica na constituição da sociedade contemporânea (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Eunice Trein (2008) diz que o pensamento crítico, e aqui nós diríamos a consciência crítica, tem um importante papel na formação de sujeitos capazes de criticar o atual modelo de sociedade e, para além da crítica, sempre necessária, também se integram na luta coletiva pelo desenvolvimento de outro projeto de humanidade, numa perspectiva da liberdade humana.

Entretanto, o desenvolvimento de uma consciência crítica não é algo simples de ser alcançado. Esse desenvolvimento passa por estágios que dependem de práticas e reflexões dos homens sobre a totalidade dos fenômenos que os cercam.

Parte das ditas educações ambientais críticas não passam de práticas ingênuas que não transformam a realidade vigente, pois se preocupam com transformações dos sujeitos individualizados, esquecendo que o homem só se faz homem em sociedade. Práticas focadas no indivíduo não mudam a realidade, pois é necessária a transformação das relações sociais e não simplesmente mudanças culturais.

A esse respeito Layrargues escreve dizendo ser isso uma característica da Ecologia Profunda e do ambientalismo pós-materialista:

[...] que concebem a crise ambiental como uma crise de valores civilizatórios, pois seriam os paradigmas culturais e a visão de mundo moderna, os elementos fundantes da ruptura na relação humana com a natureza (LAYRARGUES, 2006, p. 78).

A natureza das ideologias faz com que a ideologia da natureza seja o elemento estruturante do modelo hegemônico de educação ambiental. Definitivamente, a internalização da dimensão ambiental na educação não pode ocorrer em favor da despolitização desta. A criação de uma consciência ecológica não pode substituir uma consciência política. O apelo à ação individual não pode suplantiar a ação coletiva (LAYRARGUES, 2006, p. 96).

O desenvolvimento de uma consciência crítica depende de práticas críticas e tais práticas dependem de um conhecimento integrado e condizente com a realidade, não em práticas simplistas que apenas apontam problemas sem identificar suas causas. Assim, uma Educação que se diga crítica precisa ter um

papel fundamental no desenvolvimento de práticas condizentes com o que a realidade está a exigir de nós.

Como nos ensina Dermeval Saviani:

[...] a pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como o educador deve-se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional (SAVIANI, 2011, p. 86).

Desta forma, o processo de mudança da forma como vimos produzindo nossa existência depende, então, de perseguirmos e criarmos os meios de rompimento com a lógica do capital, pois ele é irreformável, uma vez que por sua própria natureza jamais atenderá aos interesses da classe produtora.

Outro mundo possível e necessário precisa ser desenvolvido com uma Educação que privilegie o diálogo, que trabalhe com as diferenças e que permita aos homens o reconhecimento da opressão que o atual sistema social lhes impõe. Somente com o reconhecimento da sua condição que os homens poderão reunir as condições necessárias para a transição da atual ordem social para uma qualitativamente superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É clássica a afirmação de Marx sobre o fato de que o método de exposição se distingue do método de investigação, principalmente nas suas obras *A Ideologia Alemã e Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Para Marx e também para Engels, na investigação precisamos nos deter a apreender a realidade para além do aparente, buscando, assim, adentrarmos o mais profundamente na essência dos fenômenos investigados.

Entendemos como Marx que é somente após esta investigação que o pesquisador consegue compreender o movimento do que se propôs a investigar. É, assim, que uma pesquisa de cunho marxista, de certa forma, assume uma natureza de pesquisa qualitativa, pois à medida que conseguimos compreender os fenômenos materiais sociais mais a fundo, podemos desvelá-lo mais e mais a ponto, inclusive, de modificarmos ou mesmo refutarmos as hipóteses que tínhamos, já que o processo de investigação se dá num constante movimento de transformação do mundo e de nós mesmos.

Compreender o mundo desta forma implica compreender que nada é imutável, tudo está sempre em constante movimento de transformação. E, com este entendimento, foi que nossa Dissertação de Mestrado foi desenvolvida em torno da questão dicotômica do trabalho como desenvolvimento do ser social e o trabalho alienador da sociedade capitalista, buscando compreender, por meio de um estudo de caso de natureza qualitativa, que contradições existiam no atual período de desenvolvimento econômico (2005-2012) da Cidade do Rio Grande-RS e que implicações têm no pequeno comércio varejista de alimentos local.

Buscar conhecer que contradições existem em tal período para sabermos que implicações possuem no pequeno comércio varejista de alimentos da Cidade implicou irmos além da empiria que nos mostrava tal setor da economia urbana como um setor em crise. A primeira associação que fizemos dessas crises, por que passa o setor, foi com o desenvolvimento do Polo Naval, pois ao mesmo tempo em que o trabalhador do pequeno comércio ia sendo subsumido, o Polo Naval avançava e não entendíamos como esta relação do aumento do número de pessoas na cidade poderia estar afetando negativamente o pequeno comércio.

Foi nessa empiria que baseamos nossa primeira hipótese contida do Projeto de Dissertação, ou seja, a de que existiam contradições no modo de produção capitalista que impediam que o desenvolvimento econômico da Cidade do Rio Grande-RS se desdobrasse num desenvolvimento social para seus trabalhadores, que no particular de nossa pesquisa, são os pequenos comerciantes varejistas de alimentos da Cidade do Rio Grande.

Deste modo, em nossa investigação, nos dedicamos não só às observações livres e conversas informais com estes trabalhadores, mas buscamos conhecer um pouco da trajetória do desenvolvimento econômico da Cidade do Rio Grande-RS e, foi aí, que passamos a compreender que historicamente nossa Cidade vive momentos de ascensão e crise econômicas, como um ciclo, onde já tivemos o desenvolvimento do comércio, setor fabril, importação e exportação, indústria pesqueira e, posteriormente o Superporto.

Constatamos em nossas entrevistas que os pequenos comércios varejistas de alimentos, principalmente os localizados na periferia da Cidade, são em grande parte, constituídos por trabalhadores que, em algum desses momentos de ascensão econômica da Cidade, vieram para cá buscando melhores condições de vida e que, com os diferentes momentos de crise, viram na abertura destes pequenos comércios, a alternativa ideal para continuarem existindo.

Buscamos também, por indicação do Professor Paulo Roberto Rodrigues Soares, no momento da qualificação do nosso Projeto, estudar os circuitos da economia urbana trabalhado pelo geógrafo Milton Santos, onde ele explica a relação entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana das cidades. Agora, conseguimos compreender, que o Professor Paulo, naquele momento, via os equívocos na compreensão que estávamos tendo do fenômeno estudado, por estar ele compreendendo com base científica – sustentação teórica e prática - aquilo que estávamos entendendo somente pela empiria. Então, foi a partir do avanço neste estudo que passamos a compreender a forma como estava estruturado o atual ciclo econômico da Cidade e as relações e inter-relações que estavam interferindo no pequeno comércio varejista de alimentos do Rio Grande.

Por meio deste estudo compreendemos que o desenvolvimento do Polo Naval, impulsionado através das políticas de governo, a partir do ano de 2005, favoreceram a instalação de um Macro Atacado, o qual se constitui como uma

multinacional do Grupo Carrefour, localizado na zona periférica da Cidade. A instalação desse Macro Atacado mudou a rotina e organização do próprio circuito superior da economia urbana, ou seja, das redes de supermercados que já estavam situadas aqui, como as redes do Wal-Mart e o Supermercado riograndino Guanabara e suas diversas lojas espalhadas pela Cidade. As mudanças desse circuito se dão, sobretudo, pelo rearranjo em suas organizações para não perderem sua clientela e poderem desfrutar também da possibilidade de clientes novos, vindos de outras localidades para trabalharem no Polo Naval.

Foi assim que houve uma disputa entre o próprio circuito superior da economia urbana do gênero de alimentos da Cidade do Rio Grande, caracterizado, principalmente, pelo acirramento da competição entre eles por espaço no mercado, o que gerou a abertura de novas lojas dessas redes em diferentes locais; a compra de médios supermercados e a ampliação dos grandes. Isso, sem falar na já abertura aos domingos e feriados dos grandes supermercados, que já vinha acontecendo desde o ano de 2008, a qual, pelas entrevistas que realizamos, foi apontada como uma das grandes causadoras da crise do circuito inferior da economia urbana estudada nesta pesquisa.

E, procurando nos ater ao atendimento de nosso problema de pesquisa que consistia em conhecer que contradições existem no atual período de desenvolvimento econômico (2005-2012) da Cidade do Rio Grande-RS e que implicações têm no pequeno comércio varejista local, foi que por meio do estudo de Milton Santos, passamos a compreender que as contradições existentes no desenvolvimento econômico da Cidade que vem afetando o trabalho do pequeno comerciante varejista de alimentos é inerente à própria essência do modo de produção capitalista caracterizado pelo “avanço” tecnológico e científico de um lado e, destruição do outro.

Porém, tínhamos nossa segunda hipótese, a qual consistia na ideia de que os trabalhadores do pequeno setor varejista de alimentos do comércio de Rio Grande não conseguem compreender a relação existente entre a crise do setor e a expansão econômica da Cidade. Para a verificação desta hipótese foi que nos dedicamos a conhecer, principalmente por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas, que contradições existem na representação social desses trabalhadores

que os impedem de compreenderem os fatores que estão levando seus comércios a esta crise.

Amparados no estudo de Milton Santos e na compreensão do método materialista dialético para a realização das entrevistas fomos, pouco a pouco, desmistificando aquilo que tínhamos como hipótese e percebendo que, em parte, quem não estava compreendendo os fatores dessa crise éramos nós mesmos. Foi preciso nos distanciarmos do nosso objeto de estudo, encarar o referencial teórico e retornar ao objeto estudado, principalmente, a partir da análise das falas dos sujeitos entrevistados.

A partir dessa análise, vimos que de modo geral, os trabalhadores do pequeno comércio varejista do Rio Grande compreendem que estão passando por um momento de crise. Ao relatarem a quanto tempo notam esta crise, realmente referem-se ao período de mais ou menos cinco, seis anos atrás até o presente momento. Contudo, não atribuem tal crise ao desenvolvimento do Polo Naval e, embora as grandes redes de supermercados influam negativamente em suas vendas, principalmente pela abertura desses comércios nos domingos e feriados, esses trabalhadores, no entanto, criaram mecanismos para continuarem existindo e fazendo frente ao avanço do circuito superior.

Esses mecanismos vão desde a ampliação dos serviços prestados no comércio, criação de horários alternativos onde seus estabelecimentos estejam abertos nos horários em que os do circuito superior estejam fechados, modernização pela instalação de máquinas de cartões de crédito de um lado e, do outro, a manutenção das redes de confiabilidade que marcam o circuito inferior da economia urbana, caracterizado pelo crédito conhecido como “fiado”. Essa adaptabilidade do circuito inferior da economia, nos fez compreender na realidade do Rio Grande, os ensinamentos de Milton Santos referentes aos circuitos da economia urbana.

Um desses ensinamentos refere-se à coexistência desses dois circuitos da economia: circuito inferior e superior, em que podemos compreender que as relações de complementaridade e concorrência resumem toda a vida do sistema urbano, onde os dois subsistemas estão em permanente estado de “equilíbrio instável”. Sua complementaridade, ocasional ou durável, não exclui a concorrência; a própria complementaridade não representa outra coisa senão um momento privilegiado de uma certa evolução que conduz a uma dialética dos dois circuitos.

Foi assim que Milton Santos explicou o comportamento e a evolução de cada circuito, os quais estão ligados de um lado, a variáveis que lhes são próprias e que modificam sua importância, como a chegada incessante de pobres na cidade, que incha o circuito inferior ou a existência de infraestruturas e de ajuda do Estado que atraem as atividades do circuito superior.

De outro lado, como ensina Milton Santos, outras variáveis comuns aos dois circuitos, como a estrutura da produção e do consumo (distribuição das rendas, papel do crédito, perfil do consumo) modificam as relações de força entre os dois circuitos, favorecendo um ou outro.

É assim que, mesmo em uma economia pouco desenvolvida, o circuito inferior cria a maior parte das economias externas de que tem necessidade, através dos mecanismos de adaptação que já vimos anteriormente.

Mas, quanto mais a economia se moderniza e os consumos intermediários e finais se modificam, mais o circuito inferior tem que apelar para os *inputs* do circuito superior, enquanto, no sentido inverso, a demanda do circuito superior ao circuito inferior diminui com a evolução da economia para a complexidade, ou seja, para a maturidade.

De forma geral, vemos que quanto mais perto dos agentes do circuito superior, maior a interferência na economia dos agentes do circuito inferior e que os mecanismos de manutenção do trabalhador do pequeno comércio varejista de alimentos da Cidade fazem com que o trabalho enquanto categoria fundante do ser social vá “desumanizando” o trabalhador na medida em que este extrapola as condições físicas e espirituais por meio do exercício de um sobretrabalho.

Foi nessa compreensão que baseamos a construção de nossa terceira hipótese de pesquisa, que é a de que, de modo geral, não se trabalha uma Educação Ambiental para a emancipação humana que leve o sujeito a compreender que o trabalho precisa ser o meio pelo qual o ser humano desenvolve a sua humanidade, uma vez que a Educação que temos, aliena nossos sentidos e nos “bitola” ao mundo do trabalho capitalista.

Entendemos que a hipótese de que não se compreende o trabalho como ontologia do ser social é verdadeira, pela própria sociedade que se vive e em que o trabalho é produzido com uma finalidade diversa do sentido que deveria ter e, que

no caso de nossa pesquisa, pode ser verificado no sentimento de cansaço e exaustão dos trabalhadores que trabalham por longas horas, sem descanso nem mesmo aos finais de semana, sem férias, tudo em função de poderem manter funcionando seus comércios e, com isso, poderem manter a sua existência e de suas famílias.

Parafraseando Olgária Matos no Prefácio do livro de Paul Lafargue *O Direito à Preguiça*, estamos entendendo que o mundo das mercadorias e do trabalho “forçado” obscurece a consciência do trabalhador, naturalizando-se como destinação ontológica do homem, desviando o trabalhador do conhecimento de sua própria infelicidade. A obra *O Direito à Preguiça* constitui a forma originária de uma teoria crítica da sociedade e do moderno, por não dar voz a reivindicações econômicas ou estritamente políticas, pois nasce da tirania do mercado e do estado capitalista. Paul Lafargue inverte, assim, a dicotomia “tempo real” que é o do cotidiano e “tempo imaginário” aquele destinado à criatividade (2003, p. 13).

A partir dessa compreensão do trabalho, enquanto dimensão ontológica do ser humano vemos, que sob o modo de produção capitalista, pela exploração sofrida pelo ser humano, o trabalho é transformado em algo diverso do sentido que precisaria ter para a emancipação dos nossos sentidos e, portanto, para a transformação social para o ser humano e não para o capital.

É nesse sentido que entendemos que a Educação e, particularmente, a Educação Ambiental, precisa compreender o trabalho como relação homem-natureza e que isso se dá numa sociedade, ou seja, é preciso que a Educação Ambiental Crítica venha a ser transformadora dessa realidade, o que pode ser iniciado a partir da compreensão da realidade dos fenômenos materiais sociais como partes de uma totalidade, onde tudo está inter-relacionado, tendo o trabalho como mediador destas relações.

Numa sociedade governada pelo princípio do rendimento pela mais-valia da alienação, se produz trabalhadores embrutecidos pelo dogma do trabalho, que produzem como maníacos e, assim, conseqüentemente, vão produzindo sua própria destruição, pela sua desumanização, como disse Olgária Matos e, por isso, faz-se necessário outra forma de compreensão dessas relações, outras práticas, a fim de rompermos com esta forma de ser e estar no mundo.

Nosso objetivo era o de trazer a luz dos resultados da pesquisa, formas de trazer para o campo da Educação Ambiental uma maior ênfase ao trabalho humanizador como uma necessidade premente da sociedade para a solução de seus problemas de vida. Entendemos que, em parte, pelos “resultados” apontados, conseguimos demonstrar que para uma Educação realmente Crítica e Transformadora da realidade é preciso repensarmos o trabalho nessa sociedade, o que implica refletir acerca da forma como vimos produzindo nossa existência, pois neste contexto social, faz-se urgente novas práticas sociais.

Assim, a partir do nosso principal referencial teórico, Milton Santos, pensamos que a atual situação de precarização do trabalho pode não conduzir imediatamente à desejável expansão da consciência, mas é preciso que a Educação Ambiental Crítica e Transformadora aí atue a fim de evitarmos a barbárie preconizada por Mézários ao nos ensinar que só existem dois caminhos para a reversão do atual quadro: o socialismo ou a barbárie.

Na realidade atual, temos caminhado para a barbárie, por isso, a necessidade de intervenções que visem mudar o “quadro” de degradação humana em que se encontram os pequenos comerciantes varejistas de alimentos de Rio Grande. Esquemáticamente, entendemos que tal processo de “conscientização” e, portanto, do desenvolvimento da consciência crítica em relação ao trabalho, por meio da Educação Ambiental Crítica e Transformadora da realidade possa despertar o interesse dos trabalhadores apenas pelas suas preocupações em defender situações individuais que estejam ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de suas lutas, que, desse modo, pode se limitar a novas manifestações de individualismo.

Mas, com a continuidade, ou seja, com a incorporação da Educação Ambiental Crítica e Transformadora da realidade como modo de vida e de luta, num segundo momento, tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão de totalidade das situações que aparentemente parecem ser isoladas. Assim, o passo seguinte pode levar à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando os trabalhadores assumem o papel de cidadão. Enfim, não importa que esse movimento de tomada de consciência não

seja geral, nem igual para todas as pessoas, como ensina Milton Santos, pois o importante é que ele se instale.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2009/07/1218-sobre-politicas-de-estado-e.html>. Acesso em dezembro de 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). **O Avesso do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Introdução. In MÉSAZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana.** [traduzido por Wantelsir Dutra]. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Blogue Ambientalista da Margem Sul. **O Fim da Mercadoria.** Disponível em: <http://a-sul.blogspot.com/2007/08/o-fim-da-mercearia-2.html>. 11/08/2007. Acesso em: 25/05/2011.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro-RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005** - Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm). Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm). Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011** - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp139.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp139.htm). Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. Portal do Empreendedor. **MEI-Microempreendedor Individual**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em dezembro de 2012.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do trabalho no Século XX**. [traduzido por Nathanael C. Caixeiro]. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CABRAL, João Francisco. **Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>. Acesso em: Dezembro de 2012.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: Categorias e Leis da Dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CORAZZA, Vera. **Ideologia: Categoria do Materialismo Histórico**. Material não publicado. Porto Alegre-RS: UFRGS.

DUARTE, Rodrigo de Paiva. **Marx e a Natureza em O Capital**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade**. [traduzido por Marcos B. oliveira]. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1976 In [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br) (acesso em julho de 2006).

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GREENWALD, Robert. **Wal-Mart: O Alto Custo de Baixo Preço**. Documentário. 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **A Formação de Educadores Ambientais**. Campinas: Editora Papyrus, 2007.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Mussnich Inaugura Loja do Atacadão em Rio Grande em 2011**. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=47436>. Acesso em abril de 2011.

JORNAL AGORA. **Abertura do comércio – 08/05/2008 - Carta do Leitor**. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=29&noticia=4921>. Acesso em: dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Mais uma reunião discutirá o fechamento do comércio aos domingos e feriados - 20/05/2008 – Geral**. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19&noticia=4982>. Acesso em dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Fechamento do comércio em Rio Grande em domingos e feriados - 24/05/2008 – Artigo**. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=27&noticia=5000>. Acesso em: dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Vereadores podem voltar atrás na decisão sobre o funcionamento do comércio aos finais de semana - 24/06/2008 – Geral**. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19&noticia=5155>. Acesso em: Dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Abertura do comércio - 25/06/2008 - Carta do Leitor**. Disponível em:

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=29&noticia=5158>

0. Acesso em: dezembro de 2011

JORNAL AGORA. **Primeiro domingo de comércio fechado muda rotina de consumidores e trabalhadores - 07/07/2008 - Geral.** Disponível em:

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19&noticia=5220>

1. Acesso em: dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Abertura do comércio aos domingos: algumas ideias - 08/07/2008 - Carta do Leitor.** Disponível em:

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=29&noticia=5220>

5. Acesso em: dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Ainda o comércio - 12/07/2008 - Carta do Leitor.** Disponível em:

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=29&noticia=5243>

9. Acesso em: dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Lei que proíbe comércio aos domingos é analisada pelo Órgão Especial - 10/03/2009 - Geral.** Disponível em:

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19&noticia=6307>

6. Acesso em: dezembro de 2011.

JORNAL AGORA. **Livre abertura do comércio volta à pauta da Câmara - 28/05/2009 - Geral.** Disponível em:

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19&noticia=6628>

5. Acesso em: dezembro de 2011.

KOCH, Zenir Maria. **A Volta dos Excluídos: como Conciliar Estudo e Trabalho.**

Revista Brasileira Est. Pedag. Brasília, v. 73, n. 175, p. 567-571, set/dez, 1992.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça.** [tradução de Otto Lamy de Correa] Editora

Clareza: São Paulo, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Prefácio. LOUREIRO, Carlos Frederico B.

**Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mundialização do Capital, Sustentabilidade Democrática e Políticas Públicas: Problematizando os caminhos da educação ambiental**. Revista Eletrônica do Mestrado em educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2009. pp. 1-11.

MARTINS, Solismar Fraga. **A Produção do Espaço em uma Cidade Portuária através dos Períodos de Industrialização: O Caso do Município do Rio Grande RS**. Florianópolis: UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 - 1990)**. Rio Grande: Editora da Universidade Federal do Rio Grande, 2006.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. [traduzido por Frank Muller]. 3. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gota**. Rio de Janeiro: Ciência e Paz, 1984.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MATOS, Olgária. Prefácio. Paul Lafargue. **O Direito à Preguiça**. [tradução de Otto Lamy de Correa] Editora Claridade: São Paulo, 2003.

MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a Globalização**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009A.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI – socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora Boitempo, 2009B.

MINASI, L.F. **Formação de Professores em Serviço: Contradições na Prática Pedagógica.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação Ambiental; É ela um “quefazer” neutro? In Humberto Calloni e Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva (orgs.). **Contribuições à Educação Ambiental.** Editora Universitária UFPEL: Pelotas-RS, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Projeto de Pesquisa: Desenvolvimento, Teoria e Método.** Documento Preliminar de Trabalho, para uso na Disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação I do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, no primeiro semestre de 2012. Rio Grande, 2012.

Prefeitura Municipal do Rio Grande. **Prefeito e Governador Inauguram Canteiro de Obras da P-53.** Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+bb39c,,prefeito-e-governador-inauguram-canteiro-de-obras-da-p-53.html>. 26/012006. Acesso em: agosto de 2011.

SANTOS, Ana Maria Marques; LOUREIRO, Carlos Frederico B.; BEZERRA, Carla A.M. **Política e Programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita/RJ: Um Caso de Participação Popular na Construção de uma Política Pública.** Encontro Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, setembro de 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do pensamento Único à Consciência Universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, 2011.

SIMÕES, C.S. **As Contradições do Capital: Desenvolvimento Econômico X (Des) envolvimento Social – Um Estudo de Caso dos Trabalhadores do Comércio Varejista do Rio Grande-RS a partir da Teoria Crítica da Educação Ambiental**. Projeto de Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. FURG: Rio Grande, 2012.

SIQUEIRA, Janes Fraga. O Jovem que Estuda e Trabalha: O Caso do Brasil e da Argentina *In* Augusto Nivaldo Triviños e Graziela Macuglia Oyarzabal (orgs.). **Estratégias Educacionais no Mercosul**. Porto Alegre: Novak Multimídia, 1999.

SOARES, P. R. R. **Novos Recortes do Território: Aglomerações Urbanas e Desenvolvimento Local e Regional**. FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, 2005. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-02.pdf>

\_\_\_\_\_. **Contradicciones de la Producción de la Vivienda en la Ciudad de Rio Grande, Brasil**. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 1999. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-3.htm>

\_\_\_\_\_, et al. **Transformações Territoriais e Impactos Sócio-Econômicos dos Empreendimentos Públicos e Privados no Rio Grande do Sul (2000-2010)**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4514>

TORRES, Luiz Henrique. **A herança histórica de Rio Grande**. Zero Hora, 26 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/01/luiz-henrique-torres-a-heranca-historica-de-rio-grande-4023163.html>. Acesso em: janeiro de 2013.

TREIN, Eunice. **A Educação Ambiental numa Perspectiva Crítica**. In **TV Escola: Salto para o Futuro – A Perspectiva Crítica e Emancipatória da Educação Ambiental**. Programa 4. Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação. Ano XVIII, p. 41-45, 2008. Disponível em: [www.tvbrasil.org.br/salto](http://www.tvbrasil.org.br/salto).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

VELASCO, Sírio Lopez. Educação Ambiental Transformadora: Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista. In Humberto Calloni e Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva (orgs.). **Contribuições à Educação Ambiental**. Editora Universitária UFPEL: Pelotas-RS, 2010.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. **Análise crítica da globalização neoliberal. Seu impacto no mundo do trabalho à luz da interpretação dos conceitos de fetichização e racionalização nas obras de Karl Marx e Max Weber**. Curitiba: Juruá, 2008.

## ANEXOS

ANEXO 1 – Julgamento da ação movida pelo Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios contra a Lei Municipal nº 6565/2008.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MASC  
Nº 70025281668  
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE ÓRGÃO ESPECIAL  
INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 70025281668 COMARCA DE PORTO ALEGRE

SINDICATO DO COMERCIO PROPONENTE  
VAREJISTA DE GENEROS  
ALIMENTICIOS

MUNICIPIO DE RIO GRANDE REQUERIDO

CAMARA MUNICIPAL DE REQUERIDO  
VEREADORES DO RIO GRANDE

EXMO SR PROCURADOR GERAL INTERESSADO  
DO ESTADO

EXMO SR PROCURADOR GERAL INTERESSADO  
DE JUSTICA

## DECISÃO

Vistos.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta por Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Rio Grande, objetivando, em sede de medida liminar, a suspensão da eficácia da Lei 6.565/08 que proíbe a abertura do comércio aos domingos, feriados e sábados à tarde.

É de ser concedida a liminar

A norma inquinada de inconstitucional assim estabelece, *in*

*verbis*:

**Artigo 212** – Os estabelecimentos comerciais funcionarão nos seguintes horários:

I – de segunda á sexta-feira das 08 às 19 horas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MASC  
Nº 70025281668  
2008/CÍVEL

*II – aos sábados, 08 às 14 horas, sendo a abertura e fechamento de livre critério dos comerciantes, ressalvada estipulação diversa mediante Convenção Coletiva de Trabalho, com exceção dos supermercados, que funcionarão em dias úteis das 8 às 20 horas, inclusive aos sábados.*

*§ 1º - Fica proibido o funcionamento do comércio aos domingos e feriados, inclusive supermercados e hipermercados, bem como alteração nos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, exceto mediante Convenção Coletiva de Trabalho;*

*§ 2º - Excetuam-se do estabelecido nos incisos do caput deste artigo os estabelecimentos comerciais que poderão funcionar nos seguintes dias e horários:*

*I – No primeiro sábado de cada mês da 8 às 18 horas.*

*II – No mês de dezembro serão obedecidos os seguintes horários, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo:*

*a) do dia 01 ao dia 14 de dezembro serão obedecidos os seguintes horários: das 08 às 21 horas.*

*b) do dia 15 ao dia 23 de dezembro, das 08 horas às 22 horas.*

**Artigo 213 – Excetuam-se do artigo 212-A os seguintes estabelecimentos comerciais:**

**I – Bombonieres;**

**II – tabacarias;**

**III – confeitarias;**

**IV – sorveterias;**

**V – cafeterias;**

**VI - bares;**

**VII – restaurantes;**

**VIII – casas e diversões;**

**IX – açougues;**

**X – peixarias;**

**XI – funerárias;**

**XII – garagens;**

**XIII – postos de combustíveis;**

**XIV - locadora de veículos;**

**XV – locadora de vídeo;**

**XVI – fruteiras;**

**XVII – bancas de revistas e jornais;**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*[Handwritten signature]*

MASC  
Nº 70025281668  
2008/CÍVEL

- XVIII – hotéis e motéis;*
- XIX – farmácias;*
- XX – casas lotéricas;*
- XXI – estabelecimentos operados diretamente pelos sócios e/ou pelos familiares até primeiro grau de parentesco”..*

Pois bem. Ao menos em análise preliminar, a vedação do funcionamento do comércio lojista aos domingos, feriados e sábados à tarde, imposta pelo Município de Rio Grande, viola frontalmente os artigos 8º<sup>1</sup>, 19º<sup>2</sup>, 157, Incisos I e II<sup>3</sup> e 176, Incisos I e XI<sup>4</sup>, todos da Constituição Estadual.

Nesse sentido a jurisprudência:

*ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. MUNICÍPIO DE ESTEIO. FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO LOCAL. COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA NO ART. 13, II DA CE/89. LEIS MUNICIPAIS N.ºS 1.201/83, 1.461/89,*

<sup>1</sup> “O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.”

<sup>2</sup> “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos municípios, visando à promoção do bem público e à prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que a compõe, observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade, da motivação e o seguinte.”

<sup>3</sup> “Na organização de sua economia, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, o Estado zelará pelos seguintes princípios: I - promoção do bem-estar do homem como fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico; II - valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção, com a defesa dos interesses do povo”.

<sup>4</sup> “Os Municípios definirão o planejamento e a ordenação de usos, atividades e funções de interesse local, visando a: I - melhorar a qualidade de vida nas cidades; (...), XI - promover o desenvolvimento econômico local”

*[Handwritten signature]*  
Jb



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



^  
A

MASC  
Nº 70025281668  
2008/CÍVEL

*1.978/93, 3.306/02, E DO DECRETO N.º 2.419/02. VEDAÇÃO AO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO AOS SÁBADOS À TARDE E DOMINGOS DURANTE OS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 8º, 19, 157, I E II, E 176, I E XI, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VÍCIO DE NATUREZA SUBSTANCIAL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA CORTE. LIMINAR DEFERIDA. 1. A vedação do funcionamento do comércio lojista aos sábados à tarde e aos domingos durante os meses de janeiro e fevereiro imposta pelo Município de Esteio através das Leis n.ºs 1.978/93, art. 1º, parte final; 3.306/02, art. 1º; e do Decreto n.º 2.419/02, art. 1º, parte final, viola frontalmente os arts. 8º, 19, 157, I e II, e 176, I e XI, da Constituição Estadual, não obstante, pela emenda à Constituição Estadual n.º 35/2003, fora delegada aos Municípios também a competência para legislar sobre os dias de funcionamento do comércio local. 2. Sendo as Leis n.ºs 1.201/83, 1.461/89, anteriores à vigência da Constituição Estadual, impossível se mostra a declaração de sua inconstitucionalidade. Ação prejudicada nessa parte. AÇÃO PROVIDA EM PARTE, POR MAIORIA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70013970835, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Wellington Pacheco Barros, Julgado em 25/09/2006)”.  
“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Inconstitucionalidade material de lei do Município de Guaíba, que proíbe a abertura dos estabelecimentos comerciais aos domingos e feriados. Violação dos artigos 8º, 19, 157, I e II, e 176, I e XI, da Constituição Estadual. Precedentes jurisprudenciais deste Tribunal: ADIn 70008442238 (Rel. Des. Luiz Ari Azambuja Ramos); ADIn 70004762472 (Rel. Des. Clarindo Favretto) e ADIns 70007760325 e 70005683040 (Rel. Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa). AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70006896138, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cacildo de Andrade Xavier, Julgado em 15/08/2005)”.*

Portanto, na esteira de precedentes desta Corte, defiro a liminar postulada para suspender, até o julgamento final desta ação, os efeitos da Lei Municipal nº Lei 6.565/08.

Jb



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A

MASC  
Nº 70025281668  
2008/CÍVEL

Notifique-se a autoridade responsável pelo ato impugnado, para que, no prazo de 30 dias, preste as informações entendidas como necessárias.

Cite-se o Dr. Procurador-Geral do Estado para que se manifeste, no prazo de quarenta dias.

Após, abra-se vista ao Dr. Procurador-Geral de Justiça para que, no prazo de 15 dias, emita parecer.

Oficie-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Porto Alegre, 11 de julho de 2008.



**DES. MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CAMINHA,**  
Relator.

## ANEXO 2 – Ofício enviado à JUCERGS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



## Ofício

Venho por meio deste, solicitar ao Gabinete da Presidência da Junta Comercial Do Rio Grande do Sul, auxílio na obtenção de dados estatísticos que são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado de Christian da Silva Simões, meu orientando no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). Por tratar-se de uma pesquisa acadêmica de relevância social, venho pedir-lhes, também, isenção de taxas e custos para tal solicitação. Os dados que se fazem necessários são os seguintes:

Dados estatísticos anuais (de 2005 a 2012) referentes ao número de pequenos empreendimentos do setor varejista de alimentos (açougues, mercearias, padarias, bares, minimercados, armazéns), enquadrados como Microempresa ou Microempreendedor Individual, que deram início às suas atividades, bem como o número de empreendimentos que solicitaram a sua extinção/falência, nos referidos anos.

Exemplo:

ANO	CONSTITUIÇÃO	EXTINÇÃO	FALÊNCIA
2005			
2006			
2007			
2008			
2009			
2010			
2011			
2012			

  
Christian da Silva Simões

  
Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto

Rio Grande, 26 de outubro de 2012.

## ANEXO 3 – Dados enviados pela JUCERGS referentes ao Pequeno Comércio Varejista de Alimentos entre os anos de 2005 e 2012.

### Constituições de empresas:

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
José Tadeu Jacoby  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data . . : 06/11/2012

Hora . . : 14:10

Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
CONSTITUIÇÃO: 01/01/2005 a 31/12/2005  
SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
STATUS: CADASTRADA  
ATIVIDADES  
PORTE: Microempresa  
MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	14
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	19
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	22
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	60
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	2
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	4
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	2
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	7
<b>Total Geral:</b>	<b>130</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
José Tadeu Jacoby  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data . . : 06/11/2012

Hora . . : 14:12

Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
CONSTITUIÇÃO: 01/01/2006 a 31/12/2006  
SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
STATUS: CADASTRADA  
ATIVIDADES  
PORTE: Microempresa  
MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	13
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	14
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	13
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	58
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	2
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	3
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	2
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	8
<b>Total Geral:</b>	<b>113</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data..: 06/11/2012  
 Hora..: 14:13  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 CONSTITUIÇÃO: 01/01/2007 a 31/12/2007  
 SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	16
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	11
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	26
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	76
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	3
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	5
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	7
<b>Total Geral:</b>	<b>145</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data..: 06/11/2012  
 Hora..: 14:14  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 CONSTITUIÇÃO: 01/01/2008 a 31/12/2008  
 SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	24
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	12
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	24
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	68
<b>Sociedade</b>	
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	1
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	5
<b>Total Geral:</b>	<b>135</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data . . : 06/11/2012  
 Hora . . : 14:14  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 CONSTITUIÇÃO: 01/01/2009 a 31/12/2009  
 SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	19
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	13
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	28
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	86
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	1
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	5
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	4
<b>Total Geral:</b>	<b>157</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data . . : 06/11/2012  
 Hora . . : 14:15  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 CONSTITUIÇÃO: 01/01/2010 a 31/12/2010  
 SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	19
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	13
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	18
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	72
<b>Sociedade</b>	
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	3
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	4
<b>Total Geral:</b>	<b>129</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data...: 06/11/2012  
 Hora...: 14:16  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 CONSTITUIÇÃO: 01/01/2011 a 31/12/2011  
 SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	13
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	20
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	23
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	52
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	2
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	1
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	5
<b>Total Geral:</b>	<b>117</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data...: 06/11/2012  
 Hora...: 14:17  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 CONSTITUIÇÃO: 01/01/2012 a 31/10/2012  
 SITUAÇÃO: REGISTRO ATIVO  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	7
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	10
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	12
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	31
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	1
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	4
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	3
<b>Total Geral:</b>	<b>68</b>

## Extinções de empresas:

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
José Tadeu Jacoby  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data... : 06/11/2012

Hora... : 14:25

Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2005 a 31/12/2005  
SITUAÇÃO: EXTINTA  
STATUS: CADASTRADA  
ATIVIDADES  
PORTE: Microempresa  
MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES	7
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	7
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	11
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	37
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES	2
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	3
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	4
<b>Total Geral:</b>	<b>71</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
José Tadeu Jacoby  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data... : 06/11/2012

Hora... : 14:25

Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2006 a 31/12/2006  
SITUAÇÃO: EXTINTA  
STATUS: CADASTRADA  
ATIVIDADES  
PORTE: Microempresa  
MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES	3
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	3
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	4
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	30
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES	1
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	1
<b>Total Geral:</b>	<b>42</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data... : 06/11/2012  
 Hora... : 14:24  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2007 a 31/12/2007  
 SITUAÇÃO: EXTINTA  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	12
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	9
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	23
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	60
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	1
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	2
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	4
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	3
<b>Total Geral:</b>	<b>114</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data... : 06/11/2012  
 Hora... : 14:23  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2008 a 31/12/2008  
 SITUAÇÃO: EXTINTA  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	13
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	7
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	29
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	69
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	2
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	4
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	3
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	7
<b>Total Geral:</b>	<b>134</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data . . : 06/11/2012  
 Hora . . : 14:23  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2009 a 31/12/2009  
 SITUAÇÃO: EXTINTA  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	10
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	14
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	24
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	63
<b>Sociedade</b>	
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	2
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	4
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	3
<b>Total Geral:</b>	<b>120</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data . . : 06/11/2012  
 Hora . . : 14:22  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2010 a 31/12/2010  
 SITUAÇÃO: EXTINTA  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	18
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	10
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	27
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	92
<b>Sociedade</b>	
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	3
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	4
<b>Total Geral:</b>	<b>155</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data... : 06/11/2012  
 Hora... : 14:21  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2011 a 31/12/2011  
 SITUAÇÃO: EXTINTA  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	18
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	10
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	16
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	52
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	3
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	2
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	8
<b>Total Geral:</b>	<b>110</b>

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 José Tadeu Jacoby  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data... : 06/11/2012  
 Hora... : 14:20  
 Página: 001 / 001

ESTATÍSTICO DO CADASTRO  
 ÚLTIMO MOVIMENTO: 01/01/2012 a 31/10/2012  
 SITUAÇÃO: EXTINTA  
 STATUS: CADASTRADA  
 ATIVIDADES  
 PORTE: Microempresa  
 MUNICÍPIO: RIO GRANDE

Descrição	Quantidade
<b>Empresário</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	10
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	9
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	9
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	49
<b>Sociedade</b>	
4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	1
4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	2
5611-2/02 - BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	1
4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	2
<b>Total Geral:</b>	<b>83</b>

## ANEXO 4 – Roteiros de entrevistas

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

NOME:

IDADE:

NATURALIDADE:

Nº DE PESSOAS NA FAMÍLIA:

ENDEREÇO:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

1. QUANDO ABRIU SEU COMÉRCIO? POR QUE ABRIU O COMÉRCIO?
2. VENDE FIADO? O FIADO REPRESENTA QUANTO DA SUA VENDA?
3. VENDE NO CARTÃO? O CARTÃO REPRESENTA QUANTO DA SUA VENDA?
4. ACREDITA QUE OS ATACADOS COMO MAXXI E ATACADÃO INTERFEREM DE ALGUMA FORMA NA SUA VENDA? DE QUE FORMA?
5. E OS DEMAIS SUPERMERCADOS DA CIDADE: GUANABARA, BIG E NACIONAL?
6. COMO VOCÊ COMPREENDE A IMPORTANCIA DE SEU TRABALHO PARA OS SEUS CLIENTES? E PARA VOCÊ?
7. QUAIS AS VANTAGENS DE COMPRAR NO SEU COMÉRCIO?
8. QUEM SÃO SEUS PRINCIPAIS CLIENTES?
9. COMO VOCÊ ENCARA O “PROGRESSO ECONOMICO” DA CIDADE DO RIO GRANDE-RS? E QUAL A RELAÇÃO DISSO COM O DESENVOLVIMENTO DO SEU COMÉRCIO? AFETOU? NÃO AFETOU? POR QUÊ? RESUMA O DESENVOLVIMENTO DE SEU COMERCIO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS.
10. JÁ HOUVE FASES MELHORES NO QUE DIZ RESPEITO A VENDAS NO SEU COMÉRCIO? EM QUE PERÍODOS?
11. COMO ACREDITAS QUE SEU COMÉRCIO ESTARÁ NOS PRÓXIMOS 5 ANOS?
12. QUAIS OS DIAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE SEU ESTABELECIMENTO?
13. O QUE MAIS VENDE EM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL E EM QUAL HORÁRIO?
14. O ESTABELECIMENTO COMERCIAL É O ÚNICO MEIO DE SUSTENTO SEU E DE SUA FAMÍLIA? CASO NÃO, ESPECÍFIQUE ONDE MAIS TRABALHAM?
15. DEIXANDO DE TRABALHAR POR CONTA PRÓPRIA, EM QUE OUTRA ATIVIDADE TRABALHARIA?

## ANEXO 5 – Transcrição das entrevistas

### **Entrevista 1: Bairro Santa Tereza**

35 anos, cursou o ensino médio; família de três pessoas que dependem do comércio, mas ele não é a única fonte de renda (eles têm uma casa no Cassino que estão alugando para uma moradora de RG há um ano e meio). O comércio, que foi assumido em 2005, era do irmão do atual proprietário há 10 anos e ainda hoje este comércio conserva alguns clientes dessa época.

**Vende fiado.** “Representa a maior parte, sempre representou”.

OBS: Eles avisam os clientes que compram fiado quando vão entrar em férias, pelo menos com 1 mês de antecedência.

**Vende no Cartão:** “Não, cartão ainda não”.

**Influência do Circuito Superior:** “É, relativamente eles têm, né”.

**Abertura dos comércios grandes nos domingos:** “no começo ainda não tinha uma diferença de movimento, mas com o passar do tempo a gente notou que o movimento no domingo deu uma diminuída. Domingo e feriado depois que os supermercados começaram a abrir deu uma diminuída, tanto que hoje eu não trabalho mais feriado e domingo”, pois “não vale a pena porque eu só trabalho de manhã no domingo e no feriado e eles abrem o dia todo. Então, quer dizer, tu escolhe o horário para ir lá. Hoje em dia o pessoal que não vai de carro, vai de moto ou chama uma moto-táxi” “e aqui é muito perto”.

**Importância do trabalho:** “Acho que é importante. Eu acho que faz falta. Pelo menos quando nós tiramos férias, o pessoal reclama porque precisam ir a outro lugar e o outro lugar é longe, o outro lugar já não tem a mercadoria. As pessoas acostumam com o comércio perto de casa. É a comodidade”.

**Vantagens de comprar no teu comércio:** “Sem falar que tem gente que se acostuma, assim como tem a parte da bebida, tem gente que bate o ponto todos os dias é para jogar o bilhar, para conversar com alguém, tomar a sua cerveja, seu aperitivo”.

**Progresso de RG:** É uma coisa boa em termos lucrativos para quem estava desempregado. Muita gente, hoje em dia está trabalhando, tanto homem quanto mulher, não tem mais essa distinção, idade também não está tendo mais aquela distinção... ah, porque passou dos 40 tu não serve, não. E a situação que eu vejo é que parte desse dinheiro que entra aqui na cidade, ele não é empregado aqui, ele não fica aqui. Eu acho que as pessoas mandam muito para as famílias aí fora e aqui eles usam muito pouco, porque aqui eles tem alojamento, eles almoçam na empresa [...]. “O comércio imobiliário sim, este está crescendo. A parte imobiliária ninguém reclama porque todo mundo precisa morar [...]”.

“Teve época bem melhor [...]. Antes eu conseguia pagar todo o comércio, eu conseguia abastecer normal, sem me preocupar, porque sempre sobrava de um mês para o outro, sobrava dinheiro e agora, às vezes para ficar alguma coisa de um mês para o outro a gente tem que estar controlando muito, tem que ser muito controlado porque senão não sobra, acaba faltando”.

**Planos de continuar com o comércio:** “se agente puder continuar trabalhando e mantendo a gente pretende continuar com ele, mas isso é muito relativo. O bom é que nós somos os nossos próprios patrões, apesar da gente ser o próprio empregado, o horário é flexível, a gente mesmo consegue sair, fazer o serviço de banco, pagamento, recebe, a gente faz tudo e fica flexível porque se precisa sair, o outro está aqui para cobrir, agora numa firma tu já não tens a mesma flexibilidade.

**Horário de funcionamento:** das 9 às 13, das 16 às 21h30min, “porque é o horário que tem mais movimento”.

**O que mais vende:** hortifruti, leite, pão e coca-cola. Vende mais em horário de almoço.

O proprietário veio de Piratini ainda criança, porque os pais vieram para RG para trabalhar há 30 anos atrás. Veio para trabalhar no TTS.

## **Entrevista 2: Bairro Navegantes**

41 anos, veio do interior de Pedro Osório há 24 anos, começou trabalhando em fábrica de peixe “que era o que tinha na época”.

Tem o Mercado há 13 anos. Antes tinha trabalhando em restaurante, no refeitório da Manah onde aprendeu a fazer lanches.

“O mercado é a sobrevivência” “O começo foi bem melhor. Eu mesmo construí essa casa aqui com o dinheiro do comércio. Foi a melhor coisa que eu fiz foi abrir este comércio”.

Quando eu comecei ele era bem melhor do que hoje, hoje com todas essas firmas que tem agora já não é mais tão forte o movimento. “Antes eu conseguia manter as minhas contas, agora eu vivo correndo atrás das contas, pra se manter, né, porque o dinheiro tá em falta”.

### **Ele atribui isso às seguintes causas:**

“Os domingos a gente trabalhava e eram os dias que davam mais, aí com o negócio dos supermercados funcionarem aos domingos, feriados, aí a gente já diminuiu, né, caiu muito. E esses cartões né, supermercado tudo é cartão. Eu comecei com o cartão agora, faz dois anos. Eu vendo, mas não vendo assim, tanto”. “Eu vendo mesmo é depois que os grandes fecham”.

**Horário de trabalho:** “Eu abro as oito e fecho às dez da noite. Aos domingos eu abro das dez a uma e meia, fecho, depois abro quatro, cinco e meia. Eu até vendo bastante, não posso reclamar, mas seria melhor se eu vendesse mais”.

**Fiado:** “Vendo, vendo bastante, eu tenho uns 70, 80% de fiado e aí é aquele corre-corre pra sobreviver, manter o mês, aí tu têm que manter o fiado, eles vêm comprar e aí também tem aquele que no final do mês vem e te dá uma mixaria. Eles dizem: tive que pagar o centro, eles sempre têm que pagar o centro, né”.

**Planos para o futuro:** “A gente tá sempre pensando em alguma coisa, né”. Às vezes as finanças não dão né. Agora mesmo eu quero fazer umas obras para fazer umas peças de aluguel, porque tu não sabes. A Lucimara diz: tu trabalha sábado, domingo e feriado, tudo, e eu digo, mas do jeito que eu tô... eu não consigo manter

as contas em dia, né, se não for assim eu não consigo manter. Então eu tenho que virar sábado, domingo, feriado.

**Férias:** “deve fazer uns quinze anos que eu não sei o que é férias. Até andei tirando assim, sai uns quatro ou cinco dias, mas coisa rápida, não pode ser mais do que isso.

**Importância do comércio:** “A gente com comércio têm que ter de tudo um pouquinho, tu tem que ter duas ou três coisinhas, mesmo que nunca saia, tu tem que ter, porque as pessoas pensam assim, vamos lá no [Fulano] porque ele tem, isso faz com que o pessoal venha”.

“E eu trato todo mundo a mesma coisa, poder chegar branco, preto, pobre, rico, mendigo, porque tu podes ver, chega um mendigo ali eu trato a mesma coisa, é ser humano a mesma coisa”.

“Hoje mesmo eu tô muito estressado, eu estava mesmo cheio de conta e não entrava dinheiro, quando chega do dia dez até o dia trinta tu já fica naquele stress né, porque o dinheiro é assim, tu recebe, paga as contas e depois é aquele corre-corre”.

“Eu sou muito preocupado com as contas. Se eu tiver uma conta pra pagar, enquanto eu não pago, eu tô preocupado”.

“Não troco meu trabalho, se eu ver que um dia não dá mais eu vou pra outro ramo mas, de comércio. Do comércio eu não tenho o que reclamar, pois foi daqui que eu consegui tudo, eu não tinha nada, eu comecei da estaca zero, eu cheguei aqui em RG só com um acolchoado de pano feito pela minha vó”.

“Como o supermercados funcionam sábado, domingo, feriado, aí nós pequenos, a gente só pega quando sobra, a hora que os supermercados fecharam, aí até a gente vende mais”.

“Eu tô sempre criando alguma coisa, agora mesmo, eu até já fiz um empréstimo de dez mil, pra com mais um pouco que eu tenho ali, fazer uma laje e fazer umas peças lá em cima pra alugar, porque eu tenho aquilo ali vago, então eu tenho que fazer algum dinheiro. E a lan house também foi assim, é tudo coisa que me ajuda. O

pessoal vem fazer um xerox dai já compra alguma coisinha e é uma coisinha que ajuda a outra”.

“O comércio é assim, como tudo que tu vai fazer, tu tem que gostar. Se tu vai estudar, tu tens que gostar de estudar senão tu não passas, vai estar sempre pedalando e vai custar a chegar onde tu quer”.

“E o comércio eu sempre gostei, desde guri, que eu ia ao comércio do vizinho e ele ficava ali empacotando e eu achava aquilo ali o máximo e ele vendia a varejo, e eu também vendo, tu chega ali e diz: ah, eu preciso de meio quilo de açúcar e daí eu abro, já enrolo. Às vezes as pessoas dizem assim: bah, eu to sem óleo e to sem dinheiro, eu venho aqui boto numa latinha, numa canequinha, mas vendo e no trailer eu comecei assim, eu pegava as coisas de dentro de casa porque as pessoas perguntavam se eu não tinha um quilo de açúcar ou meio quilo de açúcar, eu vinha dentro de casa, pegava e vendia, no outro dia eu ia lá e comprava mais. E tudo foi assim, se tu não começa assim tu não chega aonde tu quer chegar”.

“Quando eu vim pra cá as pessoas diziam que não ia dar certo, porque tinha o [Fulano], a [Fulana], e eu dizia que tentar não custa. Eu sempre acreditei que cada um faz o seu freguês”.

### **Entrevista 3: Bairro Parque São Pedro**

É natural do Rio Grande, trabalhava como vigilante antes de abrir o comércio. Tem ensino médio e pretende fazer faculdade. Inovou colocando um trailer em frente a seu comércio.

Chegou a trabalhar como empregado novamente enquanto sua esposa cuidava do comércio. Diz que com isso perdeu qualidade de vida e não pretende ser vigilante novamente.

**Quando abriu o comércio:** “Há cinco anos atrás”.

**Por que abriu:** Porque ficou desempregado. Já tinha trabalhado no comércio de um primo.

“O movimento aumenta depois que o Guanabara fecha”.

**Fiado:** “Vendo, 70% da venda é fiado”.

**Cartão:** “Botei cartão agora, há uns três meses atrás. Tá saindo muito bem”.

**Importância do comércio:** pessoal reclama se fecha.

**Atacadão:** Para ele a abertura do Atacadão foi boa. Ele compra de lá.

Os trabalhadores do Polo Naval compram no seu mercado.

**Expectativa para o futuro:** “a tendência é melhorar, embora agente não esteja totalmente preparado para esta mudança”.

“a moradia ficou difícil, né, tanto pelo aluguel como para tu adquirires tua própria casa”.

#### **Entrevista 4: Bairro Santa Tereza**

**Quando abriu o comércio:** quinze a dezesseis anos atrás

**Por que abriu?** A esposa decidiu abrir o comércio, pois só o marido trabalhava.

Vendiam basicamente cachaça.

Não tinham experiência com o comércio.

São naturais de São José do Norte e Mostardas.

O marido veio para RG em procura de emprego (aprox. 40 anos atrás).

**Fiado:** “70% da venda é fiado, tranquilamente, sempre foi”.

**Cartão:** vende no cartão há 2 anos – “A gente decidiu vender no cartão pois vimos que estávamos perdendo muita venda, porque tudo se transformava em uma bola de neve: as pessoas vinham e perguntavam – tens cartão? Daí a gente ficava com pena, deixava levar e daí nunca mais”.

**Teve fase melhor?** “Ah, teve, teve. Há uns sete anos atrás estava bem melhor, porque da outra vez que teve bom foi por causa dessa outra plataforma que tinha aqui e daí saiu... acabou e foi embora. Com o crescimento da cidade teve muita.... eu acho que os comércios passaram a oferecer muitas facilidades, aí todo mundo passou a aceitar cartão de crédito, todo mundo passou a facilitar a compra, daí as pessoas passaram a não depender mais dos comércios de perto de casa, por antes tu não tinha aquela coisa ah, vou comprar com cartão de crédito lá no Guanabara, iam ali no barzinho da esquina, porque ali compravam fiado e faziam seu rancho, aí ficou muito fácil tu adquirir cartão de crédito, abrir conta em banco, então as pessoas se desvincularam dessa dependência e foram comprar no Guanabara, no Big, daí o pequeno...”

“Eu acho que agora tá melhorando, pelo número de gente que aumentou.”

“Às vezes a gente faz vinte horas por dia praticamente.”

“Entre quatro e dois anos atrás se tirou 10 dias todo mundo, mas de dois anos pra cá não se tirou mais”. Pela necessidade de não ter gente que trabalhe, gente de confiança que possa ficar no teu lugar e também pelo nosso expediente de trabalho

muito longo, então tu nunca vai encontrar uma pessoa que possa ficar em horário indeterminado, a não ser que sejam os donos do comércio mesmo”.

**Importância do comércio:** “eu acho que nossa maior importância é porque a gente não fecha nos finais de semana, do contrario a gente é um entre muitos. Porque a gente tem uma linha de ferragem, pelos fins de semana. A ferragem tem se tornado uma base bem importante (dois anos pra cá).

**Atacadão:** “acho que pra nós não. Acho que as pessoas aqui da volta não tem aquele poder aquisitivo para comprar por atacado que é o que sai mais barato, grande maioria não tem transporte próprio, não vai até o Atacadão comprar meia dúzia de coisas e voltar, porque só o transporte até lá é uma loucura”.

“Antes sim, quando os supermercados não abriam aos finais de semana era bom, porque daí as pessoas não tinha opção e acabavam comprando no comércio perto de casa, agora não, com a facilidade do cartão, tu ir lá e comprar em não sei quantas e comprar o que tu quiseres e às vezes pagando mais caro, porque pra mim supermercado é ilusório, tem um produto em promoção e o resto é tudo mais caro, se tu comprar dez produtos, dois são mais baratos e os oito são mais caros, até porque tu tens que te deslocar, taxi, moto, daí sai mais caro.

“Pra mim hoje em dia o comércio hoje em dia tá muito ruim, muito ruim, não vale a pena mais tu trabalhar em comércio. Eu já começo a duvidar até se é bom tu ter um negócio próprio. É muito imposto, muita carga tributária tu paga tudo demais, luz, água demais, é encargo demais, e isso que a gente não paga funcionário nem aluguel”.

## **Entrevista 5: Bairro Parque São Pedro**

**Vende fiado?** "agora não, já vendi, mas não vale a pena, acredito que quem trabalha com fiado não fica aberto mais de um ano, eu fiz esse teste e quase quebrei, hoje eu tive que sair pra trabalhar fora para poder compensar o que ficaram me devendo, então não vale a pena. Ou tu és duro no teu negocio, ou se tu fores molenga eles fecham as tuas portas, então hoje eu prefiro vender 100 reais a vender 500 e ficar com o dinheiro fora, então eu preferi cortar o fiado, perdi mais da metade da freguesia que eu tinha por causa disso, mas não me arrependo do que eu fiz.

**Vende com cartão?** Não.

**Tu achas que a abertura do Atacadão interferiu na tua venda?** “Bastante, não só na minha como na de vários, bastante gente”. Diminuiu, a minha até que não foi tanto, mas o pessoal que mora pro lado da Vila Maria, um monte de gente praticamente fechou as portas, inclusive o mercado Mortola tinha acabado de abrir ali e quebraram ele, ele não conseguiu se manter por causa disso, ele teve que abandonar ali. Eles tão conseguindo vender mais barato que os fornecedores direto. Só se pega direto pega conveniência de não precisar estar indo pegar. Tu vai na frente do Atacadão, difícil tu não ver cheio de carro. Eles conseguiram quebrar as vendas do próprio Maxxi Atacado, imagina dos outros mercados.

**Planos para o comércio:** ampliar para vender mais coisas, colocar padaria. Está vendendo marmitex para ajudar na renda.

“tenho plano de fechar a frente, aumentar e vender bem mais coisas. A minha ideia é de colocar junto com a mercearia uma padaria. Hoje junto com a mercearia a gente tá vendendo marmitex”.

Pretende parar de trabalhar fora.

**Importância do comércio:** "Já reclamam que eu não abro aos domingos. abria sempre, natal, ano-novo, sempre, direto de domingo a domingo nunca fechei. parei de abrir pra mulher poder descansar, porque ela trabalha a semana toda fazendo marmitex, no balcão, cuidando da casa, então no domingo tem que ter um descanso pra ela e pra mim também.

"Férias mesmo, nunca tirei".

"trabalho 12 horas, até mais dependendo do dia".

## **Entrevista 6: Bairro Parque Marinha**

**Por que veio pra RG?** “Vim pra cá porque a gente morava na campanha e lá é muito difícil, difícil de sobreviver e daí vim pra cidade pra ter uma vida melhor. Já faz uns vinte anos, comecei trabalhando de serviço geral, por conta, fazendo um biscate aqui, outro li. Trabalhei de carteira assinada em santa vitória, trabalhei três anos lá, depois voltei pra cá, comprei casa, não consegui emprego daí decidi abrir o mercado pra poder trabalhar por conta. Já faz uns nove anos”.

**Já teve fase melhor?** "Cinco anos atrás era muito melhor pro comércio que hoje, hoje tá muito mais difícil, é que esse negocio do Polo Naval, o dinheiro não fica em RG, o dinheiro vai todo embora lá pra cima, os cara que vêm trabalhar aí levam o dinheiro todo”.

**Os grande interferem?** “Não”.

**Vende com cartão?** "Não porque com o cartão se paga muita taxa”.

**Vende fiado?** "Coisinha mínima, pouquinho, pouquinho, mixaria, cinco ou seis. Já vendi antes e parei por causa dos calotes, o que tem de caloteiro aqui é brincadeira, já perdi mais de 10.000 reais”.

**Planos para o futuro:** "Dizem que RG, eu no caso, se fosse por mim eu ia embora de RG, porque o futuro de RG daqui a cinco, dez anos vai ser precário, não tem estrutura, só vem gente, vem gente e cadê o espaço pro povo, não tem. Vai ser só violência, vão matar, vão roubar, vão fazer de tudo, sei que futuramente vai ser péssimo, não vai ser muito diferente do Rio, São Paulo”.

**Voltaria pra Canguçu?** "Não, outra cidadezinha do interior, mais calma”.

**Entrevista 7: Bairro Bolaxa**

**Quanto tempo tem o comércio?** "Faz uns dezessete anos, antes trabalhava no comércio, trabalhava no Galeto Caxias".

**Por que abriu o comércio?** "Ganhava pouco no outro comércio, daí decidi abrir o meu".

**Como está a venda?** "Está melhor, tem bastante gente morando inverno e verão".

**Os mercados grandes interferem na sua venda?** Mercados grandes não interferem na venda, os clientes são os residentes de inverno e verão.

**Vende fiado?** "O fiado representa 40 % da venda".

**Cartão:** não pretende vender no cartão

**Desenvolvimento de Rg:** "Financeiramente eu acho bom, mas pra morar é ruim, em qualquer lugar que se vá tem fila, trânsito, moradia, aluguel, os preços das mercadorias, se tu não pagar que vem de fora pagam".

**Entrevista 8: Bairro Cassino**

**Tempo de Comércio:** "Faz oito anos que trabalhamos no comércio"

**Por que abriu o comércio?** "A gente já tinha a ideia de abrir o comércio, daí quando ele [marido] saiu da noiva-do-mar a gente decidiu botar em prática".

**Já teve fases melhores?** "Ele tá melhor agora".

**E anos piores?** "Teve, teve sim, os invernos aqui eram bem ruins, agora melhorou bastante, não lembro de um ano em específico, mas geralmente no inverno cai bem mais o movimento".

Abertura aos domingos dos grandes não interferem na sua venda.

O Atacadão não interfere pela distância.

**Vende fiado?** "Não, já vendi uma vez, mas ficou uma pendência e não retornou mais".

**Férias:** "De uns três anos pra cá a gente tira 3 dias e aos finais de semana que a gente só trabalha até as duas".

**Desenvolvimento de RG:** "Eu acho que na questão de comércio é bom, porque movimenta mais, tem mais gente pra gastar, mas em relação à segurança eu acho que é mais perigoso, tem muita gente de fora, tem muita gente diferente, então eu acho que prejudica um pouco".

**Planos para o futuro:** "Pretendo seguir com o comércio e sempre melhorando".

## **Entrevista 9: Bairro Bolaxa**

É natural de RG.

"eu trabalhei oito anos em fábrica de conserva, antiga Almeida, depois trabalhei na Ctil, de operador de empilhadeira, depois trabalhei um ano e três meses de caminhoneiro e trabalhei uns onze anos na Intercontainer, de operador de empilhadeira; cinco anos e seis anos de vistoriador de containers.

**Há quanto tempo tem e por que abriu o comércio?** "Esse comércio tenho em torno de nove anos. A ideia foi o seguinte, a idade vai chegando e eu peguei o dinheirinho dessas rescisões, fui juntando e inventei de botar um comércio e foi indo, devagarzinho, com um barzinho e fui aumentando aos poucos. O lugar aqui era muito carente, lugar de muito pouca gente, muito pouco movimento e eu isolado aqui, com poucas casas, no decorrer do tempo foi aumentando o pessoal, foram construindo mais casas, veio mais gente pra cá morar, depois com esse negócio desse pessoal que alugam casas no verão e depois até mesmo com o pessoal das firmas foi melhorando e a gente foi crescendo aos pouquinhos".

**Horário de trabalho:** "Eu aqui abro em torno de sete e meia da manhã, fecho em torno de quinze pra uma e abro às duas e meia, porque nesse intervalo é calmo, daí eu almoço, tiro o meu descanso, duas e meia eu abro. Abro domingo, feriado. Eu vou até umas nove e meia".

**Férias:** "Não, não tiro férias de jeito nenhum, todo mundo trabalha direto, sempre, sempre".

**Cartão:** "O cartão assim, hoje, quase todo mundo tem cartão, então o que acontece, o cartão é um modo de se vender coisas, como eu vendo aquelas máquinas, furadeiras, lixadeiras, serra circular, aquelas maquitas, serra mármore, são coisas difíceis de vender a vista, da pessoa dispor do dinheiro na hora, daí no cartão tem a possibilidade de parcelar, e daí evita de pedir o fiadinho. Eu tenho caderno, trabalho com caderneta a muitos anos porque eu tenho fregueses muito antigos, fregueses muito bons, que estão inverno e verão comigo, mas épocas difíceis eles estão comigo, no inverno que cai muito.

“Então a gente elimina aquele que diz 'eu pago depois', lá tal dia eles pagam, e é uma luta pra receber e alguns nem pagam, então fiado é no cartão”.

**Fiado:** "Eu calculo que de todos os clientes que eu tenho de fiado deve ser 30% da minha venda e muitos estão passando a comprar no cartão”.

**Os grandes interferem?** "O espaço existe pra todos, é pros pequenos, pros grandes, os grandes, é claro, são mais centralizados, assim como tem muitos médios que estão também centrais, tem os pequenos, que nem eu, mais afastados, mas o espaço tem pra todo mundo, todo mundo tem seu espaço, claro, a gente tem que se aperfeiçoar, ir melhorando, colocando mais mercadorias, melhorando. Com esse negócio mesmo do Atacadão, tinha o Maxxi, quer dizer deram oportunidade pra gente, principalmente o pequeno, poder comprar melhor, eu mesmo tenho cadastro nos dois, posso comprar com nota fiscal em qualquer um deles, então o que acontece, muitas vezes a gente aqui comprava de certas empresas, certos fornecedores, as vezes os preços eram elevados, porque tu não tinhas outra alternativa e nesse aí tem aqueles que iam ao Krolow em Pelotas, mas tu ir buscar, pagar pedágio, não compensa. Então houve essa possibilidade de comprar melhor e assim vender melhor”.

**Entrevista 10: Bairro Cidade Nova**

É natural de São Paulo, veio com o pai que era funcionário da alfandega (veio em 1952 - tinha 12 anos na época) hoje tem 71.

**Por que abriu o comércio?** "Foi porque o que eu ganhava não era suficiente, não tinha como, então, até hoje eu sou apaixonado pela profissão, mas não adianta tu estar numa profissão que tu gosta e chegar em casa e não ter o que comer, então eu achei melhor, infelizmente, fazer um acordo com o 'homem' lá e partir pra outra, aí eu entrei nessa que eu também gosto".

**Há quanto tempo tem o comércio?** "Eu tenho meu comércio aqui desde 1988, mas eu tive lá adiante uns nove anos".

**Horário de trabalho:** "Eu faço das dez a uma e das três as onze".

"Eu viro redondo, eu aqui, no mínimo 15 horas por dia eu trabalho".

**Fiado:** "não vendo fiado, não, não, hoje em dia não dá pra vender fiado".

**Desenvolvimento de Rg:** "Eu acredito que pra todo mundo melhorou, eu comprava, por exemplo, o cigarro, três quatro pacotes, agora eu compro um monte, só dobrando ali na rio branco tem uns 40 caras morando".

## **Entrevista 11: Bairro Centro**

**Tempo de comércio:** Oito anos.

Natural de Canguçu.

**Por que veio para RG?** "Cidade maior com mais oportunidades de trabalho. Eu vim pra trabalhar na Fazenda Santa Maria no Taim, de lá eu vim trabalhar na cidade, trabalhar em obras. Fui servente de pedreiro, depois passei a ferreiro".

**Por que abriu o comércio?** "Foi em 2005, porque a mulher já tinha comércio na São Miguel".

**Vende fiado?** "Não, não vendo fiado".

**Cartão:** "Por enquanto não tem condição de eu vender no cartão, mais adiante eu quero trabalhar com o cartão".

**Os grandes interferem?** "Não, pro comércio pequeno eles não interferem, minha clientela é o pessoal aqui da volta".

**Já teve fases melhores?** "Já teve períodos melhores, quando eu vim pra cá, mas muita gente se mudou, veio gente nova, mas continua bom ainda".

**Qual o horário de trabalho?** "Das oito e meia da manhã até as dezenove; meio dia eu só encosto um pouquinho pra almoçar, mas continuo atendendo".

## **Entrevista 12: Bairro Centro**

**Quando abriu o comércio?** "Eu abri há 17 anos atrás".

**Onde trabalhava antes de abrir o comércio?** "Trabalhava em auto peças de motos".

**Fiado:** "Tenho fiado, alguns clientes só".

**Cartão:** "Vendo no cartão desde que eles apareceram, a oito, dez anos. Metade da venda é no cartão".

**Seu comércio sofre interferência das grandes redes?** "Com certeza, com certeza, 50%, quando abriu o big caiu 50%, quando abriu os atacadões, caiu mais 50%, eu tô me referindo a peso, hoje eu vendo 1/3 do que eu vendia há 17 anos atrás".

**Abre fins de semana?** "Sábado, domingo, feriado, sempre".

**E a abertura dos supermercados nesses dias?** "A abertura dos supermercados influenciou e muito, pro pequeno foi muito ruim".

**Quem são seus clientes?** "Tenho clientes da volta e muitos de fora, a maioria não mora aqui perto".

**Teve fases melhores?** "Antes foi muito melhor, quando o Big abriu caiu um monte, quando os atacadões abriram, nem se fala".

### **Entrevista 13: Bairro Bernadeth**

**Quanto tempo tem o seu comércio?** "Vai fazer 6 anos dia primeiro de maio".

**O que faziam antes de abrir o comércio?** "O [meu marido] era taxista e eu era manicure, babá, o que pintasse".

**Por que abriram o comércio?** "Eu sempre dizia, era uma ideia que eu tinha. Eu tinha a ideia que a gente só ia melhorar de vida se abrisse um negócio próprio, mas não tinha condições, não tinha dinheiro mesmo pra isso, mas quando foi um belo dia a falecida [Fulana] e o [Fulano] estavam cansados e não queriam mais o comércio...mas aí começamos a pensar, mas e dinheiro pra isso?..."

"No primeiro mês a gente meio se enrolou, no segundo também, mas depois nos pegamos e a gente viu que tínhamos dom pra aquilo ali, e graças a deus conseguimos, tanto é que em um ano e oito meses nós já estávamos aqui, na nossa casa própria, saímos do aluguel, saímos de lá que ela pediu a casa, em menos de um ano desistiu, disse que ia voltar pro comércio, e aí a gente começou a construir aqui e em um ano e oito meses nós estávamos dentro de nosso comércio próprio, sem precisar pagar aluguel, sem nada. Claro, trabalhando muito, de domingo a domingo. Nós não tínhamos domingo pra sair, não tinha nada, durante uns três anos nós trabalhamos assim, direto, das oito da manha a meia noite, direto, sem ter um feriado, um domingo. Quando chega visita ela ficava por aqui, era chato, daí ninguém nos visitava. Aí depois, não dava mais, a gente chegou a um ponto de estafa que não tinha mais condições, daí eu falei pro [meu marido], a gente só trabalha, então eu mudei o meu horário, então eu abro as dez da manha e fecho a meia-noite, sem fechar ao meio dia, direto...E domingos e feriados eu trabalho até uma e meia, duas horas da tarde".

**Férias:** "Férias mesmo nem pensar, eu mesma estou num cansaço, numa estafa. Daqui a um mês faz 6 anos direto, sendo que três anos foram sem domingo nem feriado, não é fácil, mas tudo que nós temos, que eu acho muita coisa que nós temos em 6 anos, pois nós passamos 18 anos de casamento sem conseguir construir nada, foi uma dificuldade pro meu marido comprar o carro, comprou o carro e ficou pagando as prestações em dois, três anos e foi que ele conseguia trabalhar no taxi, mas o dinheiro, era só para pagar o carro, as despesas e o aluguel.

**Atacadão:** "Não sei te dizer se foi o Atacadão, eu vi muitos comércios fechando por causa do Atacadão, não sei por que nos aqui trabalhamos mais mesmo é a noite, durante o dia fica aberto direto, mas o nosso movimento mesmo é a noite, então quer dizer, durante o dia, pra pagar conta, como eu digo, aparece freguês, não vou dizer que não tem freguês, tem, mas como a noite não... mas não sei se o atacadão influenciou pra diminuir, porque parece assim que é geral que diminui, eu acredito que hoje em dia a gente não conseguiria fazer o que fizemos a seis anos atrás, porque hoje tá difícil, pra tudo. Geralmente todos os comerciantes que a gente vê falar, vendedores, dizem que foi o atacadão que ocasionou isso, eu não acho. No primeiro mês, segundo mês, foi meio difícil, porque todo mundo corria pra lá, mas hoje em dia não acho que ele me atrapalhe, nem um pouquinho".

"Quando a gente veio de lá a gente já fazia este horário, claro eu abria mais cedo, mas o corpo, a cabeça não resistiu mais, já estava que o que se ganhava por fazer este horário era gasto em remédios, ai eu disse, vou abrir a dez da manhã... e vamos até a meia-noite".

**Vende fiado?** "É...infelizmente, temos alguns fiados, já cortamos muito, tipo 70, 80% dos fiados, nós já cortamos. O [meu marido] tá penando, até hoje correndo atrás de fiados, e até hoje eu mantenho que é pra receber mesmo, porque senão, se cortar já sabe, não recebe. Já representou bastante, se eu abrir uma exceção, 'deus nos livre', meu movimento vai melhorar muito mas...não dá".

"Eu não abro exceção pra mais ninguém, as pessoas vem aqui e eu digo que tá difícil, e tá mesmo, apesar de ter tanta gente na cidade, as vendas estão muito ruins, como eu digo: hoje em dia nós não conseguiríamos fazer o que fizemos a seis anos atrás, manter um comércio, fazer uma casa, porque caiu, uns 50% caiu. O [meu marido] faz o caixa todos os dias, então a gente sabe que era muito diferente antes. Mas, não é só conosco, é com todos, então não podemos dizer que está ruim só pra nós, graças a deus está dando pra se manter, pago minhas contas em dia, tudo em dia...".

**Vende no cartão?** "Não, nós até andamos dando uma olhadinha pra botar cartão, mas pra nossa venda não compensa. Tem que pagar aluguel da máquina, então não compensa mesmo".

“Eu já estou cansada do comércio. No início já tivemos até planos de ampliar, mas hoje em dia como está tão difícil pra vender, melhor se manter do jeito que tá”.

“Eu tenho um sonho que nunca pude realizar, eu não pude estudar, e o que eu gostaria mesmo é abrir um salão de beleza...eu sou apaixonada”.

“Eu costumo dizer: não vou morrer atrás desse balcão, mas por enquanto é o que temos, e eu não posso me queixar, tudo o que eu tenho... em seis anos eu consegui coisas que eu nunca imaginei em ter”.

**Entrevista 14: Bairro Bernadeth**

**Há quanto tempo tem o comércio?** Três anos.

**Como decidiu abrir o comércio?** “Eu e uma amiga decidimos abrir um comércio. Como já havia um mercadinho a gente decidiu alugar”.

**O Atacadão interfere na sua venda?** “Até no início, não vou dizer que o povo não se emocionou, mas agora não, te digo sinceramente que não interfere”.

“No primeiro ano não vou dizer que não interferiu, mas agora continua a mesma coisa”.

“Pra começar que o Atacadão não tem marcas conhecidas, só tem marcas diabo, marcas que eu nunca vi na vida e o pessoal procura as marcas tradicionais de erva-mate, vinho...”

“Antes eu não abria domingo, e agora eu abro... mas por estar em casa”.

“Abro das nove as nove e férias consegui tirar 15 dias”.

**Vende fiado?** “O fiado não é mais de 30% da minha venda”.

“Na verdade a gente não vende mais porque é muito mercadinho, é um em cima do outro”.

**Planos para o futuro:** “Pretendo continuar, não pago aluguel né...”

“Tá vindo muita gente nova na cidade e agora a cidade não dorme mais, é 24 h...”